MÁRIO SOARES (1924-2017) SÓCIO DE HONRA DA A25A

Ensaio de Alfredo Barroso: Ministro dos Negócios Estrangeiros de Abril

O REFERENCIAL

PRESIDENTE DA REPÚBLICA PROPÕE

Convergências para dar vida ao sistema de Justiça

Lusa - António Cotrim

REVISTA DA ASSOCIAÇÃO 25 DE ABRIL
Director: Martins Guerreiro | Nº 124 | Janeiro – Março 2017

GALERIA

Estudo para o cartaz do 25 de Abril de 2013
José Maria Roumier
Acrílico s/tela 70x50

4 **EDITORIAL**
Realizar Abril hoje, Martins Guerreiro

8 **TEMA DE CAPA**
"Seminário Justiça igual para todos"
Convergências entre visões diversas para dar vida ao sistema de Justiça, José António Santos | **10**
Muitos e bons passos foram dados para um melhor sistema de Justiça, Marcelo Rebelo de Sousa | **14**
Quem promove este estado a que chegámos?, Vasco Lourenço | **22**
Tribunais de Abril mais céleres mas entre o caos, Ribeiro Cardoso | **26**
Com justiça pode-se viver em paz, Álvaro Esteves | **30**
Relação ministério público e juízes de instrução, Eugénio Alves | **34**
Direito de não escolher o advogado oficioso, Luís Pinheiro de Almeida | **38**
A reforma do Estado que está por fazer, Eduardo Ferro Rodrigues | **44**

48 **IN MEMORIAM**
Mário Soares (1924-2017)
Gratidão a Mário Soares, José António Santos | **50**
Mário Soares, Alfredo Barroso | **54**
Mário Soares, Vasco Lourenço | **78**

82 **ALMOÇOS COM HISTÓRIA**
David Martelo: Golpe ou crise Palma Carlos? A surpresa de um 'pequeno e médio capitão', Ribeiro Cardoso | **82**
José Luís Cardoso: Foi você que pediu uma revolução e uma reforma agrária?, Ribeiro Cardoso | **92**
José Piteira Santos: 25 abril supendeu lua-de-mel no Porto, JAS | **102**

108 **HISTÓRIAS DE ABRIL**
Uma escola de Abril, Luís Pinheiro de Almeida
A nossa escola nasceu no ano do 25 de Abril, Artur Mendonça

110 **TEMAS EM DEBATE**
Colóquio sobre os Tratados TTIP e CET reclama amplo debate nacional

114 **OPINIÃO**
O populismo a acelerar, Manuel Pedroso Marques | **114**
Serviço Nacional de Saúde – a viagem atribulada, *Fernando Esteves Franco* | **118**
Guardiães da liberdade, Vergílio Rodrigues | **126**
Dignidade, identidade, poder – tópicos para uma reflexão urgente, Almeida Moura | **128**
Os três "D", António José Pereira da Costa | **134**
Patriotismo, Miguel Judas | **140**
Serviço militar, serviço cívico, Nuno Santa Clara Gomes | **146**
Gratidão a Vítor Alves, Manuel Lopes | **154**
Fortaleza de Peniche: A Memória de um Território e de um Povo, Jorge Martins Bettencourt | **158**

166 **OBITUÁRIO**
Na morte de Luís Galvão, Vasco Lourenço

168 **BRIDGE**

170 **BOLETIM**
Assembleia-geral aprovou relatório e contas de 2016 | **170**
Mário Soares sócio de honra da A25A | **172**
Abril hoje – o 25 de Abril e a cidadania jovem | **174**
Mensagem de ano novo | **177**
Convites | **178**
Falecimento de Associados | **181**
Ofertas | **183**

184 **JANGO**
Século XXI – o século da Ásia, Pedro de Pezarat Correia

MARTINS GUERREIRO

Realizar ABRIL hoje

A A25A e o Referencial promoveram a realização de um seminário sobre o tema que já tinha sido abordado no número anterior – Justiça Igual Para Todos.

O seminário visou um debate equilibrado e uma discussão alargada em espaço público, envolvendo órgãos de soberania e do Estado – Presidente da República, Assembleia da República, Governo e Tribunais, Procuradoria-Geral da República –, magistrados, advogados e investigadores e os cidadãos.

Demos voz ao clamor de uma justiça igual para todos. Ouvimos os responsáveis, os que sabem do ofício e os cidadãos. Praticámos um acto de democracia participativa com pleno acolhimento constitucional.

Os tempos actuais são de mudança e transformação acelerada da sociedade. Novos poderes – políticos, económico-financeiros e sociais – criaram novas e maiores assimetrias e desigualdades, multiplicando-se os agentes e as variáveis com influência no sistema de justiça. É fundamental entender a dinâmica da sociedade, da ideologia que a impregna, dos meios que utiliza e das alterações que se vêm produzindo no aparelho de Estado e consequentemente no Sistema Judicial.

Tal dinâmica – acompanhada por uma nova linguagem – também se estendeu ao sistema de justiça: aumentou o número de "operadores judiciais", surgiram novos agentes privados e novas funções, a par da privatização de anteriores funções públicas: de execução, de notariado, de solicitação, etc.

O conceito de "autoridade" é em parte substituído pelo de "autorização". A função do juiz passa a ser muitas vezes autorizar acções em vez de julgar.

A justiça e a verdade perdem peso e significado. O que interessa é a resolução do conflito, o que leva à criação de um novo tipo de tribunais e juízes e de novas formas concorrenciais e não complementares.Os tribunais arbitrais ganham dimensão para além do âmbito patrimonial. Os próprios Estados negoceiam contratos e tratados em que abdicam do direito de recurso a tribunais estatais em benefício dos tribunais arbitrais.

A dimensão simbólica daJustiça está sob pressão. A Justiça como ultimo reduto de garantia do respeito pelos Direitos Humanos e pela Constituição tem sido questionada.

O conceito formal do Estado de Direito não é suficiente para garantir os direitos dos cidadãos e a dignidade da pessoa humana.

É fundamental perceber o que está em curso, a fim de que não subsistam mais duvidas nem hesitações sobre a atribuição aos tribunais públicos dos meios humanos e recursos materiais necessários ao cumprimento das suas funções.

É estranho que o Estado aceite ser o cobrador de entidades privadas, congestionando parcialmente o seu próprio sistema de justiça.

Quem responde pelo conjunto do sistema de justiça? Quais as responsabilidades dos diferentes poderes: legislativo, executivo e judicial?

As dificuldades de articulação,a escassez de meios ou recursos e mesmo as soluções de continuidade que se verificam são difíceis de entender numa democracia consolidada e sã, como se pretende que seja a democracia portuguesa.

O bom funcionamento do sistema judicial, cuja razão de ser é servir os cidadãos, deve constituir uma responsabilidade solidária entre os vários poderes constitucionais, sem cedências ou partilhas com o poder económico e financeiro, que não se rege por normas democráticas, nem visa o serviço dos cidadãos.

A justiça igual para todos e ao serviço dos cidadãos não pode deixar de ser uma alta prioridade dos poderes do Estado Democrático.

PUBLICIDADE

MEDALHAS COMEMORATIVAS

No exercício do magistério dos valores de Abril a A25A exprime-se em várias linguagens e narrativas. O tempo e a história de Abril estão também contados através da expressão artística de diversos autores, vazada na impressiva comunicação da medalhística. A A25A dispõe de um acervo interessante de medalhas alusivas ao 25 de Abril e a outros momentos importantes da História Contemporânea de Portugal que podem ser adquiridas através de correio electrónico para a25a.sec@25abril.org ou pelo telefone 21 324 14 20.

EDITORIAL

Mário Soares deixou-nos. Cidadão de invulgar capacidade, sensibilidade e intuição política, marcou profundamente a história e a sociedade portuguesas de antes e depois do 25 de Abril.
Homem corajoso, enfrentou situações difíceis, não hesitando em provocar rupturas, mesmo com amigos e correligionários.
Foi o segundo Presidente da República de Abril, eleito por voto universal e secreto. Defensor firme dos Direitos Humanos de 1ª geração – direitos civis e políticos – e europeu convicto, foi um dos artífices da democracia representativa em que vivemos. Soube ganhar e perder, nunca desistindo de intervir na vida política nacional e europeia.
Possuidor de uma visão cosmopolita do mundo e da sociedade, assumia-se como laico, republicano e socialista. Tal perspectiva da sociedade e do mundo, aliada às suas características pessoais permitiu-lhe um fácil relacionamento com os mais diversos agentes e sectores da sociedade, nacionais e estrangeiros, incluindo a compreensão do papel da religião. O mesmo não aconteceu relativamente ao papel dos militares de Abril, categoria original que não se encaixava nessa visão como força libertadora do "Portugal agrilhoado" e promotora da mais ampla democracia possível.
Personalidade complexa e multifacetada, não deixou ninguém indiferente. Homem livre, democrático e republicano, assumiu e desempenhou com jovialidade e plena realização pessoal as mais altas funções da República Portuguesa.

Continuamos os almoços com histórias, susceptíveis de inspirar novos contributos, como é o caso do artigo sobre os "3 D". Esperamos que outros surjam, suscitados pelas histórias que se contam.
Voltamos ao Serviço Nacional de Saúde, ao patriotismo e serviço ao País e abordamos a relação entre Poder, Identidade e Dignidade. O populismo e o nosso património arquitectónico na Fortaleza de Peniche, símbolo da luta pela liberdade, são outros temas que neste número tratamos.
Damos notícia das actividades da A25A na promoção da cidadania jovem, do debate sobre os acordos de comércio internacional em preparação e dos animados almoços na A25A.
Pezarat Correia apresenta-nos a sua visão geoestratégica do efeito Trump e da sua imprevisibilidade.
Assinalamos com pesar o desaparecimento de um companheiro de ideais e camarada de sempre: Luís Galvão, colaborador incansável do Referencial, animador e grande promotor do brídege na A25A.Publicamos neste número,na coluna por ele criada, o seu último artigo, o nº 107.
Insistimos no apelo à colaboração dos nossos associados na sua revista e à renovação de forças, mobilizando novas vontades, promovendo a sua adesão à Associação 25 de Abril e participação nas nossas actividades.
A nossa Associação precisa de novos sócios e de novas energias para juntos realizarmos Abril Hoje.

Manuel Baião Matos Gomes

A. BELO

CONVERGÊNCIAS ENTRE VISÕES DIVERSAS para dar vida ao sistema de Justiça

Lusa - António Cotrim

JOSÉ ANTÓNIO SANTOS

À INICIATIVA DA A25A em promover a realização do Seminário "Justiça Igual para Todos" reagiu o Presidente da República conferindo-lhe o seu alto patrocínio e presidindo à sessão de abertura, onde deixou a exortação: "O que se busca é suscitar convergências entre visões doutrinárias, ideológicas e políticas e sociais diversas. Convergências que possam ser realistas e duradouras acreditando que a intervenção daqueles que no quotidiano dão vida ao sistema de Justiça ajuda, não desajuda, apoia, não desapoia, introduz praticabilidade e densifica a reflexão necessária." (cf. discurso na página 14)

Tendo a Fundação Calouste Gulbenkian como anfitriã, em cuja sede, em Lisboa, o Seminário decorreu ao longo do dia 13 de Março, os trabalhos estruturaram-se em quatro painéis de reflexão:

"Funcionamento e asfixia dos tribunais" sendo palestrante a ministra da Justiça, Francisca Van Dunem, e com os comentários de Luís

A. BELO

Noronha do Nascimento, juiz conselheiro jubilado e do advogado João Correia (cf. relato na página 26);
"Privatização da Justiça e Tribunais Arbitrais" matéria sobre a qual discorreu o presidente do Supremo Tribunal de Justiça, António Silva Henriques Gaspar, a que se seguiram as análises da professora Conceição Gomes, investigadora do Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra e do advogado Domingos Lopes (cf. relato na página 30);
"Processo penal" que teve como oradora a procuradora-geral da República, Joana Marques Vidal, e os comentários do juiz desembargador Antero Luís e de Carlos Anjos, inspector-chefe da Polícia Judiciária (cf. relato na página 34);
"Acessos e custos da justiça" questão dissecada pelo bastonário da Ordem dos Advogados, Guilherme Figueiredo e comentada pela socióloga Ana Drago e o jurista José Magalhães (cf. relato na página 38).
Os painés foram moderados pelos "capitães de Abril", Simões Teles (os dois primeiros) e Nuno Santos Silva (o terceiro e o último).

"NÃO TENHAMOS DÚVIDAS: A QUALIDADE DO SISTEMA DE JUSTIÇA É UM FACTOR ABSOLUTAMENTE CRÍTICO PARA A COMPETITIVIDADE DA NOSSA ECONOMIA E PARA A ATRACÇÃO DE INVESTIMENTO. ESTA É PORVENTURA A GRANDE REFORMA DO ESTADO QUE ESTÁ POR FAZER."
(EDUARDO FERRO RODRIGUES)

Na sessão de abertura intervieram o presidente do Conselho de Administração da Fundação Calouste Gulbenkian, Artur Santos Silva, para saudar a iniciativa da A25A e dar as boas-vindas aos participantes no seminário, e o presidente da Direcção da A25A, Vasco Lourenço, que questionou a razão "do não cumprimento da carta magna portuguesa – a Constituição da República, maior das heranças de Abril – no que diz respeito à realização de uma Justiça igual para todos" (cf. discurso na página 22).
Concluídos os trabalhos dos quatro painés, os jornalistas Ribeiro Cardoso, Eugénio Alves e Luís Pinheiro de Almeida, e o consultor Álvaro Esteves, apresentaram à assembleia a síntese das reflexões, consubstanciadas nos relatos acima citados, cabendo, depois, ao presidente da Assembleia da República, Eduardo Ferro Rodrigues, presidir à sessão de encerramento e aí assinalar: "Não tenhamos dúvidas: a qualidade do sistema de Justiça é um factor absolutamente crítico para a competitividade da nossa economia e para a atracção de investimento. Esta é porventura a grande reforma do Estado que está por fazer." (cf. discurso na página 44).
Antes, o director de "O Referencial", Martins Gurreiro interviera para os agradecimentos finais a todos os intervenientes no seminário "concebido de forma a permitir a intervenção equilibrada e o confronto de ideias das três partes fundamentais no funcionamento da Justiça: a parte institucional, os profissionais e especialistas da Justiça, e os cidadãos em geral." Martins Guerreiro desejou que o Seminário tivesse "contribuído para que a democracia avance mais um pouco e que quem de direito tome em consideração o que aqui se disse de importante para que a sociedade disponha de melhor justiça".
A concluir, dirigindo-se a Eduardo Ferro Rodrigues, o director de "O Referencial" disse: "Senhor Presidente da Assembleia da República, se a nossa tarefa não é simples nem fácil, a do Órgão de Soberania a que preside ainda será ainda mais difícil, sobretudo no que à elaboração e aprovação de leis justas diz respeito."

DISCURSO DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA

Muitos e bons passos foram dados para um melhor sistema de Justiça

Lusa - António Cotrim

SENHOR PRESIDENTE da Fundação Calouste Gulbenkian,
Vão para V. Exa. e a instituição a que preside, naturalmente, as minhas primeiras palavras para reiterar o reconhecimento nacional a esta casa que acolhe sem cessar iniciativas provindas de entidades públicas, do Estado às Autarquias Locais, passando por instituições públicas e associações públicas, em particular centros de saber e de pesquisa e desenvolvimento. Mas que sobretudo recebe e acarinha expressões da sociedade civil dos mais diversos setores, de âmbito nacional e internacional.
O instituidor, o Senhor Calouste Gulbenkian, havia sonhado com uma fundação eminentemente cultural, embora sensível a outras finalidades de diversa índole, incluindo as sociais. Não podia, contudo, ter imaginado a justeza e a actualidade do seu propósito, tal a abrangência de que tal dimensão cultural se viria a revestir, já que no sentido mais amplo de cultura caberia e cabe, hoje, tudo o que é verdadeiramente importante em Portugal, na Europa e no Mundo. Da demografia à saúde, da educação à ciência, da economia às questões laborais, do Direito à Política, da Fé à Justiça.
O reconhecimento devido à Fundação Calouste Gulbenkian é acrescido pelo facto de ter liderado o próprio movimento associativo das fundações portuguesas, das fundações de língua portuguesa e mesmo das fundações de afirmação europeia.

Bem-haja, pois, Senhor Presidente, por uma longa história de serviço à comunidade de que este encontro é mais um simbólico exemplo.

Senhor Presidente da Associação 25 de Abril,
Representa a Associação 25 de Abril um lugar geométrico de militares de Abril e, nessa medida, é depositária de uma memória essencial para a evocação e explicação de um momento impar da nossa história recente.
Essencial para relembrar a quem o esqueceu e para contar a quem o não viveu. Mas para muitos duas dúvidas suscitava a Associação. Não seria presa fácil de um estreitamento ideológico de grupo, reunindo apenas uns poucos dos Militares de Abril deixando fora do seu universo muitos mais? E não ficaria agarrada ao passado, nostálgica e revivalista, incapaz de curar do presente e de olhar para o futuro?
A resposta tem sido dada ao longo dos anos de modo eloquente. Claro que os seus associados mais depressa se alinhariam com posições próximas do que se usa chamar "as esquerdas" do que daquilo que é apelidado de "direitas", pelo menos em termos de peso relativo. Mas não era essa a repartição tendencial nos Militares de Abril nos idos de 74 a 76? O que importa porém é que na Associação convergem homens do 25 de Abril, mas também alguns do 16 de Março e bastantes do 25 de Novembro. Homens que durante a Revolução estiveram em barricadas diferentes e que viriam a superar caminhos muito diversos, juntando-se

A. BELO

nesse âmbito único associativo, para o efeito contando com o magistério fundamental do Senhor Presidente António Ramalho Eanes a quem Portugal tanto deve e que só por humildade pessoal e cívica se recusou sempre a receber o Marechalato que bem merecia.

Por outro lado, este Seminário é o testemunho cabal de que a Associação 25 de Abril não se considera mero guardião de uma memória, antes assume o seu protagonismo cívico no presente e para o futuro.

Ainda há dias tomou posição clara na defesa da liberdade de expressão, domínio em que toda a hesitação, temor ou tergiversação corre o risco de ser vista como tibieza na salvaguarda de valores democráticos essenciais.

Hoje contribui para um debate sério, sereno e variado nos participantes titulares de Órgãos do Estado, magistrados, advogados, jornalistas dando sequência a um múltiplo facetado número da sua revista "Referencial" largamente dedicado ao tema da Justiça no nosso país.

E corresponde assim, a um apelo que fiz na sessão de abertura do Ano Judicial, vai para seis meses. Bem-haja, Senhor Presidente.

Minhas Senhoras e meus Senhores,

Sabemo-lo todos, mas vale a pena recordar. A Justiça é uma trave mestra do Estado de Direito Democrático. É também um pilar do Estado Social. Numa e noutra destas vertentes assume um papel insubstituível na garantia da Constituição da República Portuguesa e de forma primordial dos direitos fundamentais, pecúlio nuclear no seu conteúdo. Em simultâneo ela é estratégica para o crescimento económico sustentado, isto é duradouro, sem o qual mais complexa é a concretização do Estado Democrático de Direito, a efectivação do Estado Social e a vivificação dos direitos fundamentais.

Não obstante, também todos o sabemos, se há uma área profundamente alterada pela passagem da ditadura à democracia, ela é a Justiça, pela desadministrativização da resolução dos litígios e pela exigência redobrada da tutela jurisdicional dos direitos dos cidadãos. E se há sistema permanentemente questionado pela mudança científica e tecnológica ele é o da Justiça, na interpretação, na integração e na aplicação do Direito, tal como no constante ajustamento de meios, orgânicas e procedimentos.

Se aditarmos a estes desafios cumulativos a mutação acelerada da sociedade portuguesa, de um Portugal rural para um Portugal urbano metropolitano, com polarizações e assimetrias pessoais, funcionais e regionais, com a emergência de novos poderes políticos, económicos, sociais e culturais, teremos a exacta noção de como o sistema de justiça, revisto no final dos anos [19] setenta e começo dos anos [19]oitenta, novamente revisitado na década de [19]85 a [19]95, abalado pela aceleração da viragem do século e fustigado pelos anos de crises de 2001 até hoje, esse sistema de Justiça viveu em quarenta anos, dir-se-ia que duzentos dos de outrora.

Não paremos todavia por aqui. Aditemos o acesso galopante à educação e à cultura com as inerentes exigências comunitárias. Somemos o processo de integração europeia com o seu Direito específico e a globalização com a velocidade vertiginosa da

economia e das finanças, sem poder político regulador. Juntemos a inflação legislativa, uma espécie de defesa de poderes políticos enfraquecidos perante fenómenos que dificilmente conseguem acompanhar e, às vezes mesmo, entender. E multipliquemos tudo quanto fica dito com a mediatividade destes tempos, a justiça publicada ou formada digitalmente, a participação inorgânica, as pulsões arracionais, mesmo senão irracionais, emotivas, instantâneas e imagéticas.

Teremos assim, ainda que de modo incompleto e por conseguinte imperfeito, um quadro que faz recordar aos mais críticos uma das obras marcantes da adolescência de alguns de nós, como foi o meu caso, o mito de Sísifo, de Albert Camus. Ele mesmo inspirado na punição eterna de Sísifo, de acordo com a mitologia grega, a condenação a empurrar um pedregulho de mármore até ao cume da montanha, vivendo o desespero de ver o penedo, no momento decisivo, rolar montanha abaixo fazendo recomeçar do início o exaustivo labor.

Assim seria, para muitos, a Justiça, hoje, em Portugal como por muitas outras latitudes e longitudes.

Falemos com os legisladores. Eles louvam os seus diplomas, a sofisticação técnica dos seus processos legislativos, a excelência do pensamento dos académicos que os inspiram, o realismo das práticas que os testam ou avaliam, a autocontenção que, de quando em vez, demonstram no uso da lei.

Ouçamos os magistrados. Eles contam-nos o denodo com que investigam ou julgam, com escassíssimos meios, os resultados animadores a que chegam, os progressos quantitativos e qualitativos que podem patentear.

"MUITOS E BONS PASSOS FORAM DADOS. TÊM SIDO DADOS NAS LEIS, NAS ESTRUTURAS E NAS VIAS DISPONÍVEIS PARA UM MELHOR SISTEMA DE JUSTIÇA."

Compulsemos a Comunicação Social e teremos um acesso quase em tempo real ao que pode e deve ser conhecido e escrutinado no sistema, e até ao mais pequeno pormenor daquilo que a lei proíbe que se saiba e que nenhum legislador quer assumir o odioso de tornar formalmente acessível, evocando, para esse efeito, os direitos fundamentais, os valores da investigação, sendo certo, não obstante, que por regra a violação dessas interdições nunca levará ninguém a qualquer condenação.

Por outro lado, a verdade manda que se diga que muitos e bons passos foram dados. Têm sido dados nas leis, nas estruturas e nas vias disponíveis para um melhor sistema de Justiça.

E no entanto, tudo somado sentimos todos um desconforto que não é o de Sísifo, mas que existe. Por cada centímetro de avanço há meio, dirão os optimistas, há dois ou três, garantirão os pessimistas, perdidos.

Lusa - António Cotrim

Mais complexa é a situação se olharmos àqueles que garantem a Justiça em Portugal.

Como professor de Direito, durante mais de quarenta anos, posso atestar com conhecimento de causa que o nível de formação de um jurista, e portanto de um protagonista do sistema de Justiça, é claramente superior nestes dias ao que era há décadas. Tem mais informação, dispõe de abertura de horizontes, cultiva mais conhecimentos, recebe mais requintada especialização, revela sensibilidade social mais aguda.

O que se pode então fazer para que tal riqueza humana tenha condições para minorar, não o drama de Sísifo, mas pelo menos o juízo que se generalizou de que o sistema de Justiça, sendo reformável e tendo progredido claramente ainda é muito inigualitário, lento, incapaz de antecipar desafios e de lhes responder nos termos mais adequados à protecção dos direitos, ao crescimento da economia e à justiça social?

Foi essa a razão de ser do meu apelo, de Setembro último, que não pretendia arvorar-se irrealisticamente em crença numa solução mirifica, para um repto tão multifacetado e tão intrincado. A sua ambição era mais modesta. A ideia era e é a de dizer que sem o envolvimento prévio e determinado dos protagonistas do sistema, por vezes também chamados operadores

judiciários, maneira acéptica de referir titulares de Órgão de Soberania e servidores da causa pública, quer públicos quer privados, sem esse envolvimento decisivo, os diplomas mais inspirados e inspiradores não passarão de letra morta. Úteis para citações de manual ou para notas curriculares, mas pouco prestáveis para a vivência colectiva.

O apelo foi ouvido e algumas convergências foram desde logo esboçando como a relativa a custas judiciais. E não só. Quatro grupos de trabalho integrados por juízes, magistrados do Ministério Público, advogados e funcionários da Justiça encontram-se concentrados nas áreas do acesso ao Direito, da organização judiciária, da justiça económica e do ataque à corrupção, preparando propostas a apresentar ao Governo e depois à Assembleia da República.

Ao mesmo tempo que o Estatuto das Magistraturas é, tudo o indica, um tema prioritário a merecer a atenção governativa.

Entretanto o trabalho de diálogo na sociedade civil continua e os debates, como este, prosseguem, ultrapassando acusações de corporativismo ou de distanciamento da democracia representativa. Algumas delas foram ouvidas na sequência do apelo que formulei. Mas pergunto: não é a Constituição que acolhe a democracia participativa? E o realismo e a proximidade dos aplicadores do Direito não é essencial para a preparação e reformulação desse mesmo Direito? E as clivagens desta era política não aconselham uma abertura preliminar aos parceiros sociais e ao debate na sociedade civil, em princípio num quadro menos influenciado por cálculos eleitorais ou para eleitorais?

Ninguém de bom senso pode ignorar ou minimizar o desempenho decisivo dos Órgãos de Soberania, nem a necessidade de acordos, ainda que parcelares, entre partidos políticos. Como ninguém com os pés assentes na terra pode ficcionar que não há doutrinas, ideologias, opções diferenciadas, como se o Direito fosse uma realidade neutral.

O que se busca é suscitar convergências entre visões doutrinárias, ideológicas e políticas e sociais diversas. Convergências que possam ser realistas e duradouras acreditando que a intervenção daqueles que no quotidiano dão vida ao sistema de Justiça ajuda, não desajuda, apoia, não desapoia, introduz praticabilidade e densifica a reflexão necessária.

Relevo significativo merece, portanto, a Sessão que neste contexto decorrerá sobre os auspícios do Conselho Superior da Magistratura dentro de poucos dias. Dando assim, enfática sequência a esta iniciativa da Associação 25 de Abril. Uma iniciativa à sua maneira pioneira, concebida para dar vida a Abril, vida à liberdade e vida à democracia, através do objetivo cimeiro de Justiça igual para todos.

E por isso mesmo, a ela nunca poderia faltar o Presidente da República. Presidente de uma República Democrática, social nascida em Abril com o ideal de Abril, sempre a pensar em Portugal.

Título da Redacção de "O Referencial"

Lusa - António Cotrim

DISCURSO DO PRESIDENTE DA DIRECÇÃO DA ASSOCIAÇÃO 25 DE ABRIL

Quem promove este estado a que chegámos?

Senhor Presidente da República
Senhor Presidente do Supremo
Tribunal de Justiça
Senhora Ministra da Justiça
Senhor General Ramalho Eanes
Senhora Procuradora-Geral da República
Senhor Bastonário da Ordem dos Advogados
Senhor Presidente da Fundação
Calouste Gulbenkian
Senhores Convidados
Caros Camaradas Militares de Abril
Caros Associados da Associação 25 de Abril
Minhas Senhoras e meus Senhores

NOS SEUS 34 ANOS de existência, a A25A tem procurado representar, difundir e consolidar o que se convencionou designar de "espírito do 25 de Abril".
Foi com esse espírito que decidiu organizar este encontro, na sequência da reflexão que suscitou na sua revista "O Referencial", onde conseguiu obter a colaboração de um conjunto de personalidades de reconhecida competência e mérito – magistrados judiciais e do Ministério Público, advogados e funcionários judiciais, investigadores criminais e outros peritos.
Fizemo-lo em resposta ao apelo do Senhor Presidente da República – que mais uma vez cumprimento – na abertura do ano judicial, pois acompanhamo-lo na consideração de que a Justiça é uma das principais vertentes de um Estado de Direito e democrático, um dos principais problemas que afectam Portugal e os portugueses, bem como a qualidade da nossa democracia.
Por tudo isto, também nós Associação 25 de Abril – tal como o Senhor Presidente da República – consideramos a Justiça como uma prioridade.
Lançámos este debate, procurando perceber o porquê da percepção da generalidade dos portugueses ao considerar que a Justiça não funciona.
Esperamos que deste Seminário saiam algumas luzes para iluminar a resolução dos imensos problemas existentes.
Ao avançarmos e realizarmos o 25 de Abril, ambicionávamos ajudar a construir uma sociedade melhor. Mais livre, mais igual mais justa e mais solidária.
Passados 43 anos, porquê esta angústia de constatar – é essa a percepção geral – que a Justiça não é igual para todos?
Não restem dúvidas, eu e os meus camaradas de Abril – que aqui evoco e saúdo – não nos sentiremos de consciência tranquila enquanto uma Justiça igual para todos não for uma realidade!
Portugal conseguiu realizações e feitos notáveis noutros campos igualmente importantes, mas continua a mostrar-se incapaz de fazer o mesmo na Justiça.
Devemos, pois, questionar: se fomos capazes de fazer bem e avançar na Saúde e na Educação, porque não fizemos o mesmo na Justiça?
Na Saúde e na Educação, como noutros domínios, passámos por um processo de destrui-

A. BELO

ção e retrocesso, imposto pelo neoliberalismo de quem se assumiu como inimigo de Abril e herdeiro dos ditadores. Esse processo foi interrompido – confio que para sempre – pela acção democrática dos portugueses e pela lucidez de quem percebeu que era possível e desejável fazer diferente.

Vivemos, há cerca de ano e meio, um processo de recuperação. Confiamos que, também no campo da Justiça – onde, é justo reconhecê-lo, já se emendaram algumas dessas más decisões – se consiga avançar na direcção correcta.

A Revolução do 25 de Abril foi a expressão do repúdio de uma ordem política juridicamente alicerçada, por um povo que se sentia profundamente injustiçado.

O mesmo aconteceu e continuará a acontecer em todos os tempos e lugares do mundo, quando o Direito dimanado do Poder se afasta da Ética e fere um dos seus princípios fundamentais, a Justiça.

Volto à questão que coloquei: porque não fomos capazes de fazer bem, também na Justiça?

É indispensável o esforço e o conhecimento qualificado de todos os membros das várias instituições judiciais e parajudiciais, não esquecendo obviamente as Universidades.

Por nós, A25A, permitimo-nos enumerar algumas das questões que impõem ser enfrentadas para melhorar a Justiça:

- Qualidade e celeridade da investigação;
- Responsabilização dos vários agentes do sistema;
- Omissões dos erros cometidos;
- Natureza da instrução do processo;
- Natureza e gradação das penas;
- Precocidade da entrada dos juízes na respectiva carreira;
- Ausência de exigências éticas e profissionais dos advogados;
- Necessidade da criação de um Provedor dos Cidadãos que se sintam lesados pela forma como o sistema judicial os serve.

Preferimos, assim, assumir-nos como um dos intérpretes dos cidadãos, do povo, tentando ser a sua voz.

Confiamos que os especialistas, aqui convocados, reconhecendo que, a responsabilidade não cabe apenas ao mundo da Justiça, saibam e consigam encontrar soluções. Como confiamos também que os cidadãos aqui presentes façam ouvir a sua voz e proponham saídas para os problemas e dificuldades ou bloqueios da Justiça.

Temos de nos interrogar sobre o porquê do não cumprimento da carta magna portuguesa – a Constituição da República, maior das heranças de Abril – no que diz respeito à realização de uma Justiça igual para todos.

A percepção da generalidade dos nossos cidadãos é a de que quase tudo está por fazer e essa percepção resulta, em muitos casos, das dores sentidas na própria carne: uma Justiça lenta, inexplicavelmente cara, revoltantemente incompreensível para tantos e tantos. Se lhe juntarmos a ideia instalada em Portugal de que existem duas justiças, uma para ricos, outra para pobres, compreendemos bem que tudo isto é insustentável e perigoso.

O sentimento de injustiça leva à revolta e põe em causa o sistema democrático.

Os portugueses sentem que a Justiça não funciona!

Em que falharam as reformas da legislação processual?

A que se deve a ineficiência e morosidade dos tribunais, que leva a maioria dos portugueses a não confiar no sistema judicial?

Há que olhar a Justiça, na sua globa lidade, com outros olhos. Perceber que toda a arquitectura judicial só tem razão de ser se for feita para as pessoas. Pois não é em nome do povo que ela se faz?

Utilizando linguagem militar, se me permitem: é urgente e indispensável dessacralizar a Justiça, os tribunais e os seus agentes!

Há que convocar, com a mesma força, os agentes da política. Para simplificar, os deputados e os governantes.

Porque, temos de reconhecê-lo, a crise da Justiça (ou a existência da injustiça) nasce e poderá resolver-se essencialmente ao nível político.

E, por isso, temos também de nos questionar sobre a quem interessa o mau funcionamento da Justiça. Quem promove este estado a que chegámos? Encontrada essa resposta, estaremos em condições de atacar o problema com mais eficiência...

Neste Seminário, face ao pouco tempo disponível, optámos por não tratar dois temas igualmente importantes no campo da Justiça: o sistema prisional e o processo legislativo, porventura a charneira de toda a construção de uma Justiça justa.

Fá-lo-emos dentro de algum tempo, pois aí estarão também, em nosso entender, razões relevantes do mau funcionamento da Justiça.

"SEM JUSTIÇA CÉLERE, DINÂMICA E EFICAZ, A DEMOCRACIA SUCUMBE. E, PORQUE INSISTIMOS EM QUERER VIVER EM DEMOCRACIA, POR MAIS QUE OS VENTOS ACTUAIS NOS APONTEM PARA O POPULISMO, TEMOS DE ASSUMIR QUE NÃO É POSSÍVEL ESPERAR MAIS. SEM UMA JUSTIÇA IGUAL PARA TODOS NÃO HÁ NEM JUSTIÇA NEM DEMOCRACIA."

Permitam-me que insista:

Sem Justiça não há Democracia!

Sem Justiça célere, dinâmica e eficaz, a Democracia sucumbe. E, porque insistimos em querer viver em Democracia, por mais que os ventos actuais nos apontem para o Populismo, temos de assumir que não é possível esperar mais.

Sem uma Justiça igual para todos – o tema deste debate – não há nem Justiça nem Democracia.

Se o Seminário de hoje alcançar respostas para as questões que levantei e para muitas outras, se rasgar horizontes futuros, na assunção da responsabilidade e compromisso entre entidades Legislativas, Governativas e do Sistema Judicial, então a resposta da Associação 25 de Abril ao apelo do Senhor Presidente da República estará justificada, terá valido a pena!

Muito obrigado!

Título da Redacção de "O Referencial"

I PAINEL

Três visões sobre funcionamento e asfixia

A. BELO

Simões Teles, Francisca Van Dunem, Luís Noronha do Nascimento e João Correia

TRIBUNAIS DE ABRIL mais céleres mas entre o caos

RIBEIRO CARDOSO

O PRIMEIRO PAINEL PROMETIA – pelo tema e pelas personalidades que o integravam. E se prometia, cumpriu: o trio sabia do que falava, mas as visões sobre a Justiça que temos eram bem diferentes. Ainda que de acordo num ponto: a asfixia dos Tribunais é uma verdade incontestável, mas lamentável.

Francisca Van Dunem, actual ministra da Justiça, calma e segura, lembrou que os tribunais, hoje, são Tribunais de Abril, a uma distância abissal dos Tribunais do antigamente: *Antes, serviam o Poder instituído. Hoje a sua independência e autonomia do Ministério Público são um facto indesmentível* – sublinhou, para concluir: *Estamos, pois, no bom caminho. Procuramos a realização do bem comum protegendo os interesses individuais*

Francisca Van Dunem referiu que nos últimos tempos houve reformas, várias e intensas, com o objectivo de simplificar os circuitos e a aplicação da Justiça. Entre outras, destacou o programa "Justiça mais próxima", actualmente com processos experimentais em Sintra, Cascais e Amadora – e anunciou que ainda este ano o Governo vai avaliar a Reforma do Processo Civil.

Sem esconder a existência de problemas e dificuldades – por exemplo, os novos tipos de crime (ciber, financeiros, terrorismo) que "obrigam a investigações profundas e demoradas e a fortes investimentos", como "a necessidade de melhor apetrechamento técnico da PJ" – a ministra sublinhou também que "não podemos andar de reforma em reforma", sendo obrigatório "ter perspectivas temporais mais largas".

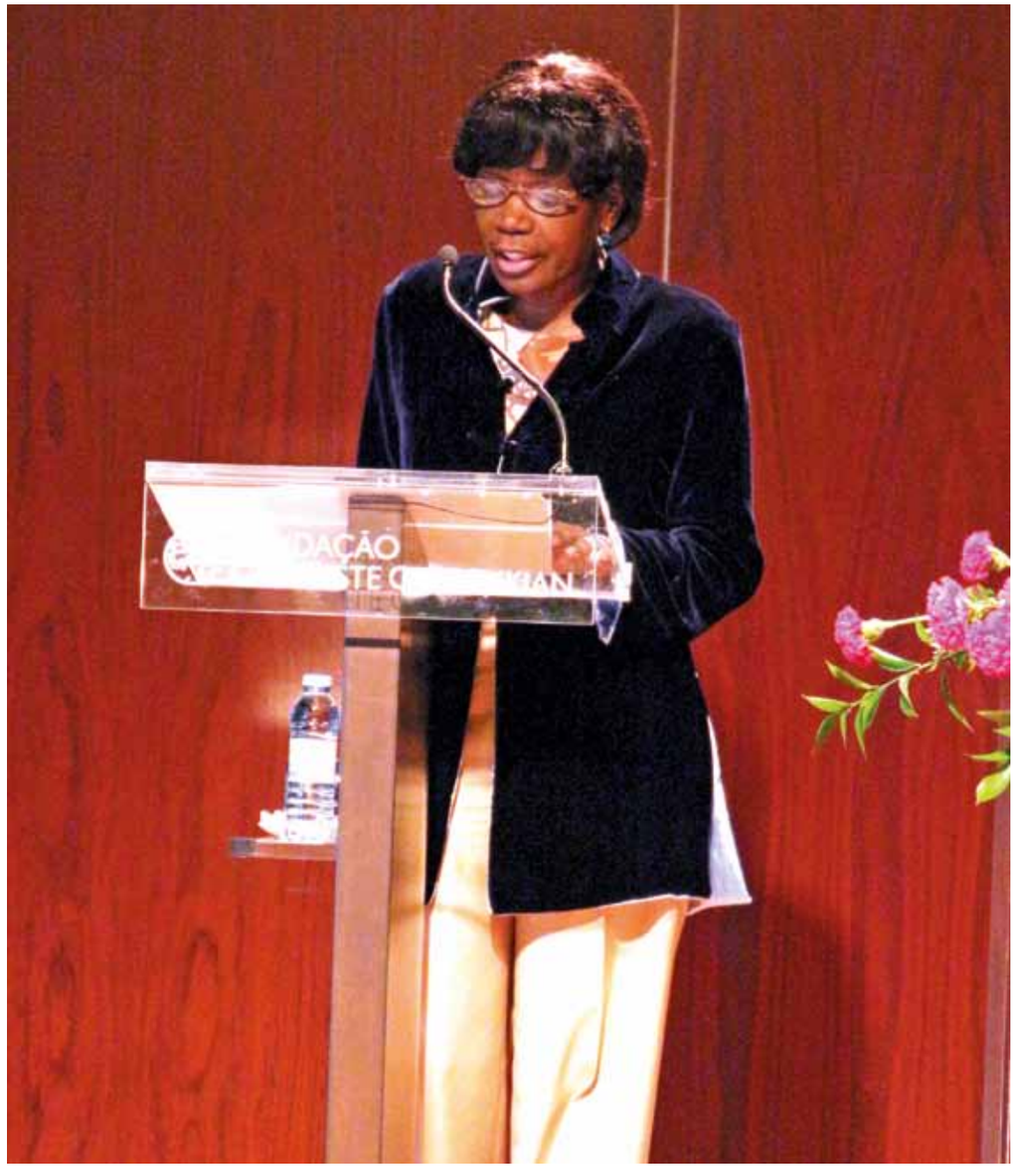
A intervenção de Noronha do Nascimento, juiz conselheiro jubilado, distribuiu-se fundamentalmente por três pontos:

1 Quando entrou na Magistratura – exactamente há 50 anos... – tudo era diferente: não havia Tribunais de Trabalho, Direito Administrativo, Direito Constitucional. Mas havia Tribunais Plenários. E o Ministério Púbico era controlado pelo Ministério de Justiça. Porém, já então se falava da crise da Justiça em Portugal. Nada de novo, pois. A não ser que quando saiu da universidade, ao contrário de hoje, "não havia juízes em número suficiente", pois a carreira não era atractiva e ninguém por ela suspirava.

2 Actualmente, a percepção pública dos Tribunais é má, mas apenas com base na opinião dos 23 por cento de portugueses que por lá passaram. Os outros formaram a sua opinião com base no que disseram esses 23 por cento.

3 A asfixia nos Tribunais, que ninguém pode negar, tem muitas causas. Exemplo: com a entrada para a UE e o crédito ao consumo completamente desregulado as acções de dívida encharcaram os tribunais. Porém, se compararmos com a Justiça que vai aí pela Europa, nem tudo é mau cá por casa. Dois casos: os processos de crime de homicídio em Portugal levam em média 13/14 meses a resolver, enquanto em França demoram três anos no mínimo; os Tribunais de Recurso em Portugal são os mais rápidos da toda a Europa.

A terminar, Noronha do Nascimento garantiu: no nosso país os 'desenhos' dos Distritos são ir-



A. BELO

Francisca Van Dunem, ministra da Justiça

racionais, não têm nada a ver com a população neles existente, é tudo artificial e errado, e isso traz consequências negativas para a distribuição dos Tribunais e para a Justiça.

Foi então a vez de intervir João Correia, advogado há mais de 40 anos em exercício exclusivo na profissão, dirigente da Ordem durante nove anos e ex-secretário de Estado da Justiça. A sua visão do sector, frontal e cáustica, foi o reverso das anteriores. Apontou a dedo as numerosas e inaceitáveis situações que, a seu ver, existem no sector. Eis algumas:

- o modelo da Declaração de Bolonha, 'nivelando por baixo o acesso às carreiras forense e judiciárias, chegando ponto de criar a Licenciatura em Solicitadoria';
- uma função residual da advocacia e uma opacidade larvar do progressivo e silencioso poder da solicitadoria, 'uma insuportável apreensão do poder económico e judiciário pelos Agentes da Execução';
- O tribunal é o juiz e o juiz é o tribunal, sendo o Ministério Público o parceiro pensador que acompanha o dono da verdade e o monopólio do poder;
- a formação do CEJ – Centro de Estudos Judiciários e o desenho as carreiras dos Juízes e dos Procuradores geraram uma clausura e um afastamento às vezes impregnado de profundo antagonismo entre as magistraturas e a advocacia;
- A tributação dos actos judiciários é insuportavelmente inibidora do acesso ao Direito e à Justiça. Manter-se-á?
- A Organização Judiciária vai continuar desligada da justiça de proximidade, ou seja, o modelo esclerosado de Julgados de Paz não poderá ser substituído por Tribunais Municipais com competência cível e contra-ordenacional para as pequenas causas?
- Não chegou a hora de impedir a evasão fiscal e a lentidão do contencioso administrativo, criando Tribunais Administrativos e Fiscais em cada capital de distrito?
- Ao Ministério da Justiça estão cometidas – e cada vez mais – funções puramente administrativas, pintalgadas aqui e além pela iniciativa legislativa;
- A Presidência da República e, acima de tudo, a Assembleia da República, vivem na mais inexplicável negligência (senão dolo) quando abandonam a Justiça à sua sorte e nem sequer apreendem os sentimentos dos cidadãos e as suas necessidades, bem como os das empresas, com vista a impor as reformas, com as quais, se empreendidas a tempo, não teríamos atingido o patamar negro da irreversibilidade de algumas das metástases que as informam.

"A PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA E, ACIMA DE TUDO, A ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA, VIVEM NA MAIS INEXPLICÁVEL NEGLIGÊNCIA (SENÃO DOLO) QUANDO ABANDONAM A JUSTIÇA À SUA SORTE E NEM SEQUER APREENDEM OS SENTIMENTOS DOS CIDADÃOS E AS SUAS NECESSIDADES, BEM COMO OS DAS EMPRESAS, COM VISTA A IMPOR AS REFORMAS."

II PAINEL

Privatização da Justiça e Tribunais Arbitrais

A. BELO

Simões Teles, António Silva Henriques Gaspar, Conceição Gomes e Domingos Lopes

COM JUSTIÇA pode-se viver em paz

ÁLVARO ESTEVES

NO ÂMBITO DO PAINEL DEDICADO à "Privatização da Justiça e Tribunais Arbitrais", em que foi prelector o presidente do Supremo Tribunal de Justiça, juiz conselheiro António Silva Henriques Gaspar e exponentes/arguentes a professora investigadora Conceição Gaspar e o advogado Domingos Lopes, foram abordados diversas questões que mereceram algum debate com a intervenção de elementos especialistas entre a assistência.

No dizer introdutório do presidente do STJ, "há que responder ao desafio do Presidente da República: colocar a Justiça como prioridade da política nacional".

Desde logo, em destaque, a ambiguidade e as contradições relativas aos tribunais arbitrais, sendo determinante não confundir a administração da Justiça com meios alternativos.

Os tribunais arbitrais são extrajudiciais, que o Estado admite e regulamenta, contudo, verifica-se que, cada vez mais, a justiça pública e a justiça arbitral têm substrato comum em espaços de confluência e com vantagens mútuas.

Sendo o processo arbitral "mais amigo do tempo", não pode excluir-se do princípio equitativo. No entanto, este pode ser posto em causa pela publicidade no âmbito dos tribunais públicos, onde o processo é aberto.

Existe, pois, uma contradição central: a confidencialidade é o motivo mais relevante na opção por um tribunal arbitral. Aqui se manifesta, portanto, a colisão entre princípios dos tribunais públicos e do processo arbitral.

A. BELO

António Silva Henriques Gaspar, presidente do STJ

A opção que leve à arbitragem deve verificar a relação de equilíbrio entre as partes.

Já, em matéria das questões de difícil tratamento, identifica-se a observância de constitucionali-

A. BELO

Conceição Gomes, investigadora do Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra

dade, o que não é imediatamente garantido no processo arbitral.
Entre os tribunais públicos e os tribunais arbitrais existem relações de complementaridade, o que não pode ser confundido com relações de concorrência.
De salientar, contudo, que os tribunais arbitrais são enformados por competência, disponibilidade de tempo e exclusividade dos árbitros.
Uma nota menos positiva, a ausência de formação activa da arbitragem decorrente da falta de capacidade judicial.
Se as vantagens da complementaridade são uma nota positiva, há que não relevar a ineficiência da justiça pública.
Os tribunais arbitrais configuram meios alternativos de resolução de conflitos – facto sublinhado por Conceição Gomes – que visam o descongestionamento dos tribunais judiciais. Os meios alternativos devem, consequentemente, ser definidos em função do tipo de conflitualidade. As sociedades africanas, por exemplo, não os reconhecem.
Torna-se, assim, urgente definir quais as matérias atribuíveis aos tribunais arbitrais, alternativos, numa perspectiva integrada, com tribunais organizados em proximidade com essas instâncias. Uma diferença de observação, como nos casos de família porque esta mudou.
A neutralização de certos interesses económicos, mercantilistas, enquanto instituto subterrâneo na própria Justiça, é essencial para garantir a aspiração dos cidadãos à justiça.
Já antes e depois da troica, tem havido uma visão mercantilista impregnada – como acentuou Domingos Lopes – à excepção no actual governo com a redefinição do mapa judiciário. Tudo encareceu, o que torna a justiça inacessível para o cidadão comum. Daí que, a redução dos valores associados à aplicação da Justiça – nomeadamente, custas judiciais – é essencial para garantir os direitos fundamentais dos cidadãos.
As dificuldades económicas não devem ser justificação para abdicar do poder judicial, sendo que a regulação por entidades privadas é a incapacidade do Estado atingir o seu objectivo superior. Para o advogado, o Estado não deve abdicar da acção executória judiciária.
Há que dar à Justiça os meios necessários para evitar retrocessos civilizacionais porque – disse o advogado – "com Justiça, pode-se viver em Paz"!

A NEUTRALIZAÇÃO DE CERTOS INTERESSES ECONÓMICOS, MERCANTILISTAS, ENQUANTO INSTITUTO SUBTERRÂNEO NA PRÓPRIA JUSTIÇA, É ESSENCIAL PARA GARANTIR A ASPIRAÇÃO DOS CIDADÃOS À JUSTIÇA.

III PAINEL

Processo Penal

A. BELO

Nuno Santos Silva, Joana Marques Vidal, Antero Luís e Carlos Anjos

RELAÇÃO Ministério Público e juízes de instrução

EUGÉNIO ALVES

O TERCEIRO PAINEL, relativo ao Processo Penal, com intervenções da procuradora Geral da República (PGR), Joana Marques Vidal, do juiz desembargador, Antero Luís, e do Inspector da PJ, Carlos Anjos, revelou assinaláveis divergências entre o Ministério Público e os magistrados judiciais relativamente ao funcionamento da investigação processual.

Joana Marques Vidal avançou na sua intervenção com vários "tópicos para debate", entre outros, o do estatuto do Ministério Público ao nível da magistratura para concluir que a sua autonomia (face a governos e juízes) é "pedra basilar da legalidade democrática". Referiu que noutros países a investigação cabe às autoridades policiais e, sem nunca aludir expressamente ao processo da "Operação Marquês" que envolve o ex-primeiro-ministro José Sócrates, acentuou a complexidade de determinados processos, citando o exemplo de oito anos de investigação no caso Madoff, nos Estados Unidos.

Outro dos tópicos lançados pela PGR foi o da relação do MP com as autoridades policiais. "Estamos – disse – numa fase de mudança de paradigma com processos sumários e abreviados para a pequena e média criminalidade". No tocante à criminalidade "grave e violenta, a capacidade de resposta não tem sido má", acrescentou.

Sobre a criminalidade na área financeira, "muito complexa e sofisticada", advogou a criação de equipas plurijurisdicionais, com capacidade para integrar quadros de outras instituições, nomeadamente das áreas criminal, fiscal, comercial e cível.

Finalizou a sua intervenção com a referência aos novos desafios que se colocam no processo penal em relação às vítimas de crimes e às limitações de segurança nas situações de terrorismo.

AUTONOMIA E MEIOS

Antero Luís começou por recordar o preâmbulo do Código de Processo Penal que proclama a realização da justiça por "meios processuais adequados de modo a assegurar os direitos dos cidadãos". Foi o mote deste magistrado para questionar a actuação do Ministério Público na relação com os juízes de instrução nas questões, por exemplo, de alargamento de prazos e diminuição do contraditório em audiências. E no caso de megaprocessos os juízes – frisou – estão ainda em situação da maior fragilidade na garantia dos direitos dos arguidos. Ou seja, agravou-se o modelo funcional, pois a evolução dos meios e funcionamento do Ministério Público não teve a devida correspondência relativamente ao juiz de instrução. "Há – acentuou – desconformidade entre a estrutura do Ministério Público e a dos tribunais."

Repensar o processo penal no sentido de um reequilíbrio funcional no relacionamento entre as duas estruturas de modo a evitar subversão do que estabelece o preâmbulo do CPP sobre a garantia dos direitos dos cidadãos, foi a ideia forte da intervenção de Antero Luís.

A. BELO

Carlos Anjos, inspector-chefe da Polícia Judiciária

A. BELO

Joana Marques Vidal, procuradora-geral da República

Mais sintonizado com a PGR, o inspector da PJ, Carlos Anjos, defendeu que a investigação criminal não pode estar separada da Justiça e criticou os cortes orçamentais no sector, limitativos na investigação dos processos. "No entanto – disse – os resultados têm sido satisfatórios."

Sobre os megaprocessos, desvalorizou, tal como a PGR, as críticas aos prazos na investigação em Portugal citando os onze e dez anos, respectivamente, dos casos NOS em Espanha e submarinos na Alemanha, e insistindo nas carências de meios técnicos e humanos nas forças policiais nacionais.

Carlos Anjos reafirmou, a finalizar, a sintonia da sua corporação com o Ministério Público usando as curiosas imagens de "casamento sem direito a divórcio" ou "união de facto e mútuo consentimento".

No breve debate que se seguiu esteve em foco a possibilidade de desconexão de processos como forma da diminuir os prazos da investigação policial que – lembrou um dos presentes – não são devidamente controlados pelo Ministério Público. A PGR respondeu que a conexão processual está prevista na lei como forma de "evitar a repetição de actos processuais" e insistiu, tal como Carlos Anjos, na necessidade de aumento e melhoria meios, técnicos e humanos, de inquérito. Antero Luís recordou as limitações orçamentais mas adiantou como alternativa à carência de meios humanos a junção dos meios de investigação criminal das diversas forças policiais (PJ, GNR, PSP, SEF).

Para o almirante Martins Guerreiro, membro da organização do Seminário, o tema da falta de recursos técnicos e humanos passa simplesmente por uma questão central: "É ou não a Justiça uma prioridade do poder político?"

IV PAINEL

Acessos e custos da Justiça

A. BELO

Nuno Santos Silva, José Magalhães, Ana Drago e Guilherem Figueiredo

DIREITO de não escolher o advogado oficioso

LUÍS PINHEIRO DE ALMEIDA

O QUARTO E ÚLTIMO PAINEL foi um painel singular: não teve a participação de qualquer representante do poder *lato sensu* (ministra da Justiça no primeiro painel, presidente do Supremo Tribunal de Justiça no segundo e procuradora-geral da República no terceiro); foi o único que contou com a participação de uma *não especialista*, Ana Drago, socióloga; e, finalmente, constituiu o espaço da primeira intervenção de fundo do novo bastonário da Ordem dos Advogados, Guilherme Figueiredo, empossado dois meses antes.

Coube a Guilherme Figueiredo iniciar o painel, cujos tempos foram rigorosamente cronometrados, mas com alguma tolerância, pelo coronel Nuno Santos Silva, secretário da Direcção da Associação 25 de Abril.

Falando a 200 à hora, o bastonário fez uma intervenção de vinte e um minutos (ver resumo separado). Com uma intervenção baseada na Constituição fez a defesa dos interesses do advogado como parte essencial no processo do acesso à Justiça e dos seus custos.

Em síntese, Guilherme Figueiredo salientou que "a classe média não tem acesso à Justiça, o que é uma negação do Estado de Direito", que "os tribunais administrativos e fiscais são um escândalo" e defendeu o "pagamento faseado dos patronos".

Porque se trata de um assunto candente na sociedade portuguesa, as palavras do bastonário foram ouvidas com atenção e suscitaram comentários da assistência e dos próprios parceiros de debate.

Não sendo jurista, a ex-deputada do Bloco de Esquerda, socióloga, iniciou precisamente a sua intervenção de catorze minutos (contou com a benevolência de Santos Silva) com a questão da dúvida sobre o convite para participar no seminário.

"E exactamente por ser uma *não especialista* é que aceitei o convite, trazer a minha inquietude. Tenho a consciência clara de que os custos da Justiça são um obstáculo enorme ao acesso à Justiça", começou por dizer.

A. BELO

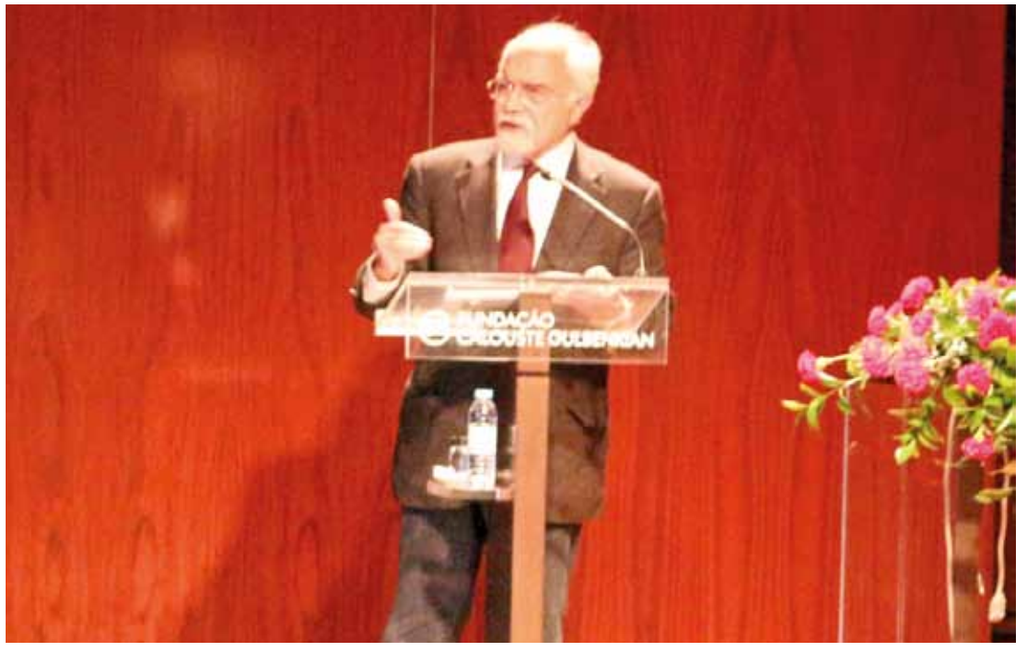
Ana Drago, socióloga

Defendeu que o sistema do utilizador-pagador é um "ponto de vista errado" no "debate da auto-sustentabilidade financeira da Justiça", repetindo que a "desigualdade (e as custas) são um obstáculo ao sistema de acesso à Justiça".

Utilizando uma linguagem sociológica, disse que a "sociedade portuguesa é constituída por camadas de temporalidade, umas em cima das outras, como as falhas, as carências do Estado Social. A Justiça para os pobres tropeça na ineficiência do Estado Social, introduzindo uma lógica de mercado com um sistema cada vez mais fechado sobre si próprio".

"No século XXI, o cidadão não percebe o sis-

tema, o Sistema Judicial tem de responder à fragmentação actual da sociedade. Nas relações laborais, as que são mais atípicas são cada vez mais normais", afirmou, citando a "globalização económica nos direitos que vão surgindo, como a migração, o racismo, o ambiente".
"As falhas vêm de trás", disse, reconhecendo que o "debate é difícil", sobretudo se "tirarmos o sistema judicial do círculo e adicionarmos novos desafios".
"A questão da transparência é determinante na transformação da Justiça na forma de comunicação com os cidadãos", sublinhou, reconhecendo que "o mesmo se passa na comunidade científica", onde está inserida.
A terminar, Ana Drago, que defendeu, sem grande êxito entre os seus pares no painel, a "carreira de defensores públicos", lembrou que "a sociedade civil não é o mercado", o que empolgou José Magalhães que se lhe seguiu no púlpito.
Secretário de Estado da Justiça e Modernização Judiciária no XVIII Governo Constitucional, chefiado por José Sócrates entre 2009 e 2011 e conhecido defensor das plataformas digitais, José Magalhães fez pois desta "paixão" o cerne da sua intervenção de quinze minutos.
Começou por corroborar a ministra da Justiça que, no debate da manhã, vincara que "os tribunais portugueses são tribunais de Abril", o que levantou o aplauso da assistência.
Mas José Magalhães sugeriu que é necessário um "impulso adicional": "o que é fascinante e relevante é que há um amanhã, precisamos de pensar", salientou.
O acesso à Justiça é um "direito basilar", lembrando que "se acabou com o velho sistema caritativo de assistência judiciária" e com "a diferença profunda que existia antes do 25 de Abril".
"Criámos um serviço público de Justiça igual ao Serviço Nacional de Saúde e orgulhamo-nos disso", disse, adiantando que "o problema é o financiamento".
José Magalhães citou depois as "novidades" dadas pela manhã pelo Presidente da República, Marcelo Rebelo de Sousa, ("há consenso para a redução das custas") e pela ministra da Justiça, Francisca Van Dunem ("está constituído um grupo de trabalho: há consenso sobre o diagnóstico, não há sobre a solução") para salientar que "a ambição deve acompanhar estas dimensões".
Referiu que a União Europeia ofereceu uma "nova solução", um "procurador europeu" que facilite o acesso ao Tribunal Europeu dos Direitos do Homem, voltando a sublinhar que a ambição de Portugal tem de ser "intensa e exigente".
José Magalhães apoiou o bastonário da Ordem dos Advogados na questão da "redução das taxas" e defendeu o "investimento nas tecnologias digitais", lembrando nomeadamente que o Ministério da Justiça "não tem revista nem publicações regulares" e a Procuradoria-Geral da República "não tem um sistema de atendimento no portal".
"Ter do outro lado alguém que saiba responder é fazível", disse, argumentando com a necessidade de "uma outra forma de gestão do papel:



A. BELO

José Magalhães, jurista

CDR, PDF" e deu como exemplo o Google que "actua em poucos segundos".
Relativamente à questão dos advogados *pro bono*, o ex-deputado socialista foi muito crítico: "não temos o vigor nem o ímpeto de fazer bem". Quanto aos "centros de arbitragem" disse que "não têm financiamento" e que "há lacunas que é necessário ultrapassar" e sobre o Ministério Público afirmou que "se gasta mal" e que "precisa de conquistar dinheiro".
"Há condições políticas para o fazer."
"A crise de confiança enfrenta-se, batalhando, que ninguém peça sossego, peçam medidas. O choque tecnológico é possível, o *front office* é o caminho, a assistência à distância é o caminho" – estas as linhas de força com que José Magalhães terminou o debate.
Uma das perguntas mais interessantes vindas da assistência veio de um advogada, "com muitos anos de barra", que questionou a impossibilidade de quem necessita de tribunal escolher o seu advogado oficioso, ao que a *não especialista* Ana Drago respondeu que "também não escolheu o médico quando dos seus partos, nem os professores dos filhos".

GUILHERME FIGUEIREDO
propõe criação de tecto para o valor das custas judiciais

NUMA INTERVENÇÃO assaz tecnicista, o bastonário da Ordem dos Advogados, Guilherme Figueiredo, começou por contextualizar o tema do painel, "Acessos e Custos da Justiça", no âmbito constitucional, sublinhando que "todos os cidadãos têm a mesma dignidade social e são iguais perante a lei" e que a todos é assegurado o acesso ao direito e aos tribunais.

"A Justiça não pode ser denegada por insuficiência de meios económicos, tendo todos direito, nos termos da lei, à informação e consultas jurídicas, ao patrocínio judiciário e a fazer-se acompanhar por advogado perante qualquer autoridade", disse.

O bastonário, cumprindo o tema, dividiu a sua prelecção abordando os "acessos", os "custos" e as "custas".

Relativamente aos "acessos", citou o "acesso à informação jurídica", o "acesso à linguagem jurídica", o "acesso pela maioria dos cidadãos ao funcionamento do sistema de Justiça que permitisse ultrapassar as meras percepções públicas e a fé de que a Justiça não funciona e que põem em causa a própria confiança no sistema judiciário" e o "acesso aos tribunais".

No "acesso aos tribunais" inclui-se o "apoio judiciário" que, nos termos da lei, inclui a "dispensa ou o pagamento faseado da taxa de justiça", a "nomeação e pagamento faseado da compensação de patrono", o "pagamento faseado da compensação de defensor oficioso" e a "atribuição de agente de execução".

Esta "protecção jurídica" dirige-se aos cidadãos nacionais e da União Europeia, "bem como estrangeiros e apátridas (...) que demonstrem estar em situação de insuficiência económica", disse.

"Se por um lado – adiantou – a noção legal de insuficiência económica exprime a incapacidade do requerente para suportar pontualmente os custos de um processo, tendo em conta o rendimento, o património e as despesas permanentes do seu agregado familiar, por outro, os requisitos previstos para a apreciação de insuficiência económica reduzem a aplicação da protecção jurídica às pessoas singulares com rendimentos muito escassos e sem consideração efectiva ao valor da acção a propor".

É por isso que o bastonário da Ordem dos Advogados exprime que "em Portugal apenas os mais carenciados podem beneficiar da protecção jurídica, por força do regime mencionado, e os mais ricos".

"Entre uns e outros, encontra-se uma classe média, que por natureza é a maioria, hoje depauperada, que se confronta com taxas de justiça e/ou custas judiciais elevadas que são um obstáculo no acesso à Justiça", sublinhou.

No capítulo dos "custos da Justiça, Guilherme Figueiredo citou a obra de Célia Costa Cabral, "Justiça: Desempenho, Custos e Financiamento – 40 Anos de Políticas de Justiça em Portugal" (Almedina, 2017) para salientar que "a Justiça em Portugal é um bem económico, porque temporariamente escasso, devendo a Justiça ser tida como um bem essencial e, nesse sentido, à margem das leis de mercado".

A. BELO

"Importa por isso pensar não só em soluções que possam contribuir para uma maior eficiência no sistema – como se defende na obra referida – mas também integrar esta questão dos custos da justiça quer na democratização do sistema, designadamente na sua relevante dimensão de acesso ao direito e aos tribunais".

A maior parte do discurso do bastonário, e a mais tecnicista, foi dedicada às "custas".

"Qualquer advogado que dedique os seus dias ao foro confronta-se diariamente com um sistema complexo, oneroso e dissuasor do recurso aos tribunais", opinou.

Depois de explicar, tecnicamente, como se desenvolve o Regulamento das Custas Processuais, Guilherme Figueiredo afirmou que o actual regime é "um sistema que dissuade o recurso ao sistema de Justiça para a maioria dos portugueses na medida em que, quer para todos os que não cumpram os apertados critérios económicos que veiculam o acesso ao Direito através da Segurança Social e que são os remediados, a classe média e a classe média-alta têm ao seu dispor um sistema dispendioso".

"O que um tal sistema gera – acrescentou – é, pois, algo que entendo não poder aceitar-se: exclui do acesso à justiça a maior parte da população portuguesa e penaliza os maiores operadores económicos que, por definição, são aqueles que têm processos com maior valor e para quem o ganho de causa não significa que não tenham de pagar quantias exorbitantes a final, a título de remanescente da taxa de justiça".

"Torna-se necessário – resumiu – criar um tecto para o valor das custas judiciais, a criação de isenção de custas para os processos de família em que está em causa o relevante interesse dos menores e para os processos laborais em que esteja em causa a cessação do contrato de trabalho e, para as pessoas singulares, estabelecer o valor das custas a suportar de acordo com os concretos das pessoas sujeitas ao seu pagamento, cumprindo assim os princípios constitucionais de proporcionalidade, necessidade e adequação e, para as pessoas colectivas a fixação do valor a título de custas que se adeqúe aos custos do serviço efectivamente prestado".

"Só assim teremos cumprida uma exigência essencial do Estado de Direito Democrático que é a garantia do acesso à Justiça", terminou.

LPA

DISCURSO DO PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

A reforma do Estado que está por fazer

Senhor Presidente da Associação 25 de Abril,
Senhor Director de "O Referencial",
Minhas Senhoras e Meus Senhores,

COMEÇO POR SAUDAR a Associação 25 de Abril na pessoa do seu presidente, o meu querido amigo coronel Vasco Lourenço, por esta oportuna iniciativa quando caminhamos para os 43 anos do 25 de Abril.
E agradecer o privilégio que é poder encerrar esta jornada de reflexão aberta pelo Senhor Presidente da República, professor Marcelo Rebelo de Sousa.
Há quase 43 anos, o corajoso Movimento dos Capitães pôs fim ao autoritarismo e colocou Portugal de novo no caminho da Liberdade, da Igualdade e da Fraternidade, valores nascidos há 200 anos das primeiras revoltas liberais.
A Assembleia da República não podia ficar indiferente à data, e por isso celebramos a partir deste ano o bicentenário do constitucionalismo e essa grande marca de justiça civilizacional que foi a abolição da pena de morte, há 150 anos.
Há 150 anos demos uma precursora lição de direitos humanos a todo o mundo.
Há 43 anos, com o 25 de Abril, abriram-se as portas da Liberdade, da Democracia e da Justiça aos portugueses.
Primeiro os capitães e depois a sociedade no seu todo libertaram o País de um regime sinistro de má memória.
Do 25 de Abril nasceram muitos sonhos e muitas promessas, dos quais resultaram muitas realizações democráticas. Na habitação, na infraestruturação, na educação, na saúde, na cultura, na ciência e no desporto.
Não há comparação possível entre o País de hoje e o País de há 43 anos.
Do 25 de Abril nasceu a ideia que dá título ao seminário que agora encerramos: Justiça Igual para Todos.

A. BELO

Não há dúvida que pusemos fim à justiça política e à justiça de classe então dominante.
Avançamos muito em matéria de direitos, liberdades e garantias.
Os direitos civis e a não discriminação com base no género, na raça ou na orientação sexual avançaram, e são múltiplos e conhecidos os avanços nessa frente.
Celebrámos há uma semana o Dia Internacional da Mulher com orgulho no caminho feito em matéria de igualdade na família, de participação na vida política e de saúde reprodutiva.
Mas também não há dúvida de que no sector da Justiça ainda muito está por fazer para chegarmos a esse objetivo de uma Justiça igual para todos.
Tem toda a razão a Associação 25 de Abril no diagnóstico que faz e no tema escolhido para este seminário.
Há os custos da Justiça e os meios de diferenciados de defesa entre quem pode e quem não pode suportar os custos dos advogados.
Há o acesso diferenciado em função também da região e da localidade em que vivemos.
E há depois também a questão da morosidade da Justiça, em especial nos grandes centros urbanos.
Os julgados de paz e os meios de conciliação extrajudicial constituíram um grande avanço, mas ainda assim insuficiente face à dimensão do problema.
A Justiça feita fora do tempo é uma Justiça menos justa.
A Justiça feita fora do tempo mina a confiança dos cidadãos na democracia, degrada as garantias individuais e gera retraimento nos investidores, nacionais e principalmente estrangeiros.
Não tenhamos dúvidas: a qualidade do sistema de Justiça é um factor absolutamente crítico para a competitividade da nossa economia e para a atracção de investimento.
Esta é porventura a grande reforma do Estado que está por fazer.
Os economistas dividem-se em muitas coisas. Mas todos são unânimes em identificar os custos de contexto com a burocracia, os custos associados à morosidade do sistema de Justiça, como factores que dificultam a nossa capacidade exportadora e a nossa capacidade de atrair investimento, especialmente investimento directo estrangeiro.
Nos últimos tempos temos tido bons resultados e consensos importantes em torno de programas de modernização administrativa e de modernização da Justiça.
A vida dos cidadãos e das empresas está hoje muito mais facilitada, graças ao recurso às novas tecnologias.
Mas nunca esqueçamos os mais velhos e os mais pobres que têm mais dificuldades em navegar nesta era do digital.
E acima de tudo não pensemos que a revolução digital pode ficar à porta da gestão dos tribunais e da administração da Justiça.
Dificilmente poderemos avançar em matéria de pendências e em matéria de avaliação do sistema e dos agentes da Justiça se não houver aqui um verdadeiro impulso de gestão e uma importação das melhores práticas gestionárias.
A economia e a sociedade mudaram; a Justiça tem de acompanhar essas mudanças.
Novos tempos, novos desafios, exigem novos modelos de gestão e organização.
Não há qualquer contradição entre os princípios eternos da Justiça e do Estado de Direito e esse esforço de modernização.
Pelo contrário: a modernização é hoje condição de concretização desses princípios e valores.
Os valores permanecem, mas os instrumentos mudam.
Foi aliás com esse mesmo espírito que lancei o projecto Parlamento Digital que visa tirar partido das novas tecnologias para melhorar a comunicação entre eleitos e eleitores, entre parlamento e cidadãos, sem esquecer a simplificação do processo legislativo.
Um desses valores constitucionais que tem de permanecer é o das garantias dos cidadãos perante o Estado e a Justiça.
O direito ao bom nome, a garantia de equilíbrio entre os meios da defesa e da acusação.
Não há garantias a mais no ordenamento jurídico português, como por vezes se ouve.
Os valores do Estado de Direito nunca são de mais e nunca estão a mais.
Nunca devem ser entendidos como um obstáculo ou um bloqueio.
Sem garantias, sem separação de poderes, sem independência dos tribunais, sem confiança na Justiça, não há Estado de Direito Democrático digno desse nome.
Em democracia, ninguém está acima da lei, mas também ninguém está abaixo da lei.
Justiça igual para todos é mesmo isso: para todos.
Vivemos tempos muito desafiantes para a Justiça e para os valores do Estado de Direito.
A ameaça terrorista ameaça opor o valor da segurança ao valor da liberdade.
A lógica das redes sociais, que tanto potencia a participação, fomenta ao mesmo tempo dinâmicas de insulto anónimo e de ataque pessoal que não podem deixar de merecer uma reflexão e uma atenção redobrada no parlamento e no seio do sistema de Justiça.
Essa lógica mais negativa parece aliás estar a contaminar a comunicação social e o debate político, havendo mesmo quem fale numa espécie de tabloidização do espaço público.
Não subscrevo tão dura visão das coisas mas não tenho dúvidas de que temos de saber lidar com estes desafios com inteligência política e com coragem democrática, sem comprometer valores e princípios que nos distinguem.
Termino saudando uma vez mais a Associação 25 de Abril e todos os participantes, desde logo o Senhor Presidente da República, que abriu este Seminário hoje de manhã e que tão bem tem interpretado o sentido do seu mandato, contribuindo assim para a necessária aproximação entre os cidadãos e as instituições do nosso Estado de Direito Democrático.
Quando falamos de Justiça para Todos em última análise é mesmo disso que falamos: da confiança dos cidadãos na própria democracia.
Muito obrigado.

Título da Redacção de "O Referencial"

MÁRIO
SOARES
1924-2017
IN MEMORIAM

Gratidão a MÁRIO SOARES

Lusa - Inácio Rosa

JOSÉ ANTÓNIO SANTOS

MARIO SOARES MORREU, em Lisboa, dia 7 de Janeiro, aos 92 anos, após vinte e cinco dias de internamento no hospital da Cruz Vermelha, onde se encontrava desde 13 de Dezembro de 2016. No dia 31 de Dezembro, quando o hospital procedeu à última actualização sobre o seu estado de saúde, Mário Soares continuava em "coma profundo".

Com a morte de Mário Soares fecha-se um ciclo da história contemporânea, simultaneamente, abre-se um outro da nossa memória colectiva que nos projecta para o legado de um homem ímpar, a

Foto oficial da Galeria dos Presidentes da República, óleo de Júlio Pomar

marcar profundamente a sociedade portuguesa na segunda metade do século XX, como protagonista de acontecimentos transformadores da história de Portugal e da Europa, também de África.

Na sua longa existência, Mário Soares não esteve sozinho. Companheira desde os alvores da juventude, Maria de Jesus Barroso Soares foi esposa dedicada, mãe estremosa, companheira e cúmplice de uma vida a dois, ao longo de 66 anos. Por isso, com o seu desaparecimento, a 7 de Julho de 2015, Mário Soares sentiu a vida fugir-lhe, já sem a motivação matricial, em boa parte, razão da amargura dos seus últimos dezoito meses de vida.

Natural de Lisboa, onde nasceu a 7 de Dezembro de 1924, Mário Alberto Nobre Lopes Soares era filho de João Lopes Soares, que foi ministro na I República, e de Elisa Nobre Baptista. Teve uma vida cheia, recheada de peripécias felizes e amargas, sempre subordinando as suas atitudes e comportamentos aos ideais do socialismo, da democracia e liberdade. Disso mesmo, nas páginas seguintes, nos dá conta Alfredo Barroso, seu sobrinho e dedicado colaborador durante décadas, no ensaio que escreveu em exclusivo para "O Referencial", gesto que aqui se agradece.

Cumpridos três dias de luto nacional, com honras de funeral de Estado – o primeiro da democracia de Abril – pelas 16H38, de 10 de Janeiro, a urna de Mário Soares foi depositada no jazigo 3820, do Cemitério dos Prazeres, em Lisboa, junto ao esquife de Maria Barroso.

Naquele preciso instante, cumpriam-se "Os dois sonetos de amor da hora triste", de Álvaro Feijó, tantas vezes declamados por Maria Barroso, por ela dedicados a seu marido, e que naquela manhã, nos claustros do Mosteiro dos Jerónimos, a sua voz voltou a ouvir-se:

I
Quando eu morrer - e hei-de morrer primeiro
do que tu - não deixes fechar-me os olhos
meu Amor. Continua a espelhar-te nos meus olhos
meu amor. Continua a espelhar-te nos meus olhos
e ver-te-ás de corpo inteiro

como quando sorrias no meu colo.
E, ao veres que tenho toda a tua imagem
dentro de mim, se, então, tiveres coragem,
fecha-me os olhos com um beijo.

Eu, Marco Pólo,

farei a nebulosa travessia
e o rastro da minha barca
segui-lo-ás em pensamento. Abarca

nele o mar inteiro, o porto, a ria...
E, se me vires chegar ao cais dos céus,
ver-me-ás, debruçado sobre as ondas, para dizer-te adeus.

II
Não um adeus distante
ou um adeus de quem não torna cá,
nem espera tornar. Um adeus de até já,
como a alguém que se espera a cada instante.

Que eu voltarei. Eu sei que hei-de voltar
de novo para ti, no mesmo barco
sem remos e sem velas, pelo charco
azul do céu, cansado de lá estar.

E viverei em ti como um eflúvio, uma recordação.
E não quero que chores para fora,
Amor, que tu bem sabes que quem chora

assim, mente. E, se quiseres partir e o coração
to peça, diz-mo. A travessia é longa... Não atino
talvez na rota. Que nos importa, aos dois, ir sem destino.

Em assembleia-geral ordinária, realizada dia 29 de Março, na sede, em Lisboa, (cf. página 172), "independentemente de se ter concordado, partidária e ideologicamente, com ele nalgumas fases da sua vida", mas reconhecendo inquestionável que "esteve sempre do lado da Liberdade, primeiro dos valores de Abril", a A25A decidiu conferir-lhe a dignidade de "sócio de honra", inscrevendo o seu nome como a vigésima segunda personalidade a quem a mesma é atribuída.

MÁRIO SOARES

Ministro dos Negócios Estrangeiros da Revolução de Abril (1974-1975)

ALFREDO BARROSO (*)

Mário Soares com Alfredo Barroso.

MÁRIO SOARES NÃO FOI apenas um dirigente político oposicionista e um corajoso resistente à ditadura de Salazar e Marcelo Caetano. Foi também um estadista.

Antes de mais, foi o primeiro ministro dos Negócios Estrangeiros de Portugal logo a seguir ao 25 de Abril, como membro do I, II e III Governos Provisórios, entre 16 de Maio de 1974 e 25 de Março de 1975. Foi ministro sem Pasta do IV Governo Provisório, de 26 de Março a 7 de Agosto de 1975. Não participou no V Governo Provisório, tal como os membros do PS ministros dos anteriores Governos Provisórios. Mas voltou a ser ministro sem Pasta no VI Governo Provisório, de 19 de Setembro 1975 a 22 de Julho de 1976.

Foi, além disso, o primeiro-ministro do I Governo Constitucional, executivo minoritário que tomou posse em 23 de Julho de 1976, na sequência da vitória do PS nas primeiras eleições legislativas realizadas na vigência da nova Constituição da República Portuguesa, aprovada pela Assembleia Constituinte em 2 de Abril de 1976. Foi primeiro-ministro do II Governo Constitucional, constituído na base de um «acordo de incidência parlamentar» entre o PS e o CDS, entre 23 de Janeiro e 29 de Agosto de 1978. E foi, ainda, primeiro-ministro do IX Governo Constitucional, constituído na base de um acordo de coligação entre o PS e o PSD, o chamado «bloco central», de 9 de Junho de 1983 a 6 de Novembro de 1985.

Finalmente, Mário Soares foi o primeiro político civil, na História de Portugal, a ser eleito Presidente da República por sufrágio directo, universal e secreto, no dia 16 de Fevereiro de 1986 (com 51,18 % dos votos), após segunda volta disputada com o candidato Diogo Freitas do Amaral. Foi reeleito para o segundo mandato como Presidente da República no dia 13 de Janeiro de 1991 (com 70,35 % dos votos). Os seus dois mandatos como PR caracterizaram-se, sobretudo, pelo exercício duma «magistratura de influência», cujos contornos ele próprio definiu, e pelas chamadas «Presidências Abertas», através das quais foi sucessivamente deslocando a sua sede do Palácio de Belém para as diferentes capitais dos Distritos.

Este ensaio é exclusivamente dedicado ao papel desempenhado por Mário Soares como ministro dos Negócios Estrangeiros dos três primeiros Governos Provisórios e ao contributo decisivo

que ele deu, não só para o rápido reconhecimento internacional da Revolução de Abril, mas também para o início do bem difícil processo de descolonização.
Antes, porém, uma breve evocação do tempo que imediatamente antecedeu, em 1974, o derrube do regime fascista pelo Movimento das Forças Armadas em 25 de Abril.

A QUEDA DA DITADURA DO ESTADO NOVO

Logo no início de 1974, são avassaladores os sinais que prenunciam a queda do regime de Salazar e Caetano, ou seja, a queda do salazarismo sem Salazar, ao cabo de 48 anos de ditadura. No dia 15 de Janeiro, toma posse do cargo de vice-Chefe do Estado-Maior General das Forças Armadas o general António de Spínola. O Chefe do EMGFA é o general Costa Gomes. Na primeira versão do seu discurso de posse, depois «censurada», Spínola chega a afirmar que as Forças Armadas não são a «guarda pretoriana do Poder» e que a disciplina, «nervo motor da eficiência militar», não pode ser confundida com «obediência cega» aos ditames do Poder político. No dia 23 de Fevereiro, Spínola publica o seu livro intitulado «Portugal e o Futuro», que surpreende o País e rapidamente se transforma num autêntico *best-seller*, inquietando seriamente os principais apoiantes da ditadura.
Mário Soares comentará o livro, sublinhando que Spínola fez uma análise da conjuntura nacional «como muita frieza e objectividade, e com invulgar coragem, também, para um oficial general no activo». De facto, o livro «serviu de detonador, desencadeando no meio militar um processo de tipo contestatário global». Mas Mário Soares salienta também, com particular lucidez: «Não foi o general Spínola que suscitou o chamado "Movimento dos Capitães", que é anterior à sua tomada de posição pública, e independente dela. Houve, por assim dizer, convergência. Com o seu livro, Spínola procurou canalizar o "Movimento", tentando exprimi-lo e aproveitá-lo, a seu modo. Por seu lado, os "Capitães" encontraram em Spínola um porta-estandarte e um amplificador das suas reivindicações extremamente oportuno, se bem que talvez pouco decidido a correr certos riscos».
No dia 5 de Março, Marcelo Caetano desloca-se à Assembleia Nacional, onde profere um discurso ultra-reaccionário, respondendo indirectamente, mas de modo incisivo, às ideias sobre a evolução do Ultramar expostas por Spínola no seu livro. O discurso coloca Marcelo Caetano definitivamente à mercê dos "ultras" do regime, designadamente do Presidente da República, Américo Tomás, do general Kaúlza de Arriaga – que tentara organizar, sem êxito graças a Costa Gomes e Spínola, um *putsch* inspirado pelo próprio Américo Tomás para remover Caetano – e de outros generais adeptos do regime, como Luz Cunha e Silvério Marques, além do inevitável Franco Nogueira, ex-ministro dos Negócios Estrangeiros de Salazar e, digamos assim, «curador político» da herança do falecido ditador.
Por coincidência, é nesse mesmo dia 5 de Março que os "Capitães" aprovam, em segredo, a primeira versão, ou texto-base, do seu programa, intitulado "O Movimento das Forças Armadas e a Nação". Como sublinha Mário Soares, em artigo publicado a 8 de Março no jornal "Le Monde", «qualquer coisa mexe, finalmente, em Portugal». Uma semana depois, a 14 de Março, ocorre o famoso acto público da chamada "Brigada do Reumático", isto é, dos generais que vão prestar uma vergonhosa "vassalagem" ao Presidente do Conselho, Marcelo Caetano, acto público esse a que os generais Costa Gomes e Spínola se recusam a comparecer. No dia seguinte, 15 de Março, são ambos destituídos dos cargos de Chefe e vice-Chefe do EMGFA, sendo nomeado para substituir Costa Gomes o general Edmundo Luz Cunha, acérrimo defensor das "teses" de Kaúlza de Arriaga. Caetano está prisioneiro dos seus adversários "ultras". É um suicídio político e o sinal de que a queda do regime não tardará. Ainda no dia 15, os oficiais do Centro de Instrução de Operações Especiais, em Lamego, revoltam-se e tomam conta da unidade como forma de protesto. Na noite de 15 para 16 de Março, dá-se o levantamento de tropas do Regimento de Infantaria 5, nas Caldas da Raínha, que chegam a marchar sobre Lisboa mas serão forçadas a regressar à unidade. Mais do que uma "tentativa falhada", porém, o "golpe das Caldas" acaba por ser, sobretudo, além de um aviso sério, um "balão de ensaio", ou mesmo um "ensaio geral" do movimento vitorioso que será desencadeado pelo MFA na madrugada de 25 de Abril.
Como Mário Soares recordará, mais tarde, em diálogo com o jornalista francês Dominique Pouchin, no livro «Portugal: Que Revolução?»: «A sublevação das Caldas da Raínha tinha dado o alarme. Mas nós já tínhamos, antes disso, uma ideia bastante exacta da situação no interior do Exército. De tempos a tempos, havia contactos que me vinham ver a Paris. Eu próprio fui a Espanha para me encontrar, junto à fronteira portuguesa, com camaradas do Porto e da região Norte. Não nos tinha escapado a agitação subterrânea existente na maior parte das unidades do País. Seguíamos de perto o descontentamento, cada vez maior, dos oficiais: alguns vinham mesmo discretamente falar disso com o Raul Rêgo, director do "República". Era essa uma das nossas fontes de informação. Preparava-se um golpe; era só uma questão de tempo».
No dia 24 de Abril de 1974, Mário Soares está em Bona, então capital da República Federal

MÁRIO SOARES COMENTARÁ O LIVRO, ["PORTUGAL E O FUTURO"] SUBLINHANDO QUE SPÍNOLA FEZ UMA ANÁLISE DA CONJUNTURA NACIONAL «COM O MUITA FRIEZA E OBJECTIVIDADE, E COM INVULGAR CORAGEM, TAMBÉM, PARA UM OFICIAL GENERAL NO ACTIVO». DE FACTO, O LIVRO «SERVIU DE DETONADOR, DESENCADEANDO NO MEIO MILITAR UM PROCESSO DE TIPO CONTESTATÁRIO GLOBAL»

Alemã, a convite do SPD (Partido Social-Democrata alemão), no poder, devendo a sua visita culminar com um encontro com o chanceler Willy Brandt, no dia 25, encontro esse que já não viria a ter lugar. Mário Soares recorda o que se passou: «No dia 24, à noite, fui convidado para jantar como ministro da Defesa da RFA. Uma vez mais, teria de me resignar: ouviram-me com simpatia e com evidente interesse, mas não acreditavam em mim. E, no entanto, que mais poderia eu dizer para os convencer? Não tinha esquecido nada: a revolta dos capitães, a personalidade de Spínola, o papel de Costa Gomes, a conspiração em marcha, mais importante e mais decisiva do que todas as precedentes. Tudo isto para entoar, uma vez mais, o mesmo refrão: "O Caetano está perdido, compreendam bem. É preciso que os governos ocidentais estabeleçam distâncias firmes em relação ao regime condenado; que não hesitem mais e assegurem desde já relações com o futuro, que não pode deixar de ser a democracia, em Portugal. A Revolução está a chegar"...».
Mário Soares «nunca havia sentido tão próximo o fim do fascismo», sabia que tinha razão, mas o cepticismo dos seus interlocutores causava-lhe uma sensação desagradável: «Estava como que a pregar no deserto. As minhas palavras esbarravam num cepticismo cortês». O que lhe diz o ministro alemão só o confirma: «Nós já o conhecemos. Você nunca desistiu dessa ideia do golpe militar. É um optimista inveterado. Mas verá que os militares hesitam sempre no momento de dar o último passo. Ainda não será desta vez. É preciso esperar, infelizmente». E, no entanto, Mário Soares será acordado, na madrugada do dia 25 de Abril, às seis horas da manhã, por uma voz que lhe diz: «Você tinha razão, passam-se coisas muito graves em Lisboa. Parece que a Revolução está na rua»!
De facto, o Movimento das Forças Armadas estava na rua e, com ele, milhares de populares que comemoravam em delírio a queda da ditadura ao fim de quase meio século. Mário Soares nunca desistira da "ideia do golpe militar", e os acontecimentos estavam a dar-lhe razão. E é bem provável que tenham afastado de uma vez por todas a possibilidade de uma conspiração para o liquidar, como viria a ser revelado no livro intitulado «O Caso Delgado - autópsia da Operação Outono», de Manuel Garcia e Lourdes Maurício (1977). Segundo os autores, o sinistro professor Mário Carvalho, na realidade um informador da PIDE/DGS sob o pseudónimo "Oliveira", infiltrado em meios da oposição – e que em 1965 tinha arrastado Humberto Delgado para a cilada de Vila Nueva del Fresno, na região de Badajoz, onde o "General sem medo" seria assassinado por um comando da polícia política de Salazar – também já propusera aos seus superiores «qualquer coisa de interessante» contra Mário Soares, que ele tanto odiava e nunca conseguira enganar. De facto, num relatório por ele enviado à PIDE/DGS lê-se o seguinte: «Ignoro se poderá interessar um programa futuro em relação ao marido da Barroso, que se encontra com base em Paris. Talvez se pudesse combinar qualquer coisa de interessante para a causa e, superadas algumas dificuldades, chegar a uma acção conjunta e deixar as iniciativas isoladas. (...) Na expectativa de ser informado sobre o assunto, para poder interessar-me, cumprimentos para todos e abraços do vosso amigo sempre ao dispor, o "Oliveira"».
Na Ditadura era assim. Mário Soares era um alvo a abater. Mas, agora, com o Estado Novo a desmoronar-se e a Ditadura a liquefazer-se, Mário Soares já não vai encontrar-se com Willy Brandt e regressa imediatamente de Bona a Paris, onde dispõe de uma importante rede de contactos, e de onde pretende partir para Portugal ao mais ínfimo sinal de que o regresso ao País é relativamente seguro.

Mário Soares com o chanceler alemão Willy Brandt.

O RECONHECIMENTO INTERNACIONAL DA REVOLUÇÃO DE ABRIL

Ao fim de quatro anos de exílio que lhe foi imposto pelo governo de Marcelo Caetano e pela PIDE/DGS – como alternativa à prisão e julgamento por «traição à pátria» – Mário Soares regressa a Portugal de comboio (o Aeroporto

da Portela ainda estava encerrado) no dia 28 de Abril, no *Sud Express*, que ficará a ser conhecido como o "Comboio da Liberdade". Além de Mário Soares, viajavam nele Maria Barroso, Francisco Ramos da Costa, Manuel Tito de Morais, Fernando Oneto e outros companheiros de exílio, que serão recebidos em apoteose por um mar de gente frente à Estação de Santa Apolónia.

Mário Soares é o primeiro exilado político dirigente da Oposição Democrática a regressar ao País, antes mesmo de estar seguro da consolidação da revolta militar. Para ele, porém, o apoio das massas populares e das forças democráticas é um motivo bastante forte para confiar no êxito do Movimento das Forças Armadas. A sua visão dos acontecimentos é clara: o movimento vitorioso do 25 de Abril não deve ser considerado um *putsch* militar, mas sim um levantamento nacional das Forças Armadas imediatamente secundado pelas massas populares. Foram verdadeiramente as Forças Armadas e as forças democráticas – numa palavra: o Povo – que reconquistaram a liberdade. Como dirá alguns dias após o seu regresso ao País, em conferência de Imprensa, foram derrubados os pilares do fascismo e criou-se um novo poder – o sindicalismo das classes trabalhadoras – mas ainda se mantêm as bases sociais de suporte do Estado Novo, nomeadamente do poder económico e do «baronato» corporativo, que é preciso destruir. As Forças Armadas estão a dar um exemplo de tolerância e de generosidade, mas – salienta - não se pode deixar armados os inimigos que espreitam oportunidades para inverter a nova situação.

Ainda na Estação de Santa Apolónia, o seu advogado e amigo, José Magalhães Godinho, comunica discretamente a Mário Soares que o general António de Spínola, presidente da Junta de Salvação Nacional, o aguarda na sede do EMGFA, na Cova da Moura. Quando se encontram, finalmente, pela primeira vez, Soares e Spínola abraçam-se espontaneamente. E o general diz-lhe: «A revolução está feita. Sinto-me feliz por o receber». Mário Soares faz questão que Spínola compreenda, para que não haja equívocos, que tem perante ele o Secretário-Geral do PS, «um homem de partido», necessariamente ligado às orientações e decisões tomadas pelos órgãos directivos do PS. Mas o presidente da Junta de Salvação Nacional espera que Mário Soares cumpra uma primeira missão urgente: «A Revolução precisa de imediato reconhecimento internacional. Você tem amizades e contactos na Europa e no Mundo. É o homem que nos pode abrir as portas. Conto consigo». Mário Soares torna-se, assim, o primeiro ministro dos Negócios Estrangeiros da Revolução de Abril, antes mesmo de ser investido oficialmente no cargo, em Maio, quando o I Governo Provisório toma posse perante o novo Presidente da República, António de Spínola.

Ainda no dia 28 de Abril, emergindo da clandestinidade, o Conselho Directivo do PS reúne com a participação de Mário Soares e emite um importante comunicado, no qual o Partido Socialista define como «objectivos mais urgentes da Nação Portuguesa, além dos que já constam do Programa do Movimento das Forças Armadas», os seguintes:

a) O fim das guerras coloniais com imediato cessar-fogo e abertura de negociações com o Estado da Guiné-Bissau e os Movimentos de Libertação de Angola e Moçambique, na base do reconhecimento do direito dos respectivos povos à autodeterminação e independência;
b) Amnistia imediata para todos os que, por imperativo de consciência, se recusaram a prestar serviço militar;
c) Libertação de todos os presos políticos nas colónias
d) Direito de voto a partir dos 18 anos e para os emigrantes;
e) Eleições urgentes por sufrágio universal e democrático para as Juntas de Freguesia e Câmaras Municipais, como condição prévia de eleições para a Assembleia Constituinte;
f) Afastamento da vida política de todas as pessoas que têm sido a expressão do regime deposto e a sua substituição por cidadãos fiéis ao Programa do Movimento das Forças Armadas;
g) Luta contra o domínio dos monopólios, inteira liberdade de organização sindical e estudantil, acompanhada da liquidação do corporativismo;
h) Estabelecimento de relações diplomáticas com todos os países».

Mário Soares irá empenhar-se, desde logo, em dar cumprimento aos objectivos enunciados na primeira e na última alíneas: pôr termo às guerras coloniais através do estabelecimento de acordos de cessar-fogo e da abertura de negociações; abrir Portugal ao Mundo por via do estabelecimento de relações diplomáticas com os países até então hostis à Ditadura do Estado Novo, quebrando o isolamento a que o «orgulhosamente sós» votou o País.

MÁRIO SOARES REGRESSA A PORTUGAL DE COMBOIO (O AEROPORTO DA PORTELA AINDA ESTAVA ENCERRADO) NO DIA 28 DE ABRIL, NO SUD EXPRESS, QUE FICARÁ A SER CONHECIDO COMO O "COMBOIO DA LIBERDADE". ALÉM DE MÁRIO SOARES, VIAJAVAM NELE MARIA BARROSO, FRANCISCO RAMOS DA COSTA, MANUEL TITO DE MORAIS, FERNANDO ONETO E OUTROS COMPANHEIROS DE EXÍLIO

No dia 1.º de Maio, Mário Soares participa na gigantesca manifestação comemorativa da liberdade reencontrada, ao fim de 48 anos de regime fascista, e usa da palavra no comício que imediatamente se segue. «Valeu a pena ter lutado! Valeu a pena ter sofrido, para poder assistir a esta grandiosa festa da Liberdade!», são as suas primeiras palavras. E acrescenta: «O fascismo foi vencido no dia em que foi liquidada a PIDE/DGS e abolida a Censura, mas agora vão começar as dificuldades. Não reclamo represálias contra ninguém e devemos ser tolerantes e generosos, mas considero um escândalo que continuem em liberdade os Rapazotes, Santos Júniores e outros ex-governantes responsáveis pela repressão, os quais deviam ser julgados, não por um "tribunal plenário" como na ditadura, mas por um tribunal comum com todas

as garantias de defesa». E Mário Soares adverte: «Temos à nossa frente dificuldades tremendas. E há experiências históricas que não devem ser esquecidas, como é o caso trágico do Chile. Não podemos repetir os erros cometidos. Temos de ser lúcidos e dignos nesta hora». E a hora é, não só de democratizar, mas também de descolonizar: «Esta Revolução foi feita porque precisamos de liquidar rapidamente a guerra colonial. Temos de ter muita coragem para o conseguir, e o nosso primeiro passo consistirá em estabelecer o diálogo e negociar com os movimentos de libertação das colónias africanas. Não queremos abandonar os portugueses que vivem em Angola, em Moçambique e no Estado da Guiné-Bissau. Pelo contrário, queremos defender as suas vidas e proteger os seus haveres. Mas é exactamente para os defender que precisamos urgentemente de negociar e pôr termo à guerra». É com este espírito e estes objectivos que, no dia seguinte, 2 de Maio, Mário Soares parte para um périplo na Europa como o primeiro mensageiro do 25 de Abril, num avião da TAP expressamente fretado para o efeito pela Junta de Salvação Nacional.

Mário Soares dirige-se a várias capitais europeias, sobretudo às dos países membros da CEE (Comunidade Económica Europeia), para explicar a chefes de Estado e de Governo, e aos líderes da Internacional Socialista, a importância das mudanças ocorridas em Portugal e a urgência do reconhecimento diplomático da Revolução. Será imediatamente recebido: em Londres pelos trabalhistas Harold Wilson e James Callaghan, no poder; em Bona pelo chanceler Willy Brandt; em Roma pelo socialista Pietro Nenni; no Vaticano pelo secretário de Estado, cardeal Agostino Casarolli; em Helsínquia por todos os líderes sociais-democratas escandinavos, também no poder: Olof Palme (Suécia), Kalevi Sorsa (Finlândia), Tygrevie Brateli (Noruega) e Anker Jorgensen (Dinamarca). Em Bruxelas, graças aos bons ofícios do padre Boutard, que serviu de intermediário, Mário Soares tem um encontro secreto com o presidente do MPLA, Agostinho Neto. Também se encontrará com o Presidente do Senegal, Leopold Sedar Senghor, que está de passagem por Paris.

O êxito desta missão, feita na qualidade de Secretário-Geral do PS, é completo. E, todavia, os seus camaradas na direcção do partido tinham-no aconselhado a ficar em Lisboa, a fim de organizar o mais rapidamente possível as infraestruturas do PS. Mas, recordará Mário Soares: «Quem era suficientemente conhecido de Willy Brandt para lhe pedir audiência no próprio dia? Quem podia organizar, à pressa, um encontro com o Presidente do Senegal, Leopold Senghor? Quem é que tinha a possibilidade de reunir em Helsínquia, através dum simples telefonema, os líderes sociais-democratas da Escandinávia? Por quem esperaria Harold Wilson para reconhecer, sem mais demora, o novo regime português?».

Em conferência de Imprensa que dará, ainda em Maio de 1974, como secretário-geral do PS, Mário Soares salientará a importância da nova imagem que Portugal começara a criar no estrangeiro, após décadas de isolamento, desconfiança e descrédito a que Portugal fora votado na cena internacional pelo regime salazarista e caetanista.

Mário Soares com o presidente francês François Miterrand.

Por outro lado, numa entrevista ao semanário norte-americano «Newsweek», publicada no dia 13 de Maio, Mário Soares, exprime uma visão realista sobre os verdadeiros problemas que o país enfrenta: «Não devemos assustar a burguesia. Mas a situação é explosiva, devido aos contrastes chocantes entre a riqueza e a pobreza neste país. Como se sabe, mantemos o mais baixo nível de vida da Europa Ocidental. A menos que se faça alguma coisa para atenuar as grandes diferenças na distribuição da riqueza, haverá um rápido aumento das tensões, agora que as pessoas podem exprimir livremente as suas ideias. Durante o regime anterior havia uma classe económica dirigente que tirava o maior proveito da ditadura. Os seus privilégios terão de ser-lhes retirados». Mário Soares também se pronuncia sobre a «aliança ocidental», que considera dever ser mantida: «Enquanto o outro lado mantiver o Pacto de Varsóvia, acre-

dito na cooperação com o Ocidente e na segurança colectiva que a aliança com a NATO representa». Mas faz uma prevenção: «Não podemos ser ingénuos. Acredito na tolerância. Mas não devemos ignorar a possibilidade de uma contra-revolução a pairar sobre as nossas cabeças e permitir que o País se transforme noutro Chile. Penso que devemos punir todos os responsáveis pelas mortes de vários dirigentes políticos que combatiam a ditadura. A menos que façamos algo, eles podem levantar-se, tomar o poder e executar-nos, como aconteceu no Chile».

É indubitável que o facto de Mário Soares ser ministro dos Negócios Estrangeiros dos três primeiros Governos Provisórios – com o assentimento de dois primeiros-ministros (Adelino da Palma Carlos no I e Vasco Gonçalves no II e no III) e de dois Presidentes da República (primeiro Spínola e depois Costa Gomes) – trouxe grande credibilidade a esses Governos, no sentido em que se tornou claro que as intenções políticas tanto eram de democratizar como de descolonizar e tendo em conta que Mário Soares era conhecido no mundo africano como um activo anticolonialista (não apenas do pós-25 de Abril) e um resistente que tinha sido preso, deportado e exilado pela polícia política da Ditadura por se opor radicalmente às teses colonialistas dos governos de Salazar e Caetano.

Por outro lado, também é evidente que as relações que Mário Soares mantinha, enquanto secretário-geral do PS, com os dirigentes da Internacional Socialista, muitos deles líderes de governos europeus, contribuíram para prestígio internacional que lhe permitiu fáceis contactos com os países de Leste, com os quais Portugal conseguiu estabelecer relações diplomáticas, assim como os bons contactos que Mário Soares mantinha nos EUA, graças às suas relações de amizade com Willy Brandt e Harold Wilson.

A eficácia do Ministério dos Negócios Estrangeiros e do seu corpo diplomático também foi posta à prova e correspondeu às expectativas. Para isso muito contribuiu a atitude de Mário Soares desde o primeiro dia em que entrou no Palácio das Necessidades. Disse com toda a clareza que não haveria «saneamentos», que contava com a competência dos diplomatas – e se algum deles não estivesse de acordo com as novas orientações políticas deveria dizê-lo e afastar-se sem receio de represálias, porque não sofreria quaisquer sanções.

Como Mário Soares afirmará, em conferência de Imprensa no Palácio das Necessidades, a 13 de Setembro de 1974, antes de partir para os EUA, no dia seguinte, para intervir na 29.ª sessão da Assembleia Geral das Nações Unidas: «No espírito do Ministério dos Negócios Estrangeiros, a política de descolonização estava, e está, intimamente relacionada com os principais aspectos da política externa portuguesa». Mas o processo de descolonização começou por enfrentar reais obstáculos logo no início.

INÍCIO DA DESCOLONIZAÇÃO DA GUINÉ-BISSAU E DE CABO-VERDE

O processo de descolonização foi a outra vertente, bem mais complexa e difícil, da tarefa tão exaltante como espinhosa de Mário Soares como ministro dos Negócios Estrangeiros dos primeiros Governos Provisórios. As primeiras divergências surgiram bem cedo à luz do dia: «Spínola fazia questão de distinguir autodeterminação e independência, julgando que assim poderia travar o curso da História», recorda Mário Soares. «Mas», acrescenta, «não havia, quanto a nós, outra saída a não ser a independência, conclusão vitoriosa das lutas de libertação nacional e ponto final numa guerra colonial injusta e dispendiosa, em vidas e haveres». Teve, porém, de convencer os seus camaradas do PS a não provocar confrontos políticos imediatos sobre essas divergências. Para Mário Soares, «o essencial seria negociar a paz com os movimentos nacionalistas, pois a partir daí a dinâmica criada ultrapassaria necessariamente as meias medidas preconizadas por Spínola». Estava convencido – e os acontecimentos dar-lhe-iam razão – de que «um cessar-fogo escrupulosamente respeitado criaria, por si só, as condições de uma paz duradoira, indispensável para negociar o acesso à independência, quer certos responsáveis portugueses o quisessem ou não». Na realidade, o fim das hostilidades nunca seria oficialmente proclamado, mas os combates tornaram-se cada vez mais esporádicos, acabando pouco tempo depois.

O general Spínola assume as funções de Chefe de Estado em 15 de Maio de 1974, e o I Governo Provisório, presidido por Adelino da Palma Carlos, toma posse no dia 16 de Maio. Mário Soares é o ministro dos Negócios Estrangeiros, Salgado Zenha o ministro da Justiça e Raúl Rêgo o ministro da Comunicação Social – os três em representação do PS. Almeida Santos, ainda independente, é o ministro da Coordenação Interterritorial, e acompanhará Mário Soares nos primeiros passos do processo de descolonização.

«NO ESPÍRITO DO MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS, A POLÍTICA DE DESCOLONIZAÇÃO ESTAVA, E ESTÁ, INTIMAMENTE RELACIONADA COM OS PRINCIPAIS ASPECTOS DA POLÍTICA EXTERNA PORTUGUESA». MAS O PROCESSO DE DESCOLONIZAÇÃO COMEÇOU POR ENFRENTAR REAIS OBSTÁCULOS LOGO NO INÍCIO

No próprio dia 16, após a tomada de posse, Mário Soares parte para Dakar, no Senegal, onde vai encontrar-se com Aristides Pereira, sucessor de Amílcar Cabral como secretário-geral do PAIGC, graças aos bons-ofícios do Presidente Leopold Senghor. Entretanto, na Guiné-Bissau, as conversações entre militares portugueses e representantes do PAIGC têm início mal é conhecido o encontro de Mário Soares com Aristides Pereira.

Ao tornar-se ministro dos Negócios Estrangeiros, Mário Soares resolveu, prudentemente, «começar pelo mais fácil, por forma a desencadear a dinâmica da descolonização», para «atacar a questão de Angola mais tarde, na esperança de obter melhores condições», como

explicará ao jornalista Dominique Pouchin, no livro «Portugal: Que Revolução?».
As negociações formais com representantes do PAIGC terão início em Londres, no dia 23 de Maio. Mário Soares chefia a delegação portuguesa, que integra Almeida Santos e Jorge Campinos, secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros. Todavia, a intransigência de Spínola e a sua incapacidade para avaliar correctamente a situação, impedem a assinatura, em Londres, de um acordo com o PAIGC em bem melhores condições do que aquele que a delegação portuguesa, também chefiada por Mário Soares, terá de assinar em Argel, três meses depois. Spínola dera ordens estritas, enviadas para Londres, de que não permitiria que fosse concedido ao PAIGC o direito à autodeterminação. Apesar de já ser Presidente da República, Spínola ainda agia como se fosse governador da Guiné!
Antes do acordo em Argel, porém, ainda cairá o I Governo Provisório, no dia 9 de Junho, com a demissão do primeiro-ministro, Adelino da Palma Carlos. Pressionado nos bastidores por Spínola, que ansiava por obter uma viragem política num sentido autoritário, o primeiro-ministro decidira reivindicar poderes reforçados, nomeadamente alterando a lei que previa a colegialidade do Governo. Mas essa alteração foi recusada pelo MFA, a crise precipitou-se e os meandros do caso tornaram-se bem mais claros. Spínola não insistiu, refugiou-se nos bastidores e deixou cair, sem uma palavra, o homem que tinha escolhido para «apalpar o terreno». Palma Carlos compreendeu o erro que tinha cometido e portou-se com grande dignidade, demitindo-se e partindo discretamente e sem rancor.
Tendo como novo primeiro-ministro o coronel Vasco Gonçalves, que quase todos, menos o PCP, ainda julgavam que era um militar progressista mas moderado, o II Governo Provisório toma posse em 17 de Junho de 1974. Mário Soares, Salgado Zenha e Almeida Santos são reconduzidos nas mesmas pastas. Só em 17 de Julho seguinte o Presidente Spínola fará a sua histórica declaração de reconhecimento do direito dos povos à audeterminação e à independência, sem quaisquer ambiguidades. No princípio de Agosto, Mário Soares recebe em Lisboa o secretário-geral da ONU, Kurt Waldheim, com quem mantém conversações tendo em vista o processo de descolonização. No dia 5 de Agosto, é publicado o acordo entre a ONU e Portugal, no qual é reconhecida a independência da Guiné-Bissau (que já fora declarada unilateralmente em 14 de Setembro de 1973) e o direito à independência das restantes colónias portuguesas (Moçambique e Angola).
No dia 26 de Agosto, Mário Soares chefia a delegação portuguesa que negoceia e assina, em Argel, com uma delegação do PAIGC chefiada por Pedro Pires, o acordo que fixa a data de 10 de Setembro de 1974 para o reconhecimento formal e definitivo da independência da República da Guiné-Bissau. O general Spínola, na qualidade de Presidente da República, ratifica em 28 de Agosto o acordo assinado na capital da Argélia.
Como Mário Soares salientará, em conferência de Imprensa no dia 13 de Setembro, foi

Mário Soares e Samora Machel, líder da Frelimo.

possível, nas negociações em Argel, separar a questão do território da Guiné da questão do território de Cabo Verde. O PAIGC (Partido Africano para a Independência da Guiné e de Cabo Verde) admitiu, de acordo com as recomendações da ONU, que a situação era diversa nos dois territórios. Na Guiné existia uma luta de libertação que durava há vários anos, ao passo que em Cabo Verde nunca existiu luta armada. As duas partes concordaram, por isso, em considerar que o princípio da autodeterminação deveria ser integralmente respeitado e que deveria ser organizada uma consulta à população de Cabo Verde. Portugal juntou-se, assim, aos mais de 90 países que já tinham reconhecido o Estado da Guiné-Bissau. Em 5 de Julho de 1975, será proclamada a independência da República de Cabo Verde.

INÍCIO DA DESCOLONIZAÇÃO DE MOÇAMBIQUE

Bem mais difícil vai ser a negociação do acordo de reconhecimento da independência de Moçambique. No dia 6 de Julho de 1974, Mário Soares encontra-se com o líder da FRELIMO, Samora Machel, em Lusaka, sob os auspícios do Presidente da Zâmbia, Kenneth Kaunda. É o célebre «abraço de Lusaka». Mário Soares evoca esse momento histórico:
- «Curioso protocolo à inglesa: o chefe do Estado zambiano quis receber ao mesmo tempo

as duas delegações, numa imensa sala dividida ao meio por uma grande mesa. Kaunda estava de pé, numa das extremidades da sala, atrás dele tinham tomado lugar todos os altos dignatários do país e grande parte do corpo diplomático. Na outra ponta amontoavam-se os jornalistas. Fizeram então entrar as duas delegações por portas laterais: a FRELIMO pela direita e os portugueses pela esquerda. Tudo isto com grande solenidade. Quando vi Samora Machel, o presidente da FRELIMO, contornei rapidamente a mesa para o abraçar. Otelo Saraiva de Carvalho, que me acompanhava, fez o mesmo. Nascido em Moçambique, ele conhecera no liceu alguns membros da delegação da FRELIMO. Na realidade, Otelo estava ali por ordem de Spínola... para me espiar e travar. Ironia das coisas! Como meses mais tarde ele diria numa entrevista então publicada, já nessa altura estava pronto a fazer muito mais concessões do eu próprio». O que era verdade!

Como mais tarde haviam de confirmar três jornalistas amigos de Otelo – Avelino Rodrigues, Cesário Borga e Mário Cardoso – no seu livro «Portugal depois de Abril», Spínola não tinha deixado ao ministro dos Negócios Estrangeiros, Mário Soares, «a mais pequena margem de manobra» e, por isso, Mário Soares «falava cautelosamente, explorando o terreno, como um diplomata experimentado». Pelo contrário, Otelo «revelava abertamente a disposição do MFA de reconhecer o direito à independência, sem se preocupar com as limitações impostas pelo Presidente». Entre a grande intransigência de Spínola e a total ligeireza de Otelo, não era nada fácil, para um ministro responsável como Mário Soares, negociar o reconhecimento da independência de Moçambique com salvaguarda dos interesses dos portugueses. Em todo o caso, as negociações bem sucedidas com o PAIGC, o importante discurso de Spínola a 27 de Julho, o acordo com a ONU em Agosto, e as alterações políticas internas que vão ocorrendo em Lisboa, permitem ir desbloqueando o processo.

Em 8 de Agosto de 1974, é solicitado o cessar-fogo à FRELIMO, cuja aceitação é condição para o movimento de libertação participar no Governo de transição previsto nos acordos de Lusaca, juntamente com elementos designados pelo Governo português. A 16 de Agosto, restabelecem-se as conversações em Dar-Es-Salam. E nos dias 5 e 6 de Setembro, de novo em Lusaca, uma delegação portuguesa constituída por Mário Soares, Almeida Santos e Melo Antunes negoceia e assina o acordo com a FRELIMO que fixa em 25 de Junho de 1975 a data da proclamação da independência da República Popular de Moçambique. O acordo será aprovado e promulgado pelo Presidente da República, António de Spínola.

Mas o trajecto até à independência não será tão pacífico quanto seria desejável. Em 7 de Setembro, estalam em Lourenço Marques graves incidentes provocados por separatistas brancos, que não estão dispostos a perder os seus privilégios e não aceitam o teor dos acordos com a FRELIMO. Esses incidentes alastram rapidamente a Quelimane, a Nampula e à cidade da Beira. Mas acabarão por ser dominados quase por completo nos dias 8 e 9. Os incidentes isolados que ainda ocorrerão já não terão proporções tão dramáticas. Houve dezenas, talvez mesmo centenas, de mortos e feridos durante os confrontos provocados pelos separatistas brancos, mas as tropas portuguesas mantiveram-se leais ao Governo português e evitaram o prolongamento do que seria um banho de sangue.

O 28 DE SETEMBRO DE 1974 E O 11 DE MARÇO DE 1975

O mês de Setembro de 1974 foi bastante conturbado, também em Lisboa. Elementos da direita saudosos da Ditadura e adeptos do reforço dos poderes do Presidente da República, António de Spínola, da dissolução do MFA e da ilegalização do PCP, decidem convocar para o dia 28 de Setembro, na Praça do Império, frente ao Palácio de Belém, uma manifestação da chamada «Maioria Silenciosa» (várias vezes invocada por Spínola nos seus discursos). E será num ambiente de grande tensão que, nesse dia, muitos militares do MFA, sindicalistas e militantes da esquerda e da extrema-esquerda, erguem barreiras e conseguem impedir a realização da manifestação. Spínola renuncia ao cargo no dia 30 de Setembro, fazendo um discurso carregado de cores negras, no qual avisa que o País entrou num «sistema de anarquia generalizada em que cada um dita a sua própria lei» e proclama que «a crise e o caos são inevitáveis». Não era o caso na altura, virá a sê-lo no «Verão quente» de 1975. Mas Spínola, general autoritário com manifesta impreparação para a política, estava longe de ser capaz de dominar a situação. Pelo contrário, só contribuiu para a incendiar. No próprio dia 30, o general Costa Gomes substitui-o no cargo de Presidente da República.

O TRAJECTO ATÉ À INDEPENDÊNCIA NÃO SERÁ TÃO PACÍFICO QUANTO SERIA DESEJÁVEL. EM 7 DE SETEMBRO, ESTALAM EM LOURENÇO MARQUES GRAVES INCIDENTES PROVOCADOS POR SEPARATISTAS BRANCOS, QUE NÃO ESTÃO DISPOSTOS A PERDER OS SEUS PRIVILÉGIOS E NÃO ACEITAM O TEOR DOS ACORDOS COM A FRELIMO

No dia 28 de Setembro, Mário Soares, regressado à Europa após ter feito a sua intervenção na Assembleia Geral das Nações Unidas e ter mantido várias conversações na ONU, estava já em Estrasburgo, onde faria uma intervenção na sessão do Conselho da Europa, para explicar e defender as mudanças ocorridas em Portugal desde o 25 de Abril. Informado acerca dos acontecimentos em curso em Lisboa, regressa ao País no dia 29 de Setembro. Vivem-se momentos de grande agitação, a que Mário Soares reage fleumaticamente:

- «Alguns camaradas esperavam-me armados, no aeroporto! Nem sequer tenho a certeza de que soubessem servir-se das pistolas que ostentavam. Envolveram-me imediatamente, explicando-me: "Somos os seus guarda-costas. Corre o risco de ser raptado, talvez mesmo assassinado. A direita

atacou. Ninguém sabe onde está o Cunhal. Devia fazer o mesmo e esconder-se durante algum tempo num local discreto"... Reagi imediatamente: "Guardem as pistolas, isso é só folclore. Porquê toda esta agitação? Temos um partido, uma direcção, vamos reuni-la. Vou regressar a minha casa, no meu carro, e aí poderemos discutir com mais calma"»... Mário Soares confessa que «estava perplexo».

No dia 1 de Outubro de 1974, toma posse perante o novo Presidente da República, general Costa Gomes, o III Governo Provisório. Vasco Gonçalves é de novo primeiro-ministro e Mário Soares mantém a pasta dos Negócios Estrangeiros. No dia 28 de Outubro é dado um passo significativo no sentido da institucionalização do Movimento das Forças Armadas, que irá chamar a si, quer o controlo do processo político interno, quer o domínio dos processos de descolonização em curso, sobretudo o de Angola. É criada a Assembleia do MFA, também chamada «Assembleia dos 200», e o Conselho Superior do MFA, também designado por «Conselho dos Vinte», que engloba sete membros da Junta de Salvação Nacional, sete membros da Comissão Coordenadora do Programa do MFA, cinco militares membros do Governo (Vasco Gonçalves, Melo Antunes, Vítor Alves, Costa Brás e Costa Martins) e Otelo Saraiva de Carvalho, na qualidade de comandante do COPCON (Comando Operacional do Continente). Também são criados Conselhos dos três ramos das Forças Armadas.

A 11 de Março de 1975 dá-se uma curiosa tentativa de golpe militar de direita cuja autoria é atribuída ao general Spínola, que fugirá para o estrangeiro após o fracasso do golpe. O enviado especial do "Le Monde", Dominique Pouchin, conhecido pelas suas simpatias pela extrema-esquerda, resume deste modo esse «estranho drama»:

– «Primeiro golpe de Estado jamais tentado quando o Sol brilhava no zénite do meio-dia. Dois aviões fora de moda apareceram no céu de Lisboa e resolveram bombardear o RALIS, sentinela dos acessos Norte da capital. Paraquedistas cercaram o quartel envolvidos por uma multidão de curiosos e de operários mobilizados. Duas horas mais tarde, tudo tinha acabado. Os *páras* e os soldados de infantaria abraçaram-se e confraternizaram. Mas, a cem quilómetros dali, um helicóptero deixaria a Base Aérea de Tancos: a bordo, o general do monóculo, António de Spínola, vencido, porventura por ter caído numa armadilha, toma o caminho do exílio. E, de repente, a Revolução acelera-se»...

Ia começar, como recordará Mário Soares, «a grande liturgia da "ligação Povo-MFA". Os acólitos da Quinta Divisão (contra-informação e propaganda do Estado-Maior do Exército) iriam deitar cá para fora todo o seu arsenal de *posters*, de palavras de ordem, de discursos, e mesmo uma canção à glória do "companheiro Vasco", considerado a encarnação do MFA, "grande dinamizador nacional"». Na visão retrospectiva e bastante realista de Mário Soares: «O MFA deu origem a muitas ilusões: uns acreditaram que ele podia inspirar-se na chamada "experiência peruana"; outros ousaram estabelecer analogias com o movimento que levou Fidel Castro ao poder... Mas tudo isso pressupunha uma coerência e uma homogeneidade que o MFA nunca teve. De facto, a partir do momento em que alguns quiseram transformar o movimento em instrumento directo do poder, a unidade de fachada do MFA desfez-se e os conflitos agudizaram-se». A luta entre as correntes militares reflectia de maneira mais ou menos deformada os antagonismos que opunham os diferentes partidos: «Desde que a solidariedade de casta, cimento natural entre militares, se esboroou, nada mais mascarou os desacordos, e apareceram quatro grandes tendências: a ala "radical", confusamente representada pelo "general" Otelo Saraiva de Carvalho; a facção pró-comunista, regida por Vasco Gonçalves e instrumentalizada pela Quinta Divisão; o grupo dos "moderados" (Grupo dos Nove) – a que Mário Soares preferia chamar «democratas – polarizado em torno da personalidade do major Melo Antunes; e, por fim, uma corrente conservadora».

É a esta luz que serão lidos os acontecimentos que se sucedem a partir do «golpe» falhado de 11 de Março. No dia seguinte, 12 de Março, a Junta de Salvação Nacional e o Conselho de Estado são extintos e criado, em sua substituição, o Conselho da Revolução. Pressionado por este e pelas manifestações de rua organizadas pelo PCP e por movimentos de extrema-esquerda, o Governo Provisório dá início à execução de um vasto plano de nacionalizações (Banca, Seguros, Transportes e por aí fora). A palavra de ordem do Conselho da Revolução é «avançar sempre», e o COPCON de Otelo Saraiva de Carvalho assume uma «posição de vanguarda do MFA» patrocinando o «movimento de ocupação de casas devolutas»

O III Governo tem os dias contados. O PS é olhado com desconfiança e o PPD como partido reaccionário. Mas ambos permanecem representados no IV Governo Provisório, que toma posse a 26 de Março, mais uma vez chefiado pelo coronel Vasco Gonçalves, e agora com ministros indigitados, outra vez, pelo MDP/CDE. Mário Soares deixa de ser o ministro dos Negócios Estrangeiros, é substituído no cargo pelo major Melo Antunes, e passa a ser, como ele próprio dirá, «ministro sem pasta... e sem poder». O que lhe proporciona mais tempo, enquanto secretário-geral do PS, para se ocupar com a preparação das primeiras eleições livres tão reivindicadas pelos socialistas – as eleições para a Assembleia Constituinte, no dia 25 de Abril de 1975 – que serão ganhas pelo PS, com 37,9 % dos votos.

"GUARDEM AS PISTOLAS, ISSO É SÓ FOLCLORE. PORQUÊ TODA ESTA AGITAÇÃO? TEMOS UM PARTIDO, UMA DIRECÇÃO, VAMOS REUNI-LA. VOU REGRESSAR A MINHA CASA, NO MEU CARRO, E AÍ PODEREMOS DISCUTIR COM MAIS CALMA"»... MÁRIO SOARES CONFESSA QUE «ESTAVA PERPLEXO»

Agostinho Neto (MPLA), Costa Gomes, Holden Roberto (FNLA), Jonas Savimbi (UNITA), Mário Soares e António Almeida Santos

É neste ambiente – em que o poder passa para as mãos do Conselho da Revolução e a legitimidade dos votos é totalmente desvalorizada e afastada para segundo plano – que a descolonização vai continuar, embora tudo se torne bem mais difícil e dramático.

O "VESPEIRO" ANGOLANO

A descolonização de Angola, ou seja, as negociações com vista ao reconhecimento da sua independência constituirão, de facto, um problema extremamente complexo de muito mais difícil solução. Desde logo, porque se apresentam a reivindicar a independência de Angola três movimentos de libertação: o MPLA, de Agostinho Neto, com longas tradições de luta e aliado do PAIGC e da FRELIMO; a FNLA, de Holden Roberto, que operava no Norte de Angola a partir do Zaire, com o apoio de Mobutu; a UNITA, de Jonas Savimbi, acusada de colaborar com as tropas coloniais portuguesas, mas com real implantação na zona Leste de Angola. Como sublinhará Mário Soares: «Sempre pensei que se devia relegar a descolonização de Angola para final do processo. As dificuldades eram consideráveis: havia que ter em conta os interesses dos portugueses – a desproporção entre a população de origem europeia e a de origem africana era bastante menor em Angola do que em Moçambique - mas também, e sobretudo, a divisão entre os três movimentos de libertação. Através deles defrontavam-se as grandes potências. A única esperança era chegar a um acordo conjunto com as três organizações nacionalistas. Não havia outra maneira de fazer cessar a guerra».

Mário Soares tinha relações antigas com Agostinho Neto, mas não ignorava que o MPLA estivera longo tempo minado por divisões internas entre tendências. Reconhecia, por outro lado, que tinha uma certa desconfiança em relação à UNITA, de Jonas Savimbi, cujos apoios considerava serem algo obscuros. Finalmente, nunca tivera o menor contacto com a FNLA, de Holden Roberto, antes do 25 de Abril. Só depois é que estabelecera contactos, em Tunes e em Kinshasa. Mário Soares decidira manter uma atitude de neutralidade em relação aos três movimentos. Todavia, após grandes esforços e graças a uma diplomacia diversificada e activa, foi possível trazer a Portugal os dirigentes dos três movimentos para estabelecer o chamado «Acordo de Alvor», assinado em 15 de Janeiro de 1975, que definia os princípios e parâmetros a que deveria odedecer a partilha do poder entre o MPLA, a UNITA e a FNLA, após o reconhecimento da independência da República Popular de Angola, cuja data foi prevista para o dia 11 de Novembro de 1975. Como salienta Mário Soares, esta iniciativa recebeu, na altura, o apoio de todos os grandes líderes africanos, como Kenneth Kaunda, Julius Nyerere, Boumedienne, Siad Barre, Presidente da Somália (então Presidente da OUA, Organização de Unidade Africana), além de outros chefes de Estados. Todos eles queriam impedir a todo o preço a «congolização» de Angola, o que poderia ser inevitável se Portugal tivesse tomado partido por um ou outro dos três movimentos nacionalistas.

Terminará aqui o período relativamente breve, pacífico e bem sucedido da descolonização portuguesa. De facto, pouco depois da assinatura do «Acordo de Alvor», os três movimentos de libertação iniciam um conflito armado pelo controlo de Angola, antes da independência, numa verdadeira guerra civil que se prolongaria por várias décadas e chegaria a assumir grandes proporções com o envolvimento de tropas cubanas, ao lado do MPLA, e de tropas sul-africanas, ao lado da UNITA, na sequência da tomada do poder em Luanda pelo MPLA, com claro apoio do presidente Costa Gomes, do MFA e do PCP. Como lembra Mário Soares: «Os sucessivos representantes portugueses em Luanda conduziram políticas sensivelmente diferentes. O almirante Rosa Coutinho favoreceu o MPLA e deu-lhe uma força militar que o movimento nunca tinha tido. Os seus sucessores quiseram impor uma atitude mais neutral. Mas é verdade que as oscilações resultantes das crises políticas internas em Portugal tornaram muito mais difícil e menos credível a nossa arbitragem». E acrescenta: «à medida que se aproximava o dia 11 de Novembro de 1975, as pressões tornaram-se mais fortes, em Lisboa, para denunciar o Acordo de Alvor e reconhecer o MPLA como único garante da soberania angolana. Apesar dos laços antigos que o liga-

Mário Soares na Internacional Socialista em Estocolmo, 22 de Agosto de 1975

vam ao movimento de Agostinho Neto, o Partido Socialista entendeu que estava em causa a honra de Portugal e que não podíamos, sem nos desconsiderarmos aos olhos do mundo inteiro, rasgar os acordos que tínhamos assinado com os três movimentos de libertação reunidos em Alvor».

Como dirá mais tarde Mário Soares: «Não se pode misturar guerra civil com descolonização. Quando a independência foi proclamada unilateralmente pelo MPLA, a UNITA contestou de maneira muito forte, e a isso seguiu-se (o prolongamento de) uma guerra civil que durou até à morte de Savimbi», assassinado em 22 de Fevereiro de 2002, por um grupo de 30 elementos das FAPLA do MPLA, quando estava «a beber chá de mel», acampado no mato, perto de Lucusse, região do Moxico, no Leste de Angola.

CONCLUSÃO

Para avaliarmos o período crucial da Revolução de Abril, entre 16 de Maio de 1974 e 26 de Março de 1975, durante o qual Mário Soares foi ministro dos Negócios Estrangeiros, o essencial é saber se, em relação à descolonização da Guiné e de Moçambique, havia outra saída. Como salienta Mário Soares: «Partimos de um dado de facto indiscutível: o exército português estava vencido no campo de batalha e desmoralizado». Teria sido possível, como preconizava o general António de Spínola, o procedimento só aparentemente democrático que consistira em respeitar literalmente o princípio «um homem, um voto»? Isso seria, na opinião de Mário Soares, «ignorar a realidade africana» e

«provocar, em Moçambique, uma guerra civil desastrosa, inventando formações políticas para enfrentar a FRELIMO, único movimento representativo». Seria também «empenhar de novo e inelutavelmente na guerra o exército português», desembocando numa «derrota mais desgastante ainda». «Não, não havia outra escolha senão negociar» – insiste Mário Soares - «e, para isso, fazer intervir, em nosso favor, o jogo complexo das novas relações internacionais por nós criadas».

Em resumo: «O caminho que empreendemos era o único realista. Durante este período, a descolonização foi rápida e pacífica. Não se pode ignorar que abordámos a descolonização nas piores condições, após catorze anos de uma guerra que estava militarmente perdida, já que as nossas tropas se recusavam a combater mais tempo. De resto, não tínhamos quase nenhuma margem de manobra para negociar. Décadas de política colonial fascista deixaram as populações na incapacidade de se adaptarem a uma situação inteiramente nova. O clima racial e humano estava de tal modo deteriorado que não tínhamos outra alternativa». E, todavia, em linhas gerais, esta descolonização foi bem sucedida.

Paralelamente à descolonização, Mário Soares desenvolveu uma extraordinária actividade diplomática, quebrando definitivamente o isolamento internacional do País, recuperando o prestígio perdido entre muitos dos seus aliados tradicionais e tornando Portugal um país aberto em todas as direcções que lhe estavam vedadas pelo regime fascista: Europa de Leste, Médio

Oriente, África, Ásia e Oceânia. De facto, Mário Soares foi o artífice da abertura a Leste e insistiu sempre na diversificação das relações com os países comunistas e com países do Terceiro Mundo, asiáticos, árabes e africanos. Efectuou, nomeadamente, viagens oficiais à URSS, à Jugoslávia e à Roménia, assim como a países do Terceiro Mundo como a Tunísia, a Líbia, a Somália e a Índia. Um «tour de force» notável, sem dúvida.

Nos dez meses em que esteve à frente do Ministério dos Negócios Estrangeiros, desde que tomou posse o I Governo Provisório, em 16 de Maio de 1974, até ao final do III Governo Provisório, em 26 de Março de 1975, Portugal estabeleceu relações diplomáticas com 27 países, assinou acordos comerciais, culturais e outros com 15 países, abrindo assim novas e promissoras perspectivas de cooperação internacional. A nova política externa posta em prática por Mário Soares, baseada no estabelecimento de relações diplomáticas com todos os países do mundo, conduziu naturalmente Portugal a retomar, de pleno direito, os seus lugares em vários organismos e organizações internacionais (UNESCO, FAO, OIT, UPU, ICAO, UIT, etc., etc.), das quais fora suspenso ou mesmo excluído durante o regime de Salazar e Caetano, por causa da ditadura e da guerra colonia. As três direcções fundamentais dessa nova política externa – estreitamento das relações com os países da Aliança Atlântica e da Comunidade Económica Europeia (CEE); decidida abertura aos países da Europa de Leste; reatamento e intensificação das relações com todos os países do Terceiro Mundo – foi, sem dúvida alguma, plenamente coroada de êxito, com vários momentos altos.

Entre tais momentos, escolho de propósito um que considero mais singelo e divertido, para rematar este ensaio. Durante a conferência de Imprensa no Palácio das Necessidades em 13 de Setembro de 1974, um jornalista espanhol, antes de entrar no fundo das matérias, dirigiu-se a Mário Soares nestes termos: «Queria começar por dizer-lhe, Senhor Ministro, que, neste momento, a sua popularidade em Espanha é certamente maior do que a do toureiro Manuel Benitez, *El Cordobês*»! Ao que Mário Soares respondeu: «Espero que seja um elogio. Não percebo nada de tauromaquia!»…

Lisboa, 14 de Abril de 2017

(*) ALFREDO BARROSO, licenciado em Direito e Jornalista, foi director dos Serviços de Informação e Imprensa do Ministério dos Negócios Estrangeiros (entre Maio de 1974 e Agosto de 1976); secretário-geral da Presidência do Conselho de Ministros (entre Agosto de 1976 e Janeiro de 1980), tendo suspendido estas funções para desempenhar o cargo de chefe de Gabinete do primeiro-ministro Mário Soares durante parte do I e o II Governos Constitucionais (1977-1978); deputado do PS à Assembleia da República (1980-1983); secretário de Estado da Presidência do Conselho de Ministros do IX Governo Constitucional, sendo primeiro-ministro Mário Soares (1983-1985); e chefe da Casa Civil do Presidente da República, Mário Soares, durante os seus dois mandatos (1986-1996).

Arquivo Lusa

Mário Soares quando usava da palavra no acto da assinatura da adesão de Portugal à CEE, em Lisboa, a 12 de Junho de 1985

A bandeira da LIBERDADE

VASCO LOURENÇO

MÁRIO SOARES é, desde o dia 25 de Março de 2017, Sócio de Honra da Associação 25 de Abril. Mantive com Mário Soares uma forte amizade, criada numa vivência comum, em muitas cumplicidades, mas também caldeada com enormes discussões provocadas por diferentes maneiras de ver o mundo, a política e a sociedade.

Antes de Abril, conhecia Mário Soares de nome, não sabia muito dele, mas tive oportunidade de o conhecer melhor após a Madrugada Libertadora.

Líder carismático dos socialistas portugueses, destacou-se na luta contra Salazar e Caetano, na luta contra o fascismo e o colonialismo.

Formado no seio de republicanos, fortemente influenciado pelos que confundiam o antimilitarismo com o antimilitares, Mário Soares nunca percebeu bem a natureza dos Militares de Abril, teve sempre enorme dificuldade em compreender que estes eram mais civilistas do que grande parte dos seus apaniguados de partido, o que, aliado a alguns contactos anteriores a Abril, o levou a ter como aliados os spinolistas e outros para quem Abril pouco significava.

Foi um mar de equívocos em que navegou durante bastante tempo, mais do que o desejável, e o levaria a cometer enormes erros, nomeadamente quando, ironia das ironias, disputou esse espaço com Ramalho Eanes.

Uma virtude teve contudo Mário Soares, que lhe permitiu ultrapassar os erros cometidos e que poderiam ter tido resultados desastrosos: nunca aceitou pisar o risco que limitava o campo da Liberdade. Essa foi a bandeira da sua vida, ainda que a forte componente anticomunista – criada numa vivência pessoal, de antigo militante fortemente desiludido – o levasse a procurar e/ou aceitar alianças que colocaram em perigo o tipo de sociedade – mais livre, mais democrática, mais justa e mais fraterna – por que sempre lutou nos mais de noventa anos da sua vida.

Vivi com ele momentos muito difíceis, uns em completa concordância de posições, outros em que nos colocámos quase que em posições antagónicas. Tudo isso conseguimos ultrapassar de forma a construir uma amizade sólida e uma consideração mútua, que fazia com que alguns dos meus amigos me apontassem como o meu maior defeito precisamente a amizade com Mário Soares.

Amizade que nos levou a algumas atitudes por vezes dificilmente compreensíveis. Recordo apenas duas: quando em 1986 fui punido disciplinarmente pelo CEME, general Firmino Miguel, Mário Soares, então Presidente da República, enviou um dos seus adjuntos militares, o spinolista e militar de Abril Manuel Monge, visitar-me na CHERET (onde cumpria a pena disciplinar) para me apresentar os seus cumprimentos e a sua solidariedade.

(Ainda me recordo bem do preocupado tenente-coronel – hoje major-general – a frisar-me bem que "estava ali, não em nome pessoal, mas sim em nome do Senhor Presidente". "Oh! Manel, nunca tive dúvidas. Sei perfeitamente que, por ti nunca estarias aqui...", tranquilizei-o.)

Não foi como pagamento, mas quando Mário Soares decidiu, pela terceira e última vez, concorrer a Presidente da República, mesmo dizendo-lhe claramente que não concordava, que, agora, ele não iria vencer, não hesitei em apoiá-lo activa e publicamente.

E o levou a ele, após ultrapassar uma enorme incompreensão sobre a natureza e a razão de ser da Associação 25 de Abril, a fazer-se sócio da instituição que acaba de lhe outorgar a qualidade de Sócio de Honra.

E, desde que se fez sócio, sempre colaborou com a A25A, destacando-se a solidariedade pública na acção de não aceitação do convite para estar presente nas comemorações oficiais do 25 de Abril, na Assembleia da República e onde a sua participação na fantástica jornada

Arquivo Lusa

do Carmo, nos 40 anos de Abril, acompanhado por sua mulher, Maria de Jesus Barroso Soares, ocupou lugar de grande destaque.

É por tudo isso que foi com enorme e doloroso pesar, que vi partir quem costumava responder – vi-o fazer isso muitas vezes – aos que lhe chamavam 'Pai da Democracia': "Não, quem fez o 25 de Abril, quem nos libertou, foram os capitães de Abril! Esses é que são os pais da democracia!"

Humildade exagerada? Talvez, mas eu quero ver nessas atitudes o "pagamento" de alguns erros de apreciação que durante algum tempo formulou em relação aos autores do 25 de Abril.

De uma coisa estou convicto: Mário Soares, pela sua acção determinante como líder partidário da principal força política que lutou por um Portugal democrático, tem direito a ser considerado um dos "Pais da Democracia". A sua liderança das forças civis no processo de consolidação democrática, que se seguiu ao 25 de Abril em Portugal, justifica plenamente esse título honorífico.

E, honra lhe seja feita, nos últimos anos de vida soube compreender que o campo de luta, o campo das alianças, era diferente dos que viveu nos anos 70, 80 e 90 do século passado.

Pragmático quanto baste, soube aperceber-se, e actuar em conformidade, de que o anticomunismo se não justificava, como o vivera nesses anos, que o inimigo de uma sociedade mais livre, justa e democrática vestia outras roupagens. Por isso, defendia soluções como a que acabou por ser liderada por António Costa. Por isso, apoiou a "geringonça", lutou pela sua consolidação e, estou convicto, estaria satisfeito com a sua evolução e continuaria a apoiá-la.

Também por isso, lhe manifesto aqui, o meu doloroso pesar por o ver partir, a minha homenagem a um cidadão que está na galeria dos maiores de Portugal, como está na galeria dos Sócios de Honra da Associação 25 de Abril.

Um grande, grande abraço amigo, até sempre, meu caro Mário Soares.

GOLPE OU CRISE PALMA CARLOS?
A surpresa de um 'pequeno e médio capitão'

A. Belo

RIBEIRO CARDOSO

NO DIA 1 DE MARÇO, o tradicional almoço de quarta-feira na A25A teve como orador convidado um militar vindo do Porto, embora nascido em Viseu há 71 anos.

Homem de acção e cultura, especialista em História Militar, escritor e, entre muitas outras coisas, tradutor qualificado de Nicolau Maquievel ('A Arte da Guerra' – 2006; 'O Príncipe' – 2007; e 'Discursos sobre a Primeira Década de Tito Lívio' – 2010), o coronel David Martelo quando começou a falar disse logo, com humor e pontaria, ao que vinha:

"Aqui estou com muito prazer – e orgulho também. Sou sócio desta casa desde a primeira hora, como sou também, desde o primeiro minuto, do MFA e da Revolução de Abril. Mas olhando para a lista dos convidados anteriores, há hoje aqui qualquer coisa diferente. Reparem: todos os que neste lugar me precederam no uso da palavra são militares que tiveram uma posição destacada na Revolução – são os grandes capitães de Abril. Ora, eu pertenço aos pequenos e médios capitães de Abril: nunca integrei o Conselho da Revolução, nunca fui ministro, comandante de unidade, nada. Até na noite primeira da revolução nela entrei e andei no meu próprio automóvel, o que muito gozo e jeito me deu.

Dito de outro modo: penso que o generoso convite que me foi feito deve-se aos meus trabalhos de História Militar, paixão a que me entrego desde há muito.

Assim, trocando silenciosamente comigo próprio umas ideias sobre o assunto, em vez de falar do que foi acontecendo na minha vida militar e civil, decidi pegar num tema que, na época, a maior parte de nós conheceu de forma extremamente reduzida – apesar da sua importância. Mais: um tema que, talvez devido aos calores e às emoções da época, ficou registado e foi interpretado de um modo deficiente, talvez mesmo errado, na nossa História recente.

Naquela altura – Verão de 1974 – o tempo político português estava escaldante, tudo fervia cá fora e nós, com pouca água, fervíamos por dentro.

Refiro-me ao chamado 'Golpe Palma Carlos', o texto lido pelo então primeiro- ministro, que a meu ver não foi bem ouvido e muito menos bem interpretado, originando uma crise tal que o levou a pedir a sua demissão.

Com razão ou sem razão, é assim que eu interpreto o que então se passou. E se me permitem, passo a ler o que escrevi e comigo trouxe, na esperança de no final podermos discutir em conjunto a minha tese sobre este facto e este momento da nossa história recente."

REVER A CRISE "PALMA CARLOS"

O tema que escolhi para este "Almoço com Histórias" levar-nos-á à evocação de um dos episódios da Revolução de Abril que – numa visão muito pessoal – avaliei, na época, com manifesto desconhecimento de toda a problemática em jogo.

A. Belo

Estávamos nas primeiras semanas do período revolucionário e sentiam-se inesperadas dificuldades para a obtenção de um cessar-fogo em África. Ao longo do mês de Maio de 1974, foram sendo conhecidas as reacções dos Movimentos de Libertação às posições políticas que o Programa do MFA avançara sobre a questão ultramarina. Ficou imediatamente claro que não se acomodariam ao projecto que o general Spínola enunciara no seu livro Portugal e o Futuro *e que a guerra continuaria até que a Junta de Salvação Nacional reconhecesse o direito à independência. As conversações que se iniciaram então com os Movimentos de Libertação mais não fizeram do que confirmar os comunicados que até nós haviam chegado.*

A partir de 14 de Junho, todas as conversações com os Movimentos de Libertação ficariam suspensas. Dada a extrema urgência que o assunto requeria, a parte do País que se preocupava seriamente com a questão ultramarina começava a interrogar-se sobre a bondade das soluções preconizadas pelas novas autoridades. Simultaneamente, a sociedade portuguesa via-se a braços com a agitação social própria de uma revolução e uma grave crise económica que requeria medidas urgentes, não permitidas pelos limitados poderes concedidos ao Governo Provisório.

Neste contexto, o primeiro-ministro Palma Carlos decidiu apresentar ao Conselho de Estado, a 8 de Julho de 1974, uma proposta de alteração do cenário constitucional, que permitisse ganhar tempo relativamente às disposições iniciais do programa do MFA. Recorde-se que as mesmas, apontando para eleições constituintes em Março de 1975 e para uma Constituição aprovada na Primavera de 1976, permitiriam visualizar, numa perspectiva optimista, a existência de órgãos de *soberania legítimos lá para o final de 1976 ou início de 1977.*

A proposta de Palma Carlos era constituída por um Projecto de Lei Constitucional, em cujo extenso preâmbulo, no tocante à questão ultramarina, se referia:

> *'O problema ultramarino é [...] aquele que mais fortes implicações traz para a vida actual e para o destino dos Portugueses pelos danos morais e materiais que a sua não-resolução comporta para a democratização agora empreendida da vida nacional'.*

Mais adiante, Palma Carlos reconhecia que a dinâmica revolucionária se encarregara de, em poucas semanas, ultrapassar muitas das ideias contidas no programa do MFA e alertava os responsáveis para a complexidade da gestão do factor tempo em ambiente revolucionário:

> *'Em certo sentido, o Programa do Movimento das Forças Armadas veio logo a ser ultrapassado [...] pelo Programa do Governo Provisório Civil [...] visto que este prevê, nomeadamente: «instituição de um esquema destinado à consciencialização de todas as populações residentes nos territórios ultramarinos, para que, mediante um debate livre e franco, possam decidir o seu futuro no respeito pelo princípio da autodeterminação (n.º 7, alínea b); exploração de todas as vias políticas que possam conduzir à paz efectiva e duradoura no Ultramar (n.º 7, alínea e)'*

Encontra-se, depois, ultrapassado por dois importantes factos já referidos: o brotar de partidos políticos, e não só de meras associações cívicas ou políticas; a abertura de negociações em Londres e Argel com o PAIGC e em Lusaca com a FRELIMO e o sentimento generalizado que esse ou outro tipo de negociações tem de prosseguir. [...]

'Não parece ainda, por mais optimista que se deva ser, que o projecto de regresso do nosso Povo à legalidade democrática, após meio século de interrupção, possa vir a realizar-se no caso de permanecer o desassossego económico e social – que conduz às falências, ao desemprego, à falta de bens de primeira necessidade e ao clima propício aos golpes reaccionários – e de continuar por resolver a questão ultramarina com a guerra e as suas sequelas, entre as quais graves divisões entre os cidadãos, restrições a certas liberdades e despesas militares exorbitantes. Para que o Programa do Movimento das Forças Armadas aqui possa ser executado, hão-de o Presidente da República e o Governo que remover depressa estes obstáculos.

'Inspirado nos mais elevados ideais democráticos e na mais pura doutrina constitucional, o Programa do Movi-

mento das Forças Armadas previu um esquema institucional provisório de organização do Estado em que às autoridades desde já constituídas não era dado senão o poder dirigir o País na passagem da ditadura para a democracia sem tomar decisões de fundo, deixadas estas para o Povo ou para os seus representantes reunidos em Assembleia Constituinte.

'Noutras épocas – como em 1820-1821 ou em 1910-1911 –, um ano não seria, efectivamente, um longo período de espera (e, apesar disso, sempre os Governos dessas épocas não hesitaram em promover as reformas tidas por indispensáveis). No nosso tempo, porém, a aceleração da vida excede todas as expectativas e as massas não têm paciência, ou suficiente paciência, para aguardar que novas autoridades constitucionalmente designadas acudam aos seus pequenos ou grandes dramas – e isso, sobretudo, se acabam precisamente de ser libertadas de um regime que, a pretexto de estudar os problemas, os escamoteava ou diferia por tempo indefinido. [...]'

Depois, denotando as preocupações de um jurista que se detivera a imaginar como seria realizável a solução preconizada por Spínola para a autodeterminação dos territórios ultramarinos, Palma Carlos não escondia as perplexidades que, do ponto de vista prático, a mesma lhe inspirava:

'Em segundo lugar, não se percebe bem como poderia ser eleita uma Assembleia Constituinte sem estarem em vias de solução os problemas ultramarinos. A Assembleia vai ser apenas da metrópole ou conjuntamente da metrópole e dos territórios ultramarinos? Se tudo indica que alguns destes territórios se vão separar de Portugal a que título estariam representados naquela Assembleia? Em compensação, se eles ainda não se autodeterminaram ou pelo menos, se o Governo português ainda não acedeu a conceder-lhes a independência, como exclui-los de uma presença aí?'

Perante as dificuldades e dúvidas assim descritas, Palma Carlos, com o evidente apoio de Spínola, propunha um referendo incidindo sobre uma Constituição Provisória – previamente aprovada pelo Conselho de Estado – e a eleição simultânea do Presidente da República. Este acto eleitoral deveria ocorrer até 31 de Outubro de 1974. Em consequência deste novo cenário constitucional, as eleições para a Assembleia Constituinte ficavam diferidas por um prazo que poderia ir até 30 de Novembro de 1976.

Para este efeito, o Projecto de Lei Constitucional apresentado pelo primeiro-ministro Palma Carlos estabelecia, no artigo 2.º (Princípios fundamentais da Constituição Provisória), parágrafo 2.º, a seguinte cláusula:

'De acordo com a Carta das Nações Unidas, Portugal reconhece o direito à autodeterminação, com todas as suas consequências, incluindo a independência, aos territórios portugueses da África e da Ásia.[1]'

Esta disposição materializava um efectivo avanço relativamente às posições anteriormente sustentadas por Portugal perante os movimentos de libertação. Os relatos disponíveis dos meandros da crise consentem que se deduza que, no espírito de Palma Carlos, estivesse, efectivamente, a resolução rápida do problema ultramarino e que esta resolução passava, necessariamente, pela não-utilização do sistema de referendo para os três territórios em guerra. São as próprias memórias de Spínola que assim o sugerem:

'Nessa mesma altura, o Prof. Palma Carlos, que bem sentia a gravidade da situação de irresponsabilidade e indisciplina em que se vivia, procurou-me para me informar da sua intenção de se demitir se não se verificassem determinadas condições, entre as quais considerava indispensável a imediata promulgação de uma Constituição Provisória, sujeita a referendo, com a sequente eleição do Presidente da República por sufrágio universal e a publicação de um decreto ampliando os poderes do Primeiro-Ministro.

'Reagi quanto à antecipação da eleição do Presidente da República por contrariar o espírito e a letra do Programa do MFA. À minha natural reserva opôs o Prof. Palma Carlos o argumento de que eu não tinha poder constitucional para homologar acordos que envolviam a alienação de parcelas do Todo Nacional, pelo que, perante o caminho que as coisas estavam tomando, não via outra alternativa senão a da antecipação das eleições para a Presidência.[2]'

PALMA CARLOS, COM O EVIDENTE APOIO DE SPÍNOLA, PROPUNHA UM REFERENDO INCIDINDO SOBRE UMA CONSTITUIÇÃO PROVISÓRIA – PREVIAMENTE APROVADA PELO CONSELHO DE ESTADO – E A ELEIÇÃO SIMULTÂNEA DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA. ESTE ACTO ELEITORAL DEVERIA OCORRER ATÉ 31 DE OUTUBRO DE 1974.

Ora parece resultar claro que a perspectiva de homologação de «acordos que envolviam a alienação de parcelas do Todo Nacional», conjugada com o preâmbulo da proposta de Palma Carlos, só se entende num cenário de urgência – provavelmente pensando nos casos específicos de Moçambique e da Guiné – em que a solução final seria obtida por negociação directa com os movimentos de libertação, sem a legitimidade resultante de um processo eleitoral. Só assim se justificaria a necessidade de legitimação da própria figura do Presidente da República.

Como quer que seja, o Conselho de Estado haveria de rejeitar, por unanimidade, o Projecto de Lei Constitucional, limitando-se a aprovar legislação que reforçava consideravelmente os poderes do primeiro-ministro. Segundo o próprio Spínola, «prevalecera o argumento da "legalidade revolucio-

nária" e o "do respeito pela letra do Programa do MFA", invocado pelos respectivos representantes. Nessa altura, mesmo os conselheiros Profs. Isabel Magalhães Colaço e Freitas do Amaral, que, na prática, desempenhavam as funções de juristas do Conselho de Estado, aderiram a esta tese».
No meio de graves problemas cuja resolução urgia, a questão da "legalidade revolucionária" emergia, portanto, como vértice da prioridade política. Como bem recordou Vasco Vieira de Almeida, apoiante da solução de Palma Carlos, «ficou claro, naquela altura, que, em vez de se resolverem os problemas concretos, dando, simultaneamente, tempo a que se fizesse uma qualquer sedimentação, fez-se o contrário: começou-se a luta pelo poder, deixando a resolução das questões para depois».
Relativamente a este episódio da revolução, a história terá, por certo, algumas dificuldades em emitir um julgamento rigoroso e justo. A esta distância e com os elementos disponíveis, parece-me de todo imprópria a qualificação de "golpe" com que esta proposta de Palma Carlos seria classificada nos sectores mais à esquerda do espectro político. O primeiro-ministro revelava um grande pragmatismo ao lidar com o factor tempo e certamente se havia prudentemente inspirado na solução gaullista para a crise final da IV República francesa.
Perante a rejeição pelo Conselho de Estado da modificação constitucional preconizada por Palma Carlos, o primeiro-ministro apresentou, a 9 de Julho, a demissão do seu governo ao Presidente da República.
A História seguiu o seu curso, mas a abordagem que deste episódio tem sido feito pelos mais diversos actores que nele intervieram logrou outro voto unânime que importa sublinhar. No essencial, recordemos as seguintes memórias:

Golpe ou crise Palma Carlos?
A surpresa de um 'pequeno e médio capitão'

Ou

Golpe ou crise Palma Carlos?
A grande 'martelada' de David,
pequeno e médio capitão

Costa Gomes, O último Marechal, *234*
O que ele pretendia era [...] adiar as eleições, elaborar uma Constituição, a aprovar por plebiscito em Outubro ou Novembro e aumentar os poderes do PR.
Freitas do Amaral, O Antigo Regime e a Revolução, *212*
Na actual fase transitória, "o poder supremo cabe por direito próprio às FA"; porque "o 25 de Abril não foi uma insurreição popular... foi sim uma Revolução Militar; [...] O adiamento de um ano e oito meses prolonga excessivamente o período de incerteza...
Mário Soare, Soares – Ditadura e Revolução, *336*
Pretendia-se que o poder político se repartisse entre o PR e o PM, devendo o Presidente ser plebiscitado e, sobretudo, deixando para depois as eleições para a Assembleia Constituinte, fazendo-as preceder de eleições directas presidenciais, a curto prazo.
Melo Antunes, O Sonhador Pragmático, *94/95*
É... muito pouco tempo depois a seguir ao 25 de Abril que aparecem as primeiras tentativas de adulteração dos compromissos assumidos *pelo Programa do MFA. [...] Houve tentativas muito claras de subversão do Programa.*
Vasco Gonçalves Um General na Revolução *78/79*
Realização de um referendo para aprovação de uma Constituição provisória e simultaneamente para a eleição do PR, que, nas condições existentes, seria inevitavelmente Spínola; adiamento das eleições para a Assembleia Constituinte; reforço dos poderes do PM; os órgãos de soberania seriam, exclusivamente, o PR, o Governo, o Conselho de Estado e os Tribunais.
Vasco Lourenço, Do interior da Revolução *286*
[...] o grande mentor do 'golpe Palma Carlos' foi o Sá Carneiro. Porque aquilo passava pelo reforço do poder do PM e do PR, acabava-se com a JSN, faziam-se eleições para o PR...
Recorrendo à minha própria memória da época, devo dizer que o teor destas afirmações define com precisão a informação que então até mim chegou, pelos canais do MFA.
Não há, portanto, em nenhuma das apreciações que recordei, a mais leve referência à questão ultramarina. Tratando-se de afirmações efectuadas muitos anos após os acontecimentos, dir-se-ia que, deste marcante episódio, é a memória que restou.
Inconformado com esta acomodação histórica desde os trabalhos que conduzi para a elaboração do meu livro 1974 – Cessar-Fogo em África, *publicado em 2001, não me ocorreu melhor assunto para trazer a este almoço. E não nego que o fiz na esperança de, perante esta especialíssima audiência, poder aclarar e ajustar os meus conhecimentos sobre este tema, designadamente se este episódio da Revolução merece mesmo ser apelidado de "golpe".*

PERANTE A REJEIÇÃO PELO CONSELHO DE ESTADO DA MODIFICAÇÃO CONSTITUCIONAL PRECONIZADA POR PALMA CARLOS, O PRIMEIRO-MINISTRO APRESENTOU, A 9 DE JULHO, A DEMISSÃO DO SEU GOVERNO AO PRESIDENTE DA REPÚBLICA.

Por tal motivo, aguardo, com grande expectativa, as vossas qualificadas reflexões.

O DEBATE

Como era de esperar, o texto e a tese de David Martelo causaram grande surpresa e muitas foram as intervenções, as contestações e as perguntas dos presentes. A sua tese, claramente, não venceu nem convenceu nessa tarde memorável da A25A. Com uma curiosidade: quem pediu a palavra e entrou na dança pertencia, quase em exclusivo, aos 'grandes capitães", para usar a expressão utilizada com humor por David Martelo, homem que sabe da poda no que toca a discursos escritos e/ou falados.
Registo de alguns militares que intervieram: Vasco Lourenço, Pezarat Correia, Otelo. Mas não só: por exemplo, o coronel Santa Clara Gomes, sempre naquele seu registo irónico-cáustico que todos conhecemos, avançou:

"Martelo é um chato. É um homem dos factos. Trabalha sempre à maneira militar: à volta dos factos. Resumindo e concluindo: como sempre digo, para fazer a História de Portugal não é preciso ir às bibliotecas – é necessário apenas ir às hemerotecas!"
Coisa que mereceu logo um aditamento de Vasco Lourenço: "Recordo ao Martelo: os estudos não podem ser feitos apenas com documentos. É preciso, é imprescindível, se possível, claro, falar com os intervenientes. Registar os seus testemunhos."
Acrescentando de seguida:
"Em Belém, depois da demissão de Palma Carlos, Spínola parecia que tinha levado uma grande tareia. Ficou alquebrado por completo. Disse até: 'Eu sabia, eu sabia que era isto que vocês queriam. Mas fiquem vocês a saber: agora, Angola é comigo'.
E lá veio também à baila o documento Engrácia Antunes/Hugo dos Santos, que defendia o fim do MFA [...] 'pois todos os militares eram agora o MFA'!
Otelo, por sua vez, relembrou Lusaka, onde, a mando de Spínola, acompanhou Mário Soares para o vigiar [...] "Mas aí, devo dizê-lo, Soares portou-se magnificamente."
Pezarat, a certa altura – e tudo isto, vejam lá, a propósito do texto de Martelo e consequentes divagações – veio lembrar aos mais distraídos: "A descolonização não começou com o 25 de Abril. Bem pelo contrário: começou muito antes, com os grupos de libertação: Frelimo e MPLA. E quanto à Unita, que nunca foi reconhecida pela OUA, nós, no exército português sabemos muito bem o que passou com o grupo de Savimbi... Por isso falo só dos grupos de libertação".
Voltando a Vasco Lourenço: "O MFA não preparou o dia seguinte. O Otelo, por exemplo, quis voltar no dia seguinte para a Academia Militar, onde dava aulas. A verdade é que a Comissão Coordenador da Movimento só assumiu verdadeiramente o seu papel depois do golpe Palma Carlos."
E por aqui me fico, pois a prosa já vai longa – recordando, contudo, a síntese final de David Martelo:
"O meu objectivo era, fundamentalmente, fazer aqui e agora uma provocação. Uma coisa diferente do habitual. Esperava que, mais de 40 anos passados, fôssemos capazes de dizer, por exemplo, o seguinte: coisas houve que fizemos em 1974 que podiam ter tido consequências graves. Ou então, perguntarmos a nós próprios coisas no género: como é possível que ninguém se tivesse lembrado do processo argelino? Reparem: a FLN argelina só parou a guerra quando finalmente a França aceitou, não negociar o cessar-fogo mas antes as condições da independência... Ao contrário do que connosco sucedeu. Foi, na verdade, uma grande perda de tempo.
Resumindo: esperava que, hoje e aqui, se tivessem discutido as coisas noutra direcção. Mas a provocação amiga foi feita e ... foi um belo almoço e uma animada discussão."

A. Belo

BILHETE DE IDENTIDADE

David Martelo é oficial do Exército (coronel). Nascido em 1946, em Viseu, ingressou na carreira militar em 1963, mantendo-se no activo até 1995, ano em que pediu a sua passagem à reserva.
Encetou então a sua actividade como escritor e conferencista, privilegiando o debate dos temas de defesa contemporânea e a história militar.
Tem os cursos de Infantaria da Academia Militar, de 'Infantry Officer Advanced Course' (Fort Benning, EUA), e de Estado-Maior. Participou em duas comissões de serviço em Angola e desempenhou funções de comando na Brigada de Forças Especiais. Em 1990 foi colocado no comando das Forças Terrestres Aliadas do Sul da Europa e, entre 1993 e 1995 foi chefe do Estado-Maior do Comando da Região Militar do Norte. É condecorado com a Grã-Cruz da Ordem da Liberdade e com a Medalha de Mérito Militar de 2.ª Classe.
Para além das traduções de Maquiavel já referidas, é autor das seguintes obras: 'O Exército Português na Fronteira do Futuro', 'As Mágoas do Império', 'A Espada de Dois Gumes', '1974 – Cessar-Fogo em África', 'O Cerco do Porto', 'A Dinastia de Avis e a construção da União Ibérica', 'Os Caçadores', 'Origens da Grande Guerra', 'A Imprevidência Estratégica de Salazar – Timor (1941)/Angola (1961)'.
Colaborou também, como autor, nas obras (coordenação de Aniceto Afonso e Carlo Matos Gomes) 'Guerra Colonial', 'Portugal e a Grande Guerra' e 'Os Anos da Guerra Colonial'.
É membro efetivo do Conselho Científico da Comissão Portuguesa de História Militar. De 2007 a 2012, foi membro do Comité Bibliográfico da Comissão Internacional de História Militar.

FOI VOCÊ QUE PEDIU
uma revolução e uma reforma agrária?

A. Belo

RIBEIRO CARDOSO

JOSÉ LUÍS CARDOSO foi o único oficial oriundo dos milicianos, presente na histórica reunião do MFA em Alcáçovas a 9 de Setembro de 1973. Militar de Abril desde a primeira hora, tendo participado activamente na génese e na consolidação da Revolução dos Cravos, foi no entanto perseguido antes e depois de Abril. E neste último caso de forma escandalosa: em fins de 1977, depois de se ter demitido do cargo de Governador Civil em Évora, que durante 18 meses desempenhou de forma brilhante, apresentou-se no Quartel e foi 'colocado' primeiro em casa e, depois, no... Tribunal Militar de Santa Clara, em Lisboa, para defender os agentes da Pide que estavam a ser julgados pelos 'bons serviços' prestados à Pátria.

O responsável por esta ignomínia foi um seu camarada de armas e 'amigo', com quem vivera na mesma casa antes de Abril, conhecido por Rocha Vieira, que obviamente chegou a general. Frontal, sério, competente, abominando jogos sujos de bastidores, o então capitão José Luís Cardoso bateu com a porta e saiu, desfardando-se por fora mas continuando a ser militar por dentro – e dedicou-se à advocacia, pois era também licenciado em Direito *(em 1964 inscrevera-se como voluntário na Faculdade de Direito, pois tinha muitas dúvidas quanto ao futuro)*.

Mas estes são apenas dois apontamentos das muitas histórias de vida que, no almoço de 1 de Fevereiro na Associação 25 de Abril, José Luís Cardoso, *(hoje coronel na reforma por vontade e decisão dos camaradas do MFA e da Assembleia da República que, após a parecer da Comissão de Avaliação das Carreiras, o reintegraram nas Forças Armadas em 2004 juntamente com muitos outros militares que tinham sido prejudicados dolosamente nas suas carreiras*)

contou com pormenor e humor para uma casa cheia de militares que viveram as mesmas ou parecidas guerras. Histórias que depois, num grupo mais restrito, desenvolveu sem pedir segredo.

DA ACADEMIA MILITAR A VENDAS NOVAS E ÉVORA

'Muito antes do 25 de Abril a Academia Militar abriu-se aos milicianos. Exemplo: todos os anos havia vinte vagas para milicianos. Foi assim que eu, já na tropa e alferes miliciano, um dia concorri' – começou por dizer José Luís Cardoso.

'Na Academia, onde entrei em 1960-61, no mesmo curso do Vasco Lourenço, fiquei como alferes-aluno. Mas no final, em termos de antiguidade, o que contava não era a data da minha entrada no Exército como miliciano, mas apenas a minha nota, a minha classificação na Academia, pois estava no mesmo regime dos meus camaradas de curso da Academia Militar. Isto é, não beneficiei – e jamais aceitaria – dos famosos decretos que, afinal, constituíram um

belo pretexto para se iniciar o movimento que nos levou ao 25 de Abril'.
Explicada a sua ida para a Academia para que não houvesse confusões, continuou a rebobinar a memória com a maior das naturalidades: 'Pois bem, quando chegou a Revolução dos Cravos, já tinha feito uma comissão em Angola, passado pelos Açores e encontrava-me colocado, com o posto de capitão, na Escola Prática de Artilharia, em Vendas Novas, onde dava instrução aos cadetes.
Aí, como nunca me canso de afirmar, encontrei tenentes e capitães absolutamente excepcionais do ponto de vista humano e profissional, aptos e abertos a novas ideias. Homens que tinham perdido a formatação que lhes fora inculcada na Academia. Militares de grande categoria. E eu, graças ao acaso, era o mais antigo.
Em Maio de 1973, através do Vasco Lourenço, chegou-me um documento a repudiar o Congresso dos Combatentes, em Guimarães. Li-o, e expliquei o seu conteúdo aos capitães e subalternos da unidade – e todos o assinaram.
Também quando estava em Vendas Novas, ainda em 1973, o comandante, que era um bom homem, avisou-nos que o secretário de Estado da Defesa, Alberty Correia, viria à EPA, o que significava recebê-lo com todas as honras. Viemos cá para fora conversar uns com os outros e decidimos que não iríamos receber o 'cavalheiro', decisão que comunicámos ao comandante. Este, mais tarde, informou-nos que tinha transmitido a Alberty Correia as nossas reivindicações e que ele as iria analisar e responder.
No dia da visita, no almoço na messe, o brigadeiro Alberty falou e a certa altura disse: *Estou informado das vossas reivindicações e aceitei-as. Assim, já dei ordens para serem disponibilizadas as verbas necessárias para pintar as paredes do Quartel.* Essa afirmação foi, pelo ridículo e desvergonha, tão impactante que todos nos levantámos da mesa, abandonámos a messe e fomos para a sala de oficiais.
Passado um bocado, o governante mandou dizer que queria falar connosco, e iria chamar-nos um a um. Numa autêntica sublevação, respondemos: todos ou nenhum. Alberty Correia veio então à sala dos oficiais para falar com todos. Foi a primeira humilhação, sendo de realçar que estavam presentes todos os comandantes da Região Militar de Évora...
Começou então a expor e a defender a bondade dos famosos decretos, dizendo a certa altura que se não os aceitássemos isso dobraria os nossos joelhos em África... Estávamos todos verdadeiramente espantados e eu perguntei:
"Senhor Secretário de Estado, pode dizer-me porquê, com quê e até quando temos que fazer guerra em África?"
Resposta imediata: *"Não sei, mas penso que nessa altura já cá não estou"*.
Isto, na verdade, mostra o regime em que vivíamos. E o suporte do regime eram os militares...
A seguir a esta minha intervenção, o comandante da Região Militar Sul chamou-me e estabeleceu-se este interessante diálogo :
"Informo-o que vamos fazer o que o senhor quer. Vai ser já hoje transferido para Évora"
"Mas eu não quero ir para Évora" – respondi.
"O sr. é que pediu" – contrapôs.

A. Belo

"Eu pedi isso mas foi há muitos anos. Agora não quero sair daqui!"
"Mas vai para Évora".
E fui. Quinze dias depois o general 'apresentou-me à sociedade', dizendo alto e bom som que eu era um homem da sua confiança e me nomeava seu ajudante de campo. Obviamente apenas para lançar a suspeição sobre mim. Mas os militares de Abril perceberam a jogada...

Entretanto, em Janeiro de 1974, um capitão de Elvas veio falar comigo e com o capitão Teixeira ao QG em Évora. A certa altura da conversa perguntei-lhe qual a receptividade, em Elvas, ao MFA. Trocámos umas ideias banais e ele, quando regressou a Elvas foi dizer que o Teixeira e eu lhe tínhamos perguntado pelo armamento que existia na unidade dele em Elvas...
Escassas horas passadas, sou chamado ao general comandante de Évora que, completamente fora de si, diz que era a mim que queria apanhar... e levanta-me um auto de corpo de delito, o processo mais grave que se podia levantar a um militar, e nomeou como instrutor o vice-chefe do Estado-Maior de Évora, o que não era nada normal.
As perguntas que me foram feitas eram de tal maneira orientadas que disse que só responderia ditando... Guardo esse processo em casa, porque não sabia o que se passava e fui buscá-lo ao Estado-Maior do Exército. Era fácil concluir, pela sua leitura, que algo de anormal me ia acontecer a curto prazo. Mas já era Maio...

SEM PÁRA-QUEDAS EM SANTA MARGARIDA

Voltando atrás: na noite de 16 de Março de 1974 – o Golpe das Caldas – fui repentinamente transferido para Santa Margarida. Foram-me lá levar e tudo... Fui colocado no Quartel-General não me sendo atribuída qualquer função e nem sequer de Oficial de Dia fazia. E ao almoço e ao jantar, na Messe de Oficiais, ficava sempre sozinho – ninguém se queria sentar ao pé de mim.
A 24 de Abril, nada sabendo quanto à data para o arranque do MFA, saí de Santa Margarida e fui a casa visitar a família, pois no dia seguinte, juntamente com outros oficiais da Escola Prática de Artilharia, eu ia frequentar um curso de

Observadores Aéreos, que decorreria em parte na Base Aérea de Tancos. Quando cheguei à minha casa, ia a subir as escadas e já a minha mulher me dizia que tinha um telefonema. Era do Ferreira de Sousa a dizer 'Parabéns, a tua filha já nasceu'. Era a mensagem-código esperada. Voltei imediatamente para Santa Margarida e disse à minha mulher para ouvir o Rádio Clube Português. No Lavre encontrei-me com os oficiais da EPA que vinham de Tancos. Foi decidido entre nós que, atendendo ao facto de eu já há vários meses não estar no quartel de Vendas Novas, seria o capitão Santos Silva, o oficial mais antigo depois de mim, quem ficava a comandar aquela unidade-escola. Segui para Santa Margarida e, aí chegado, o capitão Rosário já tinha tudo organizado para que duas companhias, que estavam mobilizadas para África, entrassem em acção – uma ia para as antenas do Rádio Clube no Porto Alto e a outra iria apresentar-se ao oficial de ligação na ponte sobre o Tejo.
Eu fui para o QG e aí me mantive aguardando o desenrolar da acção via rádio. Pelas sete da manhã sou chamado ao general-comandante do Campo de Instrução de Santa Margarida.
No caminho, pouco antes de chegar ao gabinete do general, sou abordado por um aspirante miliciano que comandava um pelotão da Polícia Militar, com o qual nunca tinha falado, e que me diz: "Meu capitão, o que quer que eu faça?" Respondi: "Dê-me uma G3 e cerque o Quartel-General com os seus homens". E ele diz-me: "Mas os meus homens não têm balas!". Adiantei: "Não faz mal. Fica tudo em posição de combate".
Quando entrei no gabinete do general já lá estavam todos os comandantes das várias unidades sediadas em Santa Margarida. O nome que mais recordo é o do coronel Craveiro Lopes, de Cavalaria.

O general comunica a todos nós que no País houve uns militares que tinham saído dos quartéis mas que já estava tudo dominado – e quanto a Santa Margarida não tinha saído ninguém.
Bruscamente, um sargento entra no gabinete e dirige-se ao seu comandante informando-o que tinham desaparecido duas companhias e na parada só estava um soldado.
Houve um ar de espanto e então eu informei o comandante da Região Militar que não só tinham saído aquelas duas companhias, mas também outras unidades de Santa Margarida estavam com o MFA.
O coronel Craveiro Lopes disse de imediato que o que eu acabara de afirmar era tudo mentira. Eu limitei-me a um conselho: "Olhe lá para fora". Foi quando ele, espantado, viu o pelotão da PM a cercar o gabinete...
Os coronéis e os comandantes ficaram calados. Depois, pouco a pouco, começaram a fazer perguntas. Expliquei quem eram os líderes, falei de Spínola, Costa Gomes e Galvão de Melo e mais lhes afirmei que todas as unidades de Santa Margarida estavam com o MFA. Ficaram todos paralisados.
Cerca das 10 horas o comandante perguntou-me o que é que tinha de fazer. Eu disse-lhe: "Telefone para o comandante da Região Militar de Tomar a dizer que Santa Margarida aderiu. O que ele fez de imediato. Às 11 horas da manhã já ouvi na rádio que o MFA tinha dito que a Região Militar de Tomar tinha aderido.
A partir daí foi só esperar pelo comunicado da Junta de Salvação Nacional...
Como nota hilariante, mas significativa do estado a que se tinha chegado, ao almoço toda a gente quis sentar-se na minha mesa...
Uma vez anunciada a Junta de Salvação Nacional e a sua composição, fui para o Quartel-General de Évora sem dizer nada a ninguém.
E por mais espantoso que seja, o coronel Craveiro Lopes foi nomeado comandante interino do Campo de Santa Margarida. Vinte dias depois do 25 de Abril publicou numa Ordem de Serviço que o capitão José Luís Cardoso era considerado desertor. Sem comentários...,

DE 'DESERTOR' A GOVERNADOR

Sempre a rebobinar calmamente o filme da sua memória, José Luís Cardoso, homem com fino sentido de humor, deu propositadamente um salto sobre milhentos casos e acções em que então se viu envolvido ou deliberadamente se envolveu – e falou, como não podia deixar de ser, da sua curiosa nomeação para o cargo de governador Civil de Évora, no distante ano de 1975.
Foi uma coisa de se lhe tirar o chapéu e que recorda com gosto, apesar do trabalhão que tal nomeação então lhe deu, das incontáveis guerras em que se viu envolvido, dos interesses económicos e políticos em jogo, das minas e armadilhas que lhe atapetaram o chão que sempre pisou afoitamente. Apesar de ter durado apenas 18 meses – um escasso ano e meio a que pôs fim por decisão própria – José Luís Cardoso, sinteticamente, contou:
"Fui nomeado governador Civil em 1975. Motivo próximo: desde 1974 que as formações político-partidárias não se entendiam sobre o governador Civil. Acabei por ser nomeado por ter sido o único a reunir o consenso. Eu não queria ser governador Civil, mas fui nomeado em comissão de serviço. E o mais curioso é que fui recebido com desconfiança por todos... Porém, uma vez governador Civil, uma coisa decidi desde o primeiro momento: ser igual a mim próprio, seguir aquilo que eu achava ser correcto num país em que as leis não eram cumpridas. Tanto assim que no meu mandato tive duas manifestações que não eram contra mim:

"PARABÉNS, A TUA FILHA JÁ NASCEU'. ERA A MENSAGEM-CÓDIGO ESPERADA. VOLTEI IMEDIATAMENTE PARA SANTA MARGARIDA E DISSE À MINHA MULHER PARA OUVIR O RÁDIO CLUBE PORTUGUÊS. NO LAVRE ENCONTREI-ME COM OS OFICIAIS DA EPA QUE VINHAM DE TANCOS."

1 Em determinada altura os donos das terras ocupadas vieram ao Governo Civil exigir a sua desocupação. Subi para uma mesa e disse apenas duas coisas: primeiro, manifestações

como aquela eu sabia militarmente acabar com elas; segundo, tinham que sair dali pra fora. E depois acrescentei para alguns dos manifestantes: se quiserem arranjo-vos um contacto com o Ministério da Agricultura, pois o poder, deviam saber, não está em Évora, mas em Lisboa.

2 Um dia, o coronel comandante da PSP local veio ter comigo para me informar que havia uma perigosa manifestação dupla na praça emblemática da cidade, com a extrema-esquerda e os SUV num lado e a extrema-direita no outro, separados por uma terra de ninguém. O confronto podia dar-se a qualquer momento, com consequências graves. Respondi laconicamente: "Resolva". De imediato ouvi-o dizer: "Não sou capaz". Sem hesitar um segundo, decidi: "Então está demitido". Fui de imediato à Praça do Giraldo e perguntei a uns e a outros, cada um a sua vez: "O que é que querem para acabar com isto?"
Os primeiros a responder, já nem me lembro de que lado eram, disseram: "Queremos que aqueles tipos de frente desapareçam daqui, que se vão embora".
"OK. Vou saber o que aqueles querem"
Fui falar com os do outro lado e fiz-lhes a mesma pergunta. Responderam:
"Queremos que aqueles se vão embora"
"Perfeito", disse então eu em voz alta, dirigindo-me aos dois lados da barricada. "Afinal, todos querem a mesma coisa. Fácil de resolver, portanto. Uns saem pela direita e outros saem pela esquerda. De acordo?"
Os tipos da direita aceitaram a proposta. Fui então falar com os do outro lado que não responderam. Silêncio absoluto. Até que um deles deu um tiro que me passou de raspão e atingiu a montra da loja do Filipe Santos, um velho republicano. Demos uns tiros para o ar, os manifestantes também, e de repente desapareceu tudo. A Praça ficou limpa nuns segundos. Resumindo: o chefe da polícia era coronel e o governador Civil era capitão.
Já agora acrescento: à data desta manifestação na Praça do Giraldo, já estava a ser redigido o Documento dos Nove e já era comandante da Região Militar Sul o Pezarat Correia, que foi fundamental para que o Alentejo não se tornasse no embrião de uma possível guerra civil. Trabalhar com ele foi uma honra que não esqueço.
Permitam-me ainda um pequeno esclarecimento. Falo destes momentos e destas pequenas histórias apenas por um motivo: é minha convicção profunda que uma das principais razões do caos que a certa altura tomou conta dos quartéis e da agora chamada sociedade civil foi a auto-demissão, digamos, a 'desistência', de alguns oficiais que tão bem fizeram o 25 de Abril e não souberam ou não quiseram acabar com a perigosa desorganização que se foi instalando pouco a pouco no país. Sublinho: não foi a única razão para tal fenómeno, mas foi uma das principais.'

REFORMA AGRÁRIA: DIÁLOGO OU VIOLÊNCIA?

Como hoje se diz, José Luís Cardoso continuou a sua narrativa: 'Quando, depois de Eanes ter sido eleito Presidente da República, e com Mário Soares como primeiro-ministro, se procedeu a uma remodelação geral de governadores Civis, fui o único a manter o posto. E fui também o único governador Civil a participar, nesses tempos de brasa, numa reunião que, por iniciativa de Eanes, se realizou em Belém com a presença do primeiro-ministro, membros do Governo e chefes Militares. Objectivo: "Repor a legalidade na zona da Reforma Agrária".
Nessa reunião afirmei que era decisivo repor a legalidade, sublinhando e garantindo com força e convicção, que tal era possível. Acrescentei: eu sou capaz de o fazer, mas temos que abrir o diálogo, teremos que falar com todos, teremos que dialogar com as pessoas, que eu conheço, que têm a ver com o assunto, nomeadamente gente do PCP e dos sindicatos agrícolas, mas não só.
Por momentos fez-se silêncio, mas rapidamente Mário Soares se exaltou e disse, alto e bom som, que não autorizava que eu fosse falar com ninguém. Ao que eu respondi sem pestanejar: "Então se assim é não estou aqui a fazer nada". Saí e voltei de imediato para Évora.
Quando cheguei à minha cidade, antes de ir para casa passei pelo Governo Civil, tendo de imediato sido informado que já tinha havido quatro chamadas do gabinete do primeiro-ministro.
"Liguem-me lá para esse número", pedi. Do outro lado responde o chefe de Gabinete, dizendo com veemência que do primeiro-ministro queria falar comigo e me pedia para ir lá falar com ele o mais rapidamente possível. Expliquei que tinha acabado de chegar a Évora, três horas de viagem entre as duas cidades, voltar era uma violência... Mas perante a insistência lá voltei a Lisboa, cheio de curiosidade em conhecer os motivos daquela urgência toda.
Quando cheguei, Mário Soares, depois de um grande intróito, diz-me: "Fale com quem quiser, pois eu vou dizer que o senhor está a fazer isso por sua iniciativa."
A questão era que o primeiro-ministro achava que só com os militares e a sua força é que a coisa ia ao sítio. O Governo estava convencido que só pela força é que conseguia desocupar o Alentejo. Um erro de todo o tamanho. Eu estava em completo desacordo com tal teoria, mas naquele contexto – luz verde para dialogar com quem entendesse – aceitei o desafio e aceitei permanecer no cargo até 20 de Dezembro.
No dia seguinte, já em Évora, chamei o Diniz Miranda, um homem extraordinário e alto dirigente do PCP, e o presidente do Sindicato dos Trabalhadores Agrícolas. Fiz uma pequena exposição, disse que defendia a lei e que esta tinha que ser

O GOVERNO ESTAVA CONVENCIDO QUE SÓ PELA FORÇA É QUE CONSEGUIA DESOCUPAR O ALENTEJO. UM ERRO DE TODO O TAMANHO. EU ESTAVA EM COMPLETO DESACORDO COM TAL TEORIA.

cumprida e acabei com duas perguntas: "O que é que vocês acham? O que é que vocês querem?" Eles, em síntese, disseram que estavam disponíveis para aceitar a lei que estava em vigor.
Eu tinha-lhes dito que toda a gente que se sentisse prejudicada com o modo como a aplicação da Lei estava a ter lugar deveria relatar as situações concretas ao governador Civil, pois seriam analisadas por mim com base na lei. Quem estivesse abaixo dos 70 mil pontos (factor produção por hectare) as cooperativas entregavam as terras aos donos. Acima dos 70 mil pontos o Governo comprometia-se a expropriar.
Claro, eu sabia que o dr. Mário Soares estava a sofrer uma grande pressão de todos os governos europeus para que se repusesse a 'legalidade' no Alentejo – sem saber do que falavam. Como o governo de Lisboa não sabia.
Dei um prazo para apresentarem queixas e para as desocupações nos casos em que tal fosse necessário: tudo teria que estar resolvido até 04/10/76.
Às 10 da manhã desse dia não havia uma só herdade ocupada abaixo dos 70 mil pontos. Os chamados órgãos de comunicação social, RTP incluída, não falaram disso ou não lhe deram o relevo que merecia. Lisboa ficou surpreendida. Eu perguntei:
"Estavam à espera do quê? Do desembarque da Normandia? Mas fiquei sem resposta. Só estupefacção. Nunca perceberam que não era pela força que se ia lá, que a coisa seria resolvida".

SAÍ DO GOVERNO CIVIL EM DEZEMBRO DE 76 – E O GOVERNO CHEFIADO POR MÁRIO SOARES NÃO CUMPRIU NENHUM DOS COMPROMISSOS QUE COMIGO TINHA ASSUMIDO NO QUE RESPEITA À REFORMA AGRÁRIA.

DA REFORMA AGRÁRIA E DOS COMPROMISSOS NÃO CUMPRIDOS

Como já há muito sabia e agora confirmei com as palavras de José Luís Cardoso, a Reforma Agrária é como a Nau Catrineta: a sua verdadeira história ainda tem muito para contar. Disse-me, enquanto tomávamos café já fora do ambiente do almoço, o militar de Abril que foi governador civil de Évora, cidade onde desde há quatro décadas exerce a advocacia:
'Saí do Governo Civil em Dezembro de 76 – e o Governo chefiado por Mário Soares não cumpriu nenhum dos compromissos que comigo tinha assumido no que respeita à Reforma Agrária. Pior: fez publicar a Lei Barreto e deu cobertura a tudo o que se passou e não foi pouco. Dito de outro modo: contrariamente aos compromissos assumidos, acabou com a Reforma Agrária. Com violência.
Curiosamente, depois de desocupado todo o Alentejo, o general Ramalho Eanes, Presidente da República, telefonou-me a felicitar-me pelo trabalho desenvolvido e pelos excelentes resultados conseguidos. Um mês depois, no entanto, exigiu a Costa Brás, ministro da Administração Interna, que me demitisse... O que ele não fez. O chefe da casa Civil de Eanes era Henrique Granadeiro! E mais não digo.'
Mas sobre a Reforma Agrária – tema que José Luís Cardoso, militar de Abril, conhece como poucos – as 'novidades' não ficaram por aqui. Acendendo mais um cigarro – fumador inveterado que é – disse com a sinceridade que todos lhe reconhecem:
'As ocupações do Alentejo, contrariamente ao que se diz, não foram iniciadas pelos trabalhadores da terra. Bem pelo contrário: quem as iniciou foram os donos das máquinas agrícolas, que depois fundaram a Liga dos Pequenos e Médios Agricultores, apoiados pelo PS. No distrito de Évora as ocupações arrancaram numa herdade sem grande interesse económico chamada Pombal, propriedade da Casa de Bragança, sendo que na véspera, num comício em Vila Franca de Xira, Mário Soares perguntou publicamente quando é que os alentejanos avançavam para a ocupação das terras dos agrários... Foi a partir daqui que as ocupações começaram. Mas o meu amigo tem razão: a história da Reforma Agrária é como a Nau Catrineta. Tem muito, mas mesmo muito, que contar. Só falta começar. E há quem tenha esse dever.'

BILHETE DE IDENTIDADE

Deliberadamente, deixei ficar para o fim o retrato-síntese do coronel José Luís Cardoso, um homem que os media lamentavelmente desconhecem – o que em nada o incomoda. Como ele disse quando, à volta de uma mesa com cafés, essa questão veio à baila: "Passa-me ao lado. Digamos mesmo: é para o lado que durmo melhor. O grave, isso sim, é haver tanta gente de Abril, militares e civis, que são ostracizados pelos media. O que é gravíssimo é que tanta coisa continue por contar e que a mentira e o esquecimento substituam a verdade, que em muitos aspectos da nossa vida colectiva continua escondida".
José Luís Cardoso, nascido em Setembro de 1936 em Proença-a-Nova, casado há mais de meio século com a mesma mulher, pai de dois filhos (um arquitecto e uma advogada), duas netas e um neto a quem dedica grande parte da sua atenção e do seu tempo, é advogado e militar na reforma.
Vive em Évora, onde continua a trabalhar. Do seu curriculum, reproduzo o que consta numa folha A4 distribuída a quem participou no almoço da Associação 25 de Abril em que foi orador-convidado:
- Licenciado pela Academia Militar em Ciências Militares
- Licenciado em Direito pela Faculdade de Direito de Lisboa
- Como capitão esteve em Operações em Angola nos anos 1968/69/70
- Condecorado com a Medalha dos Serviços Distintos
- Governador Civil de Évora após o 25 de Abril de 1974
- Condecorado pelo Presidente Jorge Sampaio com o Grau de Grande Oficial da Ordem da Liberdade
- Deputado eleito da Assembleia Municipal de Évora desde 1983
- Mandatário Distrital de Manuel Alegre nas duas Eleições Presidenciais a que aquele concorreu

25 ABRIL SUSPENDEU lua-de-mel no Porto

A. Belo

DO 25 DE ABRIL, data e acontecimento históricos, cuidamos estar tudo dito e consabido. Tantos são os episódios que vemos, ouvimos e lemos a propósito daquele "dia inicial inteiro e limpo" que julgamos tudo conhecer ao ponto de presumirmos que, sobre essa matéria, já nada nos possa surpreender. Mas, na verdade, não é assim. A comprová-lo está mais um dos "Almoços com histórias", promovido pela A25A, dia 29 de Março, onde o orador convidado, coronel José Piteira Santos, num testemunho impressivo, recordou a ocupação do Aeroporto do Porto: sob o seu comando a operação bloqueou as descolagens, permitindo apenas aterragens, acção que, entre outros efeitos, impediria um casal de fazer a viagem de lua-de-mel!

Esse tempo de festa privada, ficaria em suspenso e seria envolvido por um outro encantamento colectivo de um povo em júbilo.

Porém, para aí chegar houve necessidade de trilhar um caminho de pedras. Com audácia, abnegação e fidelidade aos compromissos, como conta Piteira Santos.

Apresentando-se "com mais um, dos muitos que participaram no 25 de Abril", Piteira Santos começou por enquadrar três períodos históricos que precederam aquela data: 1932-35, o fascismo nas suas diversas figuras; as décadas de 40 a 60 do século passado, guerra mundial e guerra fria; 1961, a guerra colonial, e, neste triplo olhar, situou as diversas formas de legitimação do poder. Em Portugal, disse, "a guerra colonial justificava o regime".

Porém, sendo infundada a legitimação de tal regime, esse mesmo sistema político, mais tarde ou mais cedo, haveria de esboroar-se.

Começou a desfazer-se a partir de 9 de Setembro de 1973, após a reunião de Alcáçovas. Então colocado em Évora, Piteira Santos encarregou-se de coordenar e recepção dos "conspiradores". Ele era o comandante da Companhia de Ordem Pública que estava de prevenção em Évora, e por isso presumia-se que ele próprio estivesse alerta no quartel. Mas não. Piteira Santos tinha outra "missão" e apresentou-se na reunião de Alcáçovas onde "a questão salarial foi um pretexto". Seria depois chamado ao comandante da Região, general Moreira da Câmara. Mansamente queria o chefe saber das motivações da reunião, indagar de bombas e outros artefactos, mas esbarrou diante da firmeza do seu subalterno que, sobre a tal encontro nada disse. Piteira Santos remeteu o general para os canais próprios onde poderia recolher informação. No dia seguinte voltaria a ser pressionado quando lhe apareceu o major Gaspar a comunicar: "O comandante da Região está muito zangado, mas eu disse-lhe que tinhas uma filha pequena..." Piteira Santos reagiu tempestivamente à invectiva do oficial superior, simplesmente, ignorando-a. "E não aconteceu nada!"

Durante uma comissão em Angola, conheceu o então major Banazol, em Luanda, pai do Banazol do seu curso, 1966/67. Da empatia inicialmente estabelecida, o tempo haveria de gerar

uma relação de confiança mútua deveras frutuosa. Piteira Santos reconhecia em Banazol um "espírito rebelde"; de abertura, "não tomava deliberações sem consultas prévias"; e, também, confiança: "o lastro que dava não permitia que asneiras se virassem contra os seus autores".

Foi pela sua mão que o já tenente-coronel Luís Athayde Banazol compareceu à reunião em São Pedro do Estoril, 24 de Novembro de 1973, e lá partiu a loiça: "isto só lá vai à porrada". Aquilo que alguns capitães já congeminariam nas suas cabeças, uma acção militar para derrubar o regime, de que até falariam à socapa, ouvindo-o da boca de um tenente-coronel, então todos os sentidos se inibriaram como se estivessem diante de girândolas de fogo de artificio.

O que se disse e assumiu em São Pedro do Estoril, o impulso daquela intervenção do tenente-coronel Banazol, foram determinantes e daí se avançou para a reunião de Óbidos, em 1 de Dezembro.

Piteira Santos fora entretanto mobilizado para Moçambique. Liga-se a camaradas do Porto e Lamego: a formação do batalhão estabelecera-se num acampamento nas trazeiras do Santuário de Nossa Senhora dos Remédios. É aí que mede a "temperatura" de certos camaradas, conhece Delgado Fonseca, e alarga a campanha de aliciamento de novos membros para o Movimento dos Capitães. As responsabilidades que tinha na formação do batalhão levavam-o diariamente a Viana do Castelo e ao Porto e aproveita essas ocasiões para recolher informações sobre polícias, objectivos no terreno, acessos e infra-estruturas várias.

Chegado o dia "D", revela-se um elemento fundamental da sua unidade, juntamente com o comandante major Medeiros de Almeida, o capitão Bordalo Xavier, e o major Oliveira Santos, comandante do BC9. Actua de acordo com o planeado entre Medeiros Almeida, Delgado Fonseca e ele próprio, e parte para o Porto ao comando da força do BCac. 5016 (mobilizado para Moçambique) onde garantiu a ocupação do aeroporto. Simultaneamente, Medeiros de Almeida comanda a força que controla a circulação na Via Norte.

Quando ocupou o aeroporto, Piteira Santos avisou os polícias ali em serviço: "ou colaboram connosco, ou são presos". Um "pide" recusou, razão pela qual seria imediatamente desarmado e neutralizado.

Passado um mês, Piteira Santos, mobilizado que estava, parte para Moçambique. Neste território, dá-se conta de que o batalhão que fora subbstituir "tinha começado a fazer contactos com a Frelimo". Então, intui claramente, a missão que se lhe impunha: continuar o processo de cessar-fogo local, porquanto o ambiente que deixara em Portugal – a luta entre o MFA e Spínola – era muito favorável à independência.

No processo de aproximação à Frelimo, começa por participar numa troca de "cartas de namoro" através de um correio combinado, com correspondência que ambas as partes deixavam na picada, até que chega o dia do encontro frente-a-frente dos beligerantes. Piteira Santos descreve esses momentos de grande tensão e rodeado de mil cautelas. Previamente avisara os seus homens para o caso de as coisas correrem mal. Decidido, no meio da mata, avança para o seu interlocutor "com bala na câmara", o encontro acontece e a vida muda; um jornalista do "Notícias da Beira" relatou a paz entre os militares portugueses e a Frelimo.

A. Belo

De férias em Portugal, Piteira Santos é surpreendido pelo 11 de Março. Não sabia o que se estava a passar, quando em casa ligou o rádio e ouviu umas declarações de Duran Clemente. Sobressaltado, tentou telefonar para camaradas em Lisboa. Sem êxito, os telefones estavam interrompidos ou os destinatários não atendiam. Foi então que se lembrou do seu amigo José Luís Cardoso, ligou-lhe, e de Évora decidiram descolar-se até Lisboa. No olho do furacão tomou o pulso à revolução. Recebeu convites para ficar em Lisboa, assumir outras responsabilidades. Recusou porque tinha de voltar a Moçambique e aí concluir a missão. JAS

Inauguração da exposição de desenhos de alunos da CEBE, na sede A25A, a 12 de Dezembro de 2016

"UMA ESCOLA DE ABRIL"

LUÍS PINHEIRO DE ALMEIDA

A CEBE-COOPERATIVA DE Ensino de Benfica nasceu em Outubro de 1974, sendo a primeira cooperativa de ensino em Portugal e, alegadamente, a única cooperativa de pais existente no País.

A sua criação muito ficou a dever ao clima que então se vivia em Portugal. Com vontade tudo era possível.

Tem como finalidade principal apoiar, educar e ensinar os filhos e/ou educandos dos cooperadores, tendo em vista a integração nas realidades escolar, social e cultural."

Desde os 4 meses de idade até à conclusão do 1.º ciclo do ensino básico, os alunos da CEBE encontram na sua escola um espaço em que cada um é único e especial (berçário, creche, pré-escolar e 1.º ciclo).

A iniciativa da exposição de cerca de quarenta desenhos sobre o 25 de Abril, intitulada "Uma Escola de Abril", foi da iniciativa da própria escola, para cuja directora pedagógica, Helena

Barros, 65 anos, "o 25 de Abril é matéria obrigatória, sendo que cada professor/educadora a trabalham de maneira diferente".

Da autoria de crianças de 8 e 9 anos que, em 2016, frequentaram o 3.º e 4.º anos do 1.º ciclo do Ensino Básico da CEBE, os desenhos demonstram o olhar de cada criança face à Revolução, mas o cravo vermelho é ainda o símbolo eleito pelos mais novos.

João Vaz de Carvalho, o ilustrador infanto-juvenil, internacionalmente reconhecido, que cedeu os direitos da imagem da Exposição, juntamente com o IPO-Agenda Solidária 2017, sublinhou que o seu desenho adquiriu "uma nova vida" com a Exposição.

Manifestou-se emocionado com o que viu – "aprendi imenso com estes miúdos" – sublinhando nomeadamente a recriação que as crianças fizeram das famosas chaimites.

Na inauguração da Exposição, no dia 12 de Dezembro de 2016, também o presidente da Direcção da Associação 25 de Abril, Vasco Lourenço, já avô, deixou escapar as lágrimas, sobretudo quando um grupo coral da escola, acompanhado pelo professor de Música à viola, cantou "Somos Livres", de Ermelinda Duarte, que o próprio "capitão de Abril" entoou, de lenço na mão.

Vasco Lourenço defendeu a "importância das escolas na perpetuação dos valores de Abril", manifestando a intenção de a Associação manter esta parceria com a CEBE, escola que também deseja essa colaboração e já nas comemorações do 43.º aniversário da Revolução.

Sobre o modo como as crianças desenham os militares de Abril, Vasco Lourenço disse que é sempre um "prazer enorme" reparar na forma como os mais novos vêem os capitães "muitas vezes com ingenuidade, mas sempre com o sentimento da espontaneidade, verdade e idealismo".

Vasco Lourenço elogiou a iniciativa da CEBE, "uma organização – disse – que procura espalhar e aprofundar os conhecimentos sobre o 25 de Abril de 1974".

"A presença junto dos mais novos constituiu um dos nossos principais objectivos e preocupações. Fazemo-lo com idas às escolas – apesar do cansaço, que a idade já não perdoa – e é com enorme satisfação que acolhemos exposições

Helena Barros, directora da CEBE

como esta, que se devem, em primeiro lugar – é bom acentuá-lo à acção de alguns professores (ou professoras", disse Vasco Lourenço à agência Lusa.
Em jeito de balanço, Helena Barros disse que a Exposição lhe "encheu a alma", que "ficou feliz e de coração cheio".
"Os pais sentiram-se bem, reviveram-se situação, especialmente os avós. Houve momentos muito comoventes".

Helena Barros relembrou que a CEBE é uma "consequência do 25 de Abril" e que essa "não é uma situação desgarrada, mas sim uma vivência de todos os anos".
A Associação 25 de Abril escolheu para a sua colecção dois dos quadros expostos e ofereceu às dezenas de crianças, que participaram na inauguração, autocolantes e *pins* alusivos ao 25 de Abril que desapareceram num instante.

A NOSSA ESCOLA NASCEU NO ANO DO 25 DE ABRIL

A NOSSA ESCOLA tem muito do 25 de Abril, porque com o 25 de Abril aprendemos que devemos respeitar os outros e o respeito é muito importante. Também aprendemos que a liberdade é o mais importante que uma pessoa pode ter.
Com a liberdade não precisamos esconder os nossos sentimentos e ideias porque não vamos ser julgados por isso, só vamos ser ajudados.
O símbolo do 25 de Abril é o cravo e é o que mais desenhámos.
Na nossa escola temos uma assembleia onde expomos as nossas ideias, falamos do que achamos bem ou mal e são tomadas decisões que todos devemos respeitar.
A isso chama-se democracia e foi outra das conquistas do 25 de Abril.
Gosto muito de andar na CEBE porque fazemos muitos amigos e os meninos são muito felizes.
Os nossos professores ouvem-nos e ajudam-nos a fazer as melhores escolhas.
Na CEBE somos livres e responsáveis.
Agora que estou quase a sair, quero que a CEBE continue a ser a mesma, uma escola bonita e antiga onde quem cá andou quer voltar.
"Uma escola de Abril" onde tudo acontece...
Obrigado aos capitães pelo 25 de Abril e à Associação por nos deixar vir aqui expor os nossos trabalhos.

Artur Mendonça (9 anos)

Colóquio sobre os Tratados TTIP e CET
RECLAMA AMPLO DEBATE NACIONAL

NO SEGUNDO COLÓQUIO sobre os Tratados TTIP e CETA – realizado dia 20 de Janeiro na sede da A25A – foi prosseguido o esforço de esclarecimento das implicações da adesão do País aos tratados TTIP e CETA, esclarecimento que foi encetado num primeiro colóquio realizado na galeria Verney, Oeiras, Maio de 2016, e cuja notícia foi dada na edição 121 de "O Referencial".

Neste segundo colóquio, pretendeu-se alargar o âmbito das intervenções e aprofundar o debate. Os oradores que compuseram a mesa, as organizações que representaram e os temas preferenciais sobre os quais se propuseram intervir foram os seguintes: Guilherme da Fonseca Statter, professor do ISCTE, membro da A25A: "O TTIP e o Conceito Geoestratégico"; Neto da Silva, da CIP – Confederação Industrial Portuguesa: "Um TTIP abrangente e ambicioso – a importância do mercado dos EUA"; Luís Pisco, da DECO – Associação de Defesa do Consumidor: "TTIP: Vantagens e Desvantagens – Questões-chave". Interveio também, a convite, Fernando Santos em representação da Plataforma Não aos Tratados.

Guilherme Statter começou por associar o cinzentismo e o secretismo que tem envolvido as negociações a alguns aspectos negativos que têm sido levantados, tais como: a previsão de aumento do desemprego – acima de 9 por cento – por parte de alguns modelos económicos, incluindo da ONU; a redundância da pretendida abolição de taxas alfandegárias entre a EU e os EUA, visto que muitas são já irrisórias e visto que muitas empresas já produzem onde vendem; a dificuldade de lidar com o mercado norte-americano na medida em que cada estado tem as suas regras comerciais. Porém, a fuga à divulgação pública do conteúdo dos tratados não radicará nos pormenores técnicos do âmbito do comércio – que se podem sempre discutir e melhorar em proveito das partes – sendo lícito pensar que existe objectivo outro que a melhoria das regras do comércio

internacional, objectivo que deveria presidir a qualquer tratado internacional. Essoutro objectivo é a protecção dos investimentos, a obter à custa da perda da capacidade dos Estados para intervir na economia, com consequências desastrosas para Portugal. Esse processo está consubstanciado nas regras ICS/ISDS (Investor-State Dispute Settlement) que constituem um verdadeiro cavalo de Troia dentro dos tratados e que por isso constituem o verdadeiro obstáculo à adesão ao TTIP. Trata-se de instituir "tribunais" arbitrais, cada um composto por três "árbitros" privados (é vedado o acesso a tribunais e juízes públicos) e secreto (reúne à porta fechada). É considerado um tribunal "ad hoc" porque é constituído especificamente para "resolver" um determinado litígio. Reúne a pedido de qualquer empresa que pretenda litigar com um Estado soberano, estando vedado aos Estados, regiões, cidades e outros organismos públicos de qualquer natureza o recurso a este tipo de "tribunais". Como não se trata de estar contra as empresas, é preferível dizer "Não às cláusulas ISDS" em vez de se dizer "Não ao CETA", porque é disso que verdadeiramente se trata.

Neto da Silva enfatizou a divisão do mundo em grandes blocos e a necessidade de reforçar a coesão do bloco Ocidental sob a liderança dos EUA, que considerou serem o principal pilar do nosso modo de vida. Suportou o seu enfoque nas seguintes premissas: o comércio da zona do Pacífico ultrapassou o da zona do Atlântico depois de 1984 e essa situação foi consolidada pela natureza fortemente competitiva da globalização – as empresas vão produzir onde é mais barato – sabendo-se que na China, por exemplo, não existem as preocupações sociais que existem no Ocidente, reconhecendo todavia que têm sido as empresas ocidentais os principais vectores das deslocalizações para a China; a própria noção de crescimento é controversa, dados os limites impostos pela natureza à reprodução dos recursos do planeta; e o terrorismo constitui um ataque claro à nossa civilização que não nos deixa muita margem de manobra. É neste contexto que são aceitáveis medidas que anulem as chamadas "barreiras não tarifárias ao comércio", tendo como pressuposto que os EUA são o nosso principal aliado, não podendo ser encarados como parte do problema. Por seu lado, o secretismo das negociações é inerente a qualquer negociação e não deve ser encarado como uma anormalidade.

Luís Pisco corroborou as suspeitas levantadas anteriormente sobre o secretismo das negociações. Apesar de se poder considerar que, em princípio, os acordos comerciais são positivos para os consumidores, no caso vertente levantam-se problemas graves, enunciando alguns: os EUA não seguem o princípio da precaução que vigora na UE no âmbito da segurança alimentar, antes vigora a inversão do ónus da prova, i.e., um produto alimentar só pode ser retirado do mercado quando se provar que fez mal; nos EUA praticamente só as crianças gozam do direito à privacidade, tudo o resto é permitido, enquanto na UE esse direito é universal; as grandes empresas norte-americanas, por exemplo do âmbito das Tecnologias da Informação, abafam qualquer desenvolvimento equivalente na UE, a prova é que não existem competidores com o Google, o FB, o Twitter; a bolsa de árbitros especialistas para compor os tribunais arbitrais é restricta e fechada – trata-se de especialistas privados nomeados pelos organismos empresariais privados, sendo vedada a participação dos representantes dos governos federais e dos governos dos Estados-Membros, bem como dos organismos públicos – e são cargos não electivos e não sujeitos a qualquer escrutínio.

Concluiu que seria de esperar uma desregulação completa dos mercados com consequências que se advinham graves para a UE.

Fernando Santos forneceu um conjunto de exemplos de problemas que o CETA (e o TTIP) levanta: Contractos e Serviços Públicos – defende a liberalização de todos os concursos públicos livres de normas laborais, sociais, ambientais, protecção das empresas nacionais que os possam condicionar; Protecção do Investimento – tentativa de "lavagem" da imagem do ICS, a mais contestada das normas; Comércio e Desenvolvimento Sustentável – pretende "branquear" a proposta de eliminação do "princípio da precaução" que vigora no sistema de protecção alimentar europeu, que, entre muitas outras, proíbe a importação de animais alimentados com substâncias nocivas (hormonas e derivados de arsénico), de produtos que incorporem organismos geneticamente modificados (OGMs), de cosméticos que contenham substâncias nocivas, de combustíveis com origem no petróleo de xisto, extraídos pelo método de "fracking"; Protecção do Trabalho – pretende a normalização das condições laborais através do "menor divisor comum", tentando reduzir ou eliminar o modelo social europeu. O sistema de protecção laboral europeu é mais favorável que o do Canadá, por exemplo, já que o Canadá ainda não procedeu à ratificação da convenção n.º 98 da OIT, que regula as convenções colectivas de trabalho de 1949. Benefícios para PME›s – ao longo de cerca de 1600 páginas do CETA (tratado e respectivos anexos) não consta uma única vez a sigla PME. Terminou dando a informação de que as PME alemãs estão contra o CETA e perguntando onde estão e o que fazem as associações das PME.

Seguiram-se intervenções e perguntas a partir da assistência. Pode dizer-se que do colóquio ressaltou preocupação e dúvida quanto a pelo menos alguns dos conteúdos dos tratados e reconhecimento da necessidade de uma eventual adesão ser precedida de um amplo debate nacional.

O POPULISMO A ACELERAR

MANUEL PEDROSO MARQUES

O PODER POPULISTA, considerando o povo como um todo, uma entidade sem diferenças, sem vontades, é totalitarista porque exclui do povo a singularidade de pensamento. Ao dirigir-se a uma comunidade que reúne objectivos individuais distintos, religiões e culturas diversas como se de uma realidade uniforme se tratasse, do populismo ao totalitarismo, ao autoritarismo e à ditadura vai uma curta distância.

O populismo que assola os nossos dias apresenta várias formas, uma das quais se caracteriza por usar uma linguagem que infantiliza o povo por não lhe dar opções de escolha política, antes, provocar adesões a imagens naturalmente aderidas, porque imanentes dos sentimentos nacionais, óbvios portanto, como são exemplos o *slogan* de Trump, *America first* ou o da coligação PSD/CDS, nas últimas eleições legislativas em Portugal, "Portugal à Frente", a PaF. Qual o americano ou o lusitano que não quer o seu país na melhor posição possível?

O uso da bandeirinha portuguesa na lapela de Passos Coelho (ou a americana na dos respectivos secretários de Estado) constitui outra manifestação populista, ao tentar induzir, para o que diz e para a sua política, a ideia de que fala e age em nome do indiscutível interesse geral, de Portugal, quando, como é evidente, a sua política, como a de qualquer outro político, é discutível, eventualmente até dirigida a uma parcela da população e a interesses setoriais que podem não ter qualquer relação com a maioria do povo.

Entre as várias formas de populismo, uma bastante frequente, a que as pessoas já nem ligam pelo seu tão uso e abuso, é a sacralização do poder político. O que é sagrado não se discute, aceita-se ou recusa-se mas não se discute. De Salazar, recordo, como exemplo, a frase preferida de que "a Pátria não se discute". Para ele, a Pátria ia do Minho a Timor...! O 25 de Abril veio pôr em discussão o que pode e deve ser discutido. E a democracia discutiu e definiu a Pátria não colonialista dos portugueses, terminando com 13 anos de guerra.

O populismo nem sempre é impopular, apesar de ele ser o que é e apesar do respeito que merece a vontade de um povo. Talvez porque o populismo seja apresentado como uma legitimidade que nega a existência de outras legitimidades. Nesta situação, frequentemente algumas das legitimidades são falsas legitimidades. A candidata presidencial francesa Marine Le Pen é o exemplo acabado de exploração deste jogo político. Lá vem "a França à frente", num objectivo de pôr os outros para trás, a islamofobia, ou seja o medo do Islão, o isolamento da França traduzido na saída da UE e do Euro, além doutros mimos, como a xenofobia, a expulsão de estrangeiros, a abolição do Espaço Schengen na impossibilidade de construir um muro à Trump, etc. etc.

Este género de conflitos é, no campo político, algumas vezes artificial, embora ganhe espaço público. Se para cada força de opinião política é legítimo o direito a veicular o seu pensamento, já a negação de que a existência de outras forças, coligadas ou apoiadas para soluções de governo, sejam legítimas traduz um negacionismo antidemocrático. Foi esta a tese do PSD e do CDS perante a constituição de um governo do PS, apoiado pelo Bloco de Esquerda, pelo PCP e pelo PEV. Diziam e dizem, "era um apoio contranatura"! Acham que não é natural que partidos diferentes, com diferentes opiniões sobre umas coisas concordem sobre outras. E quando isso acontece entre pessoas? Nesta forma de populismo, Passos Coelho e seus sequazes vêem a concordância como uma totalidade, totalitarista, paredes meias do autoritarismo. Ou se concorda em tudo ou não se concorda em nada, ponto final.

O absurdo desta atitude não permite que ela seja mantida em todas as situações, com já se viu. O PSD, na Assembleia da República, vota

umas vezes contra, outras a favor, sem critério político sobre o mérito das propostas mas porque, umas vezes, está mais interessado em quebrar a maioria parlamentar de apoio ao governo, outras porque não quer evidenciar mais contradições próprias.

Esta posição da direita portuguesa, ostentada pelo PSD/CDS, até poderia ser apenas caricata, não fossem as constantes alusões à instabilidade política que alegam esta solução governativa implicar, com efeitos negativos na imagem de segurança económica e financeira do País, o que se projecta nos juros que os mercados praticam em relação às obrigações da dívida do Estado português. Aliás, tem-se verificado que, antes de Portugal colocar Obrigações do Tesouro à venda, as declarações especulativas das empresas de *rating* e dos serventuários nacionais e internacionais da financeirização do mundo e da vida fazem subir os juros. Feita a subscrição dos títulos, pela banca internacional, os juros descem ligeiramente, de imediato... Tudo com o incontido aplauso ou a escondida satisfação daqueles cujo patriotismo de resume à bandeirinha nas lapelas.

Pode ainda notar-se a propensão das diferentes ideologias por formas distintas de populismo, com algumas variantes, próprias aos diversos protagonistas políticos e respectivos países, obviamente. O discurso considerado de direita é mais atreito à exploração populista das dificuldades conjunturais de carácter social e político, resultantes da envolvente regional ou mundial. A resposta oferecida neste discurso envereda pelo isolacionismo, contra a abertura ao mundo, à globalização e à ausência (senão à quebra) de compromissos internacionais, estabelecidos na defesa do ambiente, na intenção da paz e da protecção de direitos universais do cidadão. É o caso da reacção aos movimentos migratórios, em nome da defesa da identidade cultural, nacional, ou outras razões, como o ataque indiscriminado aos responsáveis políticos, quando não à própria democracia, que responsabilizam pelos males sociais, e que explica a eleição dos chamados "representantes de fora do sistema", tipo Trump, Beppe Grillo, etc.

Já o populismo que intitulo de esquerda prefere accionar respostas cujo conteúdo, reconhecidamente inviável, não impede que sejam reivindicadas. Reivindicadas por diversas razões: porque podem ser justas, ou populares, ou inscritas numa perspetiva futura de evolução sociopolítica, ou eleitoralistas... todavia, impraticáveis na situação e no tempo que se vive. Nesta confusão, grande parte dos eleitorados, de muitas geografias, começa a dizer que não é de esquerda nem de direita, é as duas coisas, umas vezes é de direita, outras de esquerda. Realidade que, obviamente, não serve para clarificar nada e da qual os erros, cada vez mais frequentes, das sondagens de opinião são, creio, reflexo.

Os tempos modernos, pós as duas grandes guerras do século passado, convenceram os países de que a regulação de interesses comuns, internacionais, à escala regional ou mundial, implica uma deliberada partilha das soberanias, a ser transferida para organismos supranacionais. A Sociedade das Nações e a ONU nasceram nesta convicção. A desconfiança na capacidade internacional, justificada de amiúde, para a gestão desses interesses, está a criar um ambiente de

contestação, a que se chama, em tom crítico mas objectivo, de "alienação de soberania". Esta contestação, com laivos de populismo, revela outra sintonia entre posições políticas de sinal contrário, embora não deixe de ser considerada de forma diferente por outras opiniões. Opiniões que entendem que a soberania é um conceito que tem de se abrir à interdependência económica, científica e política dos países e, inclusive, resolver problemas que são do planeta e não de cada país, isoladamente.

O populismo torna-se uma distopia de cura difícil no espectro partidário, porque transversal aos partidos com ideologias distintas. Se, por exemplo, imaginarmos que um partido de direita se propõe defender a redução de impostos, ele não ignora que esta medida tem a ver com outras, destinadas ao equilíbrio orçamental do Estado. Se o orçamento não comportar esta política, esse partido age demagogicamente, porque se a responsabilidade de governar fosse dele não a adoptaria. Será um exemplo de populismo demagógico. Se um partido de esquerda não quiser ficar atrás do da direita e apresentar uma proposta idêntica, usa um populismo que, para ser apenas eleitoralista e não demagógico, obrigaria a alterações orçamentais, eventualmente negativas ou impossíveis, se fosse governo.

Resta-nos confiar na capacidade política das comunidades em credibilizar a democracia, a grande muralha contra a ameaça populista.

Serviço Nacional de Saúde

A VIAGEM ATRIBULADA

FERNANDO ESTEVES FRANCO*

ÉPOCA DE TORMENTA. A grande nau mundial adorna perigosamente para estibordo. Muitos dos seus passageiros deslumbrados com o reflexo do sol poente que lhes parece o ouro capaz de satisfazer a sua ganância, correm para a amurada desse lado. Não se apercebem que do lado de bombordo (o bordo esquerdo dos navios, de onde foi avistado o Cabo da Boa Esperança), já são as obras vivas (porção do casco imersa) tão perigosamente visíveis, que o naufrágio se adivinha iminente.

Será que alguém nesta euforia deslumbrada com o ouro que pensam avistar, entusiasmados com a grita dos mercadores que dos seus batéis de cores garridas e motores cromados os incentivam a comprar os seus produtos na mira de um lucro elevado, ainda se preocupa com o Serviço Nacional de Saúde que os levou saudáveis ao embarque?

Coisas do passado pensam muitos, tal qual imaginam que o ouro que almejam recolher lhes permitirá suportar com alegria os custos de qualquer tratamento de uma qualquer doença que os atinja. Não pululam os hospitais e outras unidades de saúde privadas a que podem recorrer? Afinal não está tudo garantido pelos seguros de saúde? Essa coisa de os avós terem levado a sua vida amealhando um "pé-de-meia" que nunca se mostrava suficiente, tostão a tostão, para fazerem face à doença imprevista, como muitas vezes ouviram, são preocupações arcaicas dum tempo em que o nível de vida era baixo e não havia seguros de saúde. Agora não: até têm automóvel reluzente à porta do seu apartamento de duas assoalhadas.

Essa preocupação do Estado Social não é então mais do que uma posição ideológica? Não ouviram ainda muito recentemente, na vigência do pretérito Governo, o *slogan* repetido à exaustão de "Menos Estado, melhor Estado"?

Entretanto a algazarra dos mercadores que dos seus batéis lhes oferecem os melhores serviços é tal, que por mais que os tripulantes da sua nau lhes gritem o perigo do naufrágio, ninguém lhes dá ouvidos.

Terão de ser náufragos para no seu desespero concluírem por si o que não foram capazes de ouvir, percebendo então que se tivessem acautelado o naufrágio, não estariam na situação angustiante de lhes ser impossível alcançar a baleeira que julgavam estar sempre à mão.

E teria sido tão fácil: bastaria não terem cedido à miragem do ouro, que afinal quando estão na água verificam não ser mais do que o reflexo do Sol poente, e constatam também que as sedas em que se enrolaram e que os mercadores lhes impingiram, afinal comprometem ainda mais a sua flutuabilidade.

Os que se salvam, agora confrontados com a falência da sua miragem, já compreendem que o Serviço Nacional de Saúde (SNS) de que não queriam ouvir falar, não é substituível pelo modelo de medicina curativa que lhes têm oferecido. Bem ouviram falar dos casos em que os tratamentos foram interrompidos por o dispêndio financeiro ter atingido o capital da responsabilidade segurada, mas isso, serão circunstâncias que só acontecem aos outros.

Mas SNS porquê? O que lhes trouxe de novo? Como nasceu e como funciona?

A necessidade de mudança nos cuidados de saúde, foi há muito uma evidência para muitos que se preocuparam com o indispensável acesso e qualificação do serviço de saúde disponibilizado à população.

Já em 1961 é iniciado um programa de planeamento, construção, gestão e financiamento duma rede hospitalar a implantar no território nacional, por Coriolano Ferreira, primeiro Director-Geral dos Hospitais, mais tarde secretário de Estado da Segurança Social em três Governos Constitucionais.

Também em 1961 é trazido a público um documento célebre, o Relatório das Carreiras Médicas, subscrito por vinte e um muito respeitados médicos, onde é defendida a imprescindibili-

dade duma Carreira Médica desenvolvida num Serviço de Saúde de abrangência nacional, um Serviço Nacional de Saúde, que contemplasse uma progressão científica e uma diferenciação institucional articulada, capaz de resolver as graves carências assistenciais existentes. É seu redactor principal Miller Guerra que posteriormente vem a ser bastonário da Ordem dos Médicos, deputado da Ala Liberal, deputado da Assembleia Constituinte e da que se lhe seguiu, entre outros ilustres colegas, alguns dos quais vêm a desempenhar funções políticas na área da Saúde – António Galhordas, Albino Aroso e Mário Mendes – secretários de Estado da Saúde em diferentes Governos pós revolução.

Os cuidados médicos e a formação pós-graduada tinha de ser alterada para um modelo descentralizado em todas as suas vertentes, que tornasse a saúde acessível aos cidadãos.

Em 1971 Arnaldo Sampaio e Gonçalves Ferreira, médicos e cientistas eméritos, desenvolvem uma nova política de saúde; vêm a iniciar a futura planificação técnica do Serviço Nacional de Saúde ainda sem essa designação. Criam nesse âmbito, os chamados Centros de Saúde de primeira geração dirigidos aos cuidados de medicina preventiva, Fafe, Guimarães e Vila Verde. Combate-se a doença, previne-se o doente.

A clivagem acentuada do interior rural e do litoral periférico conduzia a uma diferença profunda no acesso à saúde, pese embora o esforço denodado da grande maioria dos médicos dispersos num País de muito fracas infra-estruturas – que Fernando Namora tão bem retratou – fazia com que a população do País interior praticamente não dispusesse do acesso à saúde. Embora de forma não tão gritante, também se verificava o mesmo no litoral e até entre os núcleos urbanos deste, sendo o panorama global sempre muito mau.

Refira-se que a percentagem de médicos no interior era de 20 por cento e no litoral de 80 por cento, mas mesmo aqui a sua inserção centrava-se primordialmente nas grandes cidades de Lisboa, Porto e Coimbra.

É este o circunstancialismo na Revolução de Abril, e logo o Programa do Movimento das Forças Armadas contemplou a criação dum Serviço Nacional de Saúde. Desde logo atribuiu assim o MFA a maior atenção à necessária dispersão territorial dos cuidados de saúde.

De seguida o III Governo Provisório de Vasco Gonçalves que tem como ministra dos Assuntos Sociais Maria de Lurdes Pintassilgo, integra na responsabilidade estatal o funcionamento do único Hospital Central (Hospital Geral de Santo António) e todos os Hospitais Distritais da propriedade das Misericórdias, Dec. Lei 704/74.

Promove-se não a nacionalização mas a funcionalização estatal, já que as Misericórdias mantêm a titularidade da propriedade dos imóveis. O mesmo acontece em relação aos hospitais concelhios, Decreto-Lei 618/75, do Governo seguinte.

Em 1975 pela mão de Arnaldo Sampaio, director-geral de Saúde, é criado o Serviço Médico à Periferia que estabelece a prestação de um ano de serviço descentralizado a todos os médicos que pretendam ingressar na Carreira Médica a ser desenvolvida nos estabelecimentos de saúde do Estado.

Revela-se uma medida que ultrapassa todas as expectativas na excelência da sua prestação. As populações exultam com a mudança na acessibilidade aos cuidados médicos; os poucos médicos que trabalham na periferia acolhem com grande interesse e solidariedade os jovens colegas que vão chegando, enquanto estes desenvolvem uma prestação entusiasmada na análise e atitudes profilácticas e terapêutica das comunidades onde são colocados. É o início da profunda mudança de serem os cuidados de saúde, na sua globalidade, a procurarem o cidadão, ao invés de ser o cidadão a promover a busca quase impossível dos cuidados médicos.

A expansão das Carreiras Médicas, fruto do movimento de profunda reflexão de um grupo muito alargado e geograficamente distribuído de médicos, onde pontificam médicos ilustres com preocupações sociais já equacionadas em 1961 no Relatório das Carreiras Médicas, vêm definir o caminho da excelência dos cuidados médicos, emergentes da diferenciação técnica progressivamente avaliada e com realce para a formação contínua implícita e consequente relevância do trabalho de grupo.

A importância da formação contínua pós-graduada, de há muito respeitadíssima nos Hospitais Civis de Lisboa, é agora alargada a todas as instituições de saúde estatais. Torna-se não só elemento facilitador da dispersão geográfica de pessoal já qualificado, como ainda um factor primordial da descentralização qualitativa da formação contínua, elemento essencial à captação de jovens médicos, que assegurarão a continuidade futura dos recursos humanos necessários. A importância do efeito descentralizador das Carreiras Médicas é tal que rapidamente são criadas carreiras profissionais de outros técnicos e actores da Saúde.

Sendo a formação médica pós-graduada longa (para obter o grau de especialista são necessários mais de seis anos de pós-graduação) ela conduz ao enraizamento pessoal, familiar e profissional, garantindo-se assim de forma natural a continuidade do preenchimento das necessidades futuras dos quadros de pessoal, indispensável à manutenção, evolução e cobertura territorial dos cuidados médicos.

Pensar-se que incentivos exclusivamente financeiros têm o mesmo resultado, oferecidos na deslocalização tardia, será um erro dramático conducente à progressiva escassez de recursos humanos, como se tem vindo a verificar. O direito constitucional à protecção da saúde através dum Serviço Nacional de Saúde Universal e Geral logo bem expresso desde o primeiro texto constitucional, estará consequentemente cada vez mais comprometido.

No II Governo Constitucional de Mário Soares, sendo ministro dos Assuntos Sociais António Arnaut, profundo humanista, fundador do Partido Socialista e conhecedor da realidade social e sanitária dos seus concidadãos, vem a ser publicado um Despacho Ministerial (DR 2.ª série de 29/06/1978) que estabelece a universalidade, a generalidade e gratuitidade dos cuidados de saúde assim como a comparticipação pecuniária dos medicamentos e abre a acessibi-

lidade universal aos serviços médico sociais. É este Despacho que vem a ser proclamado como "O Despacho Arnaut" o verdadeiro consagrante do Serviço Nacional de Saúde que só vem a tomar a letra de lei em 1979, Lei 56/79 – em cuja votação o PSD e o CDS se abstêm, e votam contra na especialidade – conseguida com o empenho pessoal de António Arnaut que como Deputado avançara com a respectiva proposta de lei, e que a vê aprovada quando como vice-presidente da Assembleia da República dirige os seus trabalhos.

A vontade abnegada de António Arnaut na obtenção de cuidados de saúde de qualidade, universais e gratuitos para todos os seus concidadãos, está premiada; o preceito constitucional está cumprido, a dimensão política da criação do Serviço Nacional de Saúde está conseguida. A sua visão humanista está realizada.

Os profissionais de saúde exultam, os cidadãos aplaudem mas o percurso foi longo e muitos escolhos foi preciso ultrapassar. Pelo caminho até um Governo Constitucional ficou, o segundo, dadas as divergências que o SNS e a lei relativa à Reforma Agrária, Lei Barreto, determinaram entre os dois partidos do seu apoio parlamentar, PS e CDS.

Note-se que a Ordem dos Médicos na pessoa do seu bastonário, António Gentil Martins, se opôs veementemente à mudança, dado ser no seu entendimento coarctada a liberdade da livre escolha do médico por parte do doente, ao que António Arnaut contrapõe só poder exercer liberdade de escolha quem tenha a possibilidade de escolher, o que não era o caso da grande maioria da população portuguesa. A maioria dos membros da Ordem, os médicos, não se revia no ideário do seu bastonário.

A dimensão técnica da implantação no terreno duma mudança tão profunda, quanto passar de uma saúde quase totalmente centrada nas três principais cidades do País, para uma descentralização qualitativa e efectiva dos cuidados hospitalares e ambulatórios, pôs condições conceptuais, logísticas e de recursos humanos muito exigentes. Vieram aqui a desempenhar importância primordial não só os quadros entusiasmados na descentralização definida na nova organização, como os regressados da diáspora politica e colonial, pois não havia varinha de condão que conseguisse rapidamente fazer face às necessidades em pessoas qualificadas desta nova metodologia da prestação de cuidados médicos e a cujo pessoal é exigida diferenciação tão longa.

A funcionalização estatal dos hospitais das Misericórdias e a absorção dos postos dos Serviços Médico-Sociais nos novos modelos organizativos dos Centros de Saúde surgidos em 1971 e já por Arnaldo Sampaio dilatados para 2002 (os centros de saúde de segunda geração) ainda em 1975, vêm suportar a estrutura física necessária à nova organização prestadora de cuidados de saúde.

Parecendo o conceito da mudança da maior simplicidade como o é tudo o que é grandioso, é esta reforma da maior importância na metodologia organizativa da prestação.

Normaliza-se o acesso, desenvolve-se a credibilização consequente à qualidade da prestação.

Centra-se o acesso do cidadão à saúde nos centros de saúde que passam a ter uma actuação integrada em todas as vertentes em presença, profiláctica e terapêutica, conduzindo aos bons indicadores de saúde progressivamente obtidos, tais como a acentuada diminuição da taxa de mortalidade infantil ou o aumento médio da longevidade. Acresce que contempla a organização prestadora uma rede hospitalar hierarquizada na sua prestação cooperante, complementar na sua execução terapêutica e formativa, articulada numa Carta Hospitalar funcional de todo o País, actuando todos os actores e instituições de forma integrada.

Estamos assim perante o modelo em que o Serviço de Saúde passa a disponibilizar numa complementaridade institucional organizada, os cuidados de que cidadão carece, considerando ainda a vertente envolvente, seja a familiar ou a comunitária.

Numa palavra é o Serviço de Saúde que se tem de preocupar com o cidadão ao invés de ser o cidadão a preocupar-se com o Serviço de Saúde.

O Serviço Nacional de Saúde executa e desenvolve assim as atitudes e os procedimentos organizados, interligados e complementares, no combate à doença que identificou enquanto trata o doente.

Na guerra à doença o SNS usa as armas de que dispõe devidamente articuladas nas suas valências, cooperantes na complementaridade da sua actuação, distribuídas criteriosamente em

função dos recursos que cada Instituição dispõe, desenvolvidos estes em função da caracterização da população abrangida, qual exército que luta contra um inimigo identificado, aqui a doença, num esforço organizado na conjugação cooperada das armas de que utiliza. "Elementar meu caro Watson!..." diria Sherlock Holmes.

Mas a navegação tranquila desta Nau começa desde cedo a ser fustigada pelas marés vivas das doutrinas que consideram perdulário o dispêndio com a saúde. Defendem acerrimamente o *slogan* de "menos Estado, melhor Estado".

Logo em 1982 o Governo de Pinto Balsemão revoga a quase totalidade da Lei do SNS pelo Decreto-lei n.º 254/82, obtida que tinha sido a respectiva autorização legislativa da Assembleia da República. Resiste o SNS graças a Ramalho Eanes, ao tempo Presidente da República, ao suscitar a fiscalização do Tribunal Constitucional que decide pela inconstitucionalidade daquele Decreto-Lei, acórdão 39/84.

A revisão constitucional de 1989 para além de passar a estabelecer que o Serviço Nacional de Saúde passa a ser tendencialmente gratuito consagra um novo principio de o Estado dever "orientar a sua acção para a socialização dos custos dos cuidados médicos e medicamentosos" abrindo então a possibilidade de o Estado poder convencionar, numa prestação integrada, cuidados convencionados que anteriormente só eram admitidos em complementaridade. A Lei 48/90, no Governo de Cavaco Silva vem a instituir uma profunda mudança de conceito no SNS já que pelo suporte constitucional não é este passível de ser anulado, mas modifica-o introduzindo a norma de o direito à saúde passar a ser da responsabilidade do agora designado Sistema de Saúde. Esta pequena diferença vem abrir a porta aos acordos de prestação integrada das entidades privadas ultrapassando o seu estatuto de cooperantes, e possibilita a gestão empresarial dos hospitais públicos, a qual vem a ser consagrada no Governo de António Guterres pela mão do ministro da Saúde, Correia de Campos, que introduz o modelo empresarial nos hospitais do SNS.

No Governo seguinte, de Durão Barroso, a Lei n.º 27/2002 de pendor neoliberal ainda mais acentuado, altera não só o regime de contratação do pessoal como o da gestão hospitalar e com Luís Filipe Pereira, ministro da Saúde, passam trinta e um hospitais públicos a sociedades anónimas, o que vem a ser revertido por Correia de Campos, ministro da Saúde, no Governo do PS de José Sócrates.

Este vai e vem constante das águas doutrinárias vai abrindo rombos no casco conceptual do SNS, possibilitando um ataque às robustas águas vivas desta maravilhosa nau.

O conceito de gestão empresarial só por si até pode ser benéfico, se tiver como objectivo o serviço público em todas as suas vertentes, ao invés dos objectivos de carácter financeiro, legítimos noutra perspectiva, a dos investidores privados.

São dois rumos completamente divergentes que conduzem necessariamente à incapacidade da convergência de tácticas, meios e atitudes, indispensáveis a ganhar a guerra à doença, evitando não só as baixas como resgatando dela os que foram atingidos.

A aglomeração de hospitais em centros hospitalares sem o indispensável respeito pela individualidade científica, formativa e cultural de cada Instituição, numa amálgama organizativa, não pode servir estes objectivos. A articulação íntima dos hospitais e centros de saúde, sendo imprescindível, não pode ser descurada.

Outro aspecto negligenciado, consequente à falência da actuação consertada é o da formação contínua. Alicerçada numa progressão exigente, mas serena, emergente das Carreiras Médicas, a desarticulação destas conduz à incapacidade de renovação e ampliação dos recursos humanos em profissões de tão elevado grau de exigência quanto longa formação. Sem Carreiras Médicas o SNS fina-se.

Desenvolver filosofias de gestão com objectivos exclusivamente financeiros quer em recursos humanos quer em organização funcional das instituições prestadoras, promover a contratação de pessoal desintegrado duma perspectiva de carreira e prestação grupal – até se contrata pessoal médico à hora a empresas de mão de obra – ou ter unidades de actuação médica, serviços hospitalares, cindidos em espaços de actuação de mais de meia centena de quilómetros, poderão parecer aos seus decisores actos de "brilhantes" técnicas de gestão, mas são tão só reveladoras da maior ignorância dos vectores indispensáveis à boa prestação do SNS, asfixiantes do seu funcionamento e comprometedoras das exigências sanitárias duma população saudável e tranquila, lesivas do direito constitucional de protecção da saúde.

Mas na vertigem do consumo vêem-se muitos beneficiários do SNS acomodados aos novos ventos da modernidade capitalista, pagando alegremente seguros de saúde para garantirem o que por direito próprio já lhes devia estar garantido pela sua grande "seguradora", o Estado, para a qual pagam os respectivos "seguros de saúde" incluídos nos seus impostos.

Qual será o destino desta nau tão eficiente, apanhada na borrasca do egoísmo e do lucro?

A "meteorologia" não prevê tempo bonançoso. Será que ela resiste?

Novembro de 2016

*Médico, chefe de serviço da Carreira Médica Hospitalar aposentado

GUARDIÃES DA LIBERDADE

VERGÍLIO RODRIGUES

MÁRIO ALBERTO Nobre Lopes Soares já não pertence ao nosso mundo de todas as desgraças que nos assolam. As cerimónias que lhe foram dedicadas já se desfizeram no andar do tempo. Hoje já não se fala tanto em Mário Soares. Mas falar-se-á um sempre um pouco tal foi a marca que deixou no nosso espírito, na nossa vivência, referida em discursos emocionantes, em lágrimas, em memórias. A ele chamaram o "Pai da Democracia". Não seria, porventura, dizer mais. Ser tal "Pai" é tarefa ingente e imortal. Mas foi ele, de facto, o "Pai da Democracia"? Só ele?

Em 1974 o País não sabia o que era a democracia. Nunca lhe tinha sido ensinada. Salazar estribava-se nessa ignorância para se manter no poder. Havia uma guerra, lá longe, em terras desconhecidas, donde chegavam notícias avulsas e enganosas. Havia, como em todas as guerras, mortos e feridos. Que não se conheciam. Fugia-se do País e dessa guerra. Era assim.

Melhor escrevendo, foi assim, até um dia em que jovens militares saíram à rua e, arriscando tudo o que tinham, a carreira, a família, a vida, puseram fim à guerra, ensinaram o povo a cantar e cantaram com ele a Liberdade. E assim, desta forma simples e heroica, abriram as portas para que a democracia entrasse. Eles, também, ou só, "Pais da Democracia".

Mas não se sabia o que essa palavra significava. Era nova, e não se sabia como viver com ela. E os oportunistas apareceram para se servirem dela e a usarem para os seus fins. Mas os militares estavam vigilantes. Preparavam-se para, se necessário, defender a Democracia, que eles próprios tinham oferecido a Portugal. Não fugiram, como outros, permaneceram nos seus postos. E, arriscando-se, mais uma vez, saíram para que a Democracia vingasse. Eles, sentinelas da Liberdade, guardiões da Democracia, eles, os Pais do País.

A estes jovens outros, mais experientes, se juntaram. Tinham também por objectivo conduzir o país com serenidade e prudência. Desses, é da mais elementar justiça recordar o marechal

Costa Gomes. Nomeado Presidente da República num teatro de dramas, contradições e conflitos procurou sempre agir com a convicção de que a conflitualidade nunca levaria o País a bom porto. Acusado de indeciso, nunca se deixou influenciar por tais infundadas acusações. Sabia bem que as decisões, designadamente aquelas de que o País precisava, tinham de ser ponderadas. Assim o fez. E rodeado de outros, empenhados na mesma tarefa, tomou-as e elas se revelaram úteis e definitivas. Nunca o País tinha sentido o "recolher obrigatório", uma situação que, à primeira vista, configurava um estado de conflito que só se conhecia dos jornais, referido a conflitos armados ou desordeiros. Mas ele fê-lo, ainda que "parcial" e circunscrito a Lisboa, para preservar a Democracia. Fê-lo sem alardes e sem exibicionismos. Agiu como ele próprio era, com moderação e levemente. E, cumprida a missão que a si próprio impôs, qual cabo-de-guerra que regressa a quarteis, saiu de cena. Sem alar espectáculo.

Num tempo em que se tecem loas com prodigalidade, nem uma vez o nome deste antigo Presidente da República, é referido. Ele, um Homem da Democracia.

Esta é a minha homenagem. A homenagem dum cidadão agradecido.

DIGNIDADE, IDENTIDADE, PODER

Tópicos para uma reflexão urgente

ALMEIDA MOURA

NESTE TEXTO PROPOMO-NOS analisar, conquanto de forma breve, os conceitos de Dignidade, Identidade e Poder, e as suas inter-acções, tendo presente a sua influência determinante no exercício das funções soberanas do Estado – Educação, Justiça, Defesa, Economia, Saúde.

1. DIGNIDADE

A Dignidade humana está explicitamente inscrita em múltiplas Constituições e documentos estruturantes de organizações inter-estatais. Tomemos como exemplo:

Constituição da República Portuguesa, Artigo 1.º: "Portugal é uma República soberana, baseada na dignidade da pessoa humana e na vontade popular empenhada na construção de uma sociedade livre, justa e solidária."

Constituição da República Alemã, Artigo 1.º: "1. A dignidade do homem é sagrada e constitui dever de todas as autoridades do Estado o seu respeito e protecção.

2. O povo alemão reconhece, em consequência, os direitos invioláveis e inalienáveis da pessoa humana como fundamento de toda a comunidade humana, da paz e da justiça no mundo."

Carta dos Direitos Fundamentais da União Europeia, Capítulo I – DIGNIDADE, Artigo 1.º: "A dignidade do ser humano é inviolável. Deve ser respeitada e protegida."

Importa definir o que entendemos por Dignidade Humana. Para tal, seguimos Castanheira Neves, citado por Jorge Miranda[1] : "A dimensão pessoal postula o valor da pessoa humana e exige o respeito *incondicional da sua dignidade*. Dignidade da pessoa a considerar em si e por si, que o mesmo é dizer a respeitar para além e independentemente dos contextos integrantes e das situações sociais em que ela concretamente se insira. Assim, se o homem é sempre membro de uma comunidade, de um grupo, de uma classe, o que ele é em dignidade e valor não se reduz a esses modos de existência comunitária ou social. Será por isso inválido, e inadmissível, o sacrifício desse seu valor e dignidade pessoal a benefício simplesmente da comunidade, do grupo, da classe."

Continuando com Jorge Miranda[2], "... de modo directo e evidente, os direitos, liberdades e garantias pessoais, e os direitos sociais e culturais comuns têm a sua fonte ética na dignidade da pessoa, de *todas as pessoas*.", numa "concepção que faz da pessoa fundamento e fim da sociedade e do Estado".

Sendo "fundamento e fim da sociedade e do Estado", o fim em si mesmo que cada ser humano é exige o respeito por si próprio e, simultaneamente, o reconhecimento do Outro, de qualquer outro ser humano, como também um fim em si mesmo. Dito de outo modo, "a dignidade que [cada pessoa] possui é dela mesma, e não da situação em si".[3]

E porque assim é, "A dignidade pressupõe a autonomia vital da pessoa, a sua autodeterminação relativamente ao Estado, às demais entidades públicas e às outras pessoas."[4]

É esta autonomia que sustenta as escolhas que cada ser humano vai fazendo, ao longo da vida, procurando realizar-se inteiro e livre, ao mesmo tempo que reconhece idêntica autonomia a todos os outros seres humanos.

Uma autonomia que espelha a imprescindível prevalência do Ser sobre o Ter.

2. IDENTIDADE

A Identidade que cada ser humano constrói ao longo da sua vida sustenta-se nas escolhas que faz em resultado da prática constante dessa autonomia. E se as escolhas são múltiplas e diversas, então a Identidade é, também ela, plural. Uma pluralidade traduzida numa Identidade ligada a uma família, a uma profissão, a uma cultura, a uma religião, a uma ideologia, a uma etnia, a uma comunidade regional, nacional, multinacional. Ao reconhecer-se nessa ligação, nessa pertença livremente escolhida, o ser humano, o EU, partilha, em reciprocidade com outros seres humanos, o aprofundamento e desenvolvimento dessa pertença, desses NÓS no qual encontra os caminhos para a realização pessoal e colectiva expressa na construção de um Futuro desejado comum.

No entanto, não é fácil a vivência harmoniosa dessa pluralidade de Identidades em cada EU perante si próprio, na relação de cada EU com cada NÓS a que escolheu pertencer, e dentro desse NÓS entre todos os EU que o compõem. De facto, constatamos que muitas vezes estas "pertenças múltiplas [...] se opõem entre si e [...] obrigam a escolhas dolorosas".[5]

Estas "escolhas dolorosas" retornam-nos à exigência de autonomia que vimos ser imprescindível à defesa, consolidação e desenvolvimento da Dignidade Humana. Porque, como afirmou Amartya Sem, "As responsabilidades da escolha e do raciocínio são, portanto, fundamentais na condução de uma vida humana."[6]

E, no mesmo sentido, "A liberdade de determinar as lealdades e prioridades que devemos aos diferentes grupos a que podemos pertencer é uma liberdade particularmente importante que devemos reconhecer, valorizar e defender"[7], tendo em conta que "Se as possibilidades de escolha existem, mas se presume que não estão à nossa disposição, é provável que o uso do raciocínio seja substituído pela aceitação acrítica de um comportamento conformista, por muito rejeitável que seja."[8]

Ao mesmo tempo, confrontamo-nos com "O paradoxo da unidade múltipla [que] consiste em que aquilo que nos [seres humanos] une é aquilo que nos separa, a começar pela linguagem: somo gémeos pela linguagem e separados pelas línguas. Somos semelhantes pela cultura e diferentes pelas culturas. ... somos incapazes de nos compreender enquanto vemos apenas a alteridade e não a identidade."[9]

É neste diálogo permanente, intenso, exigente, que descobrimos que é através da Dignidade que nos reconhecemos iguais entre diferentes, e que é pela Identidade que nos reconhecemos diferentes entre iguais.

Mas este diálogo é também muitas vezes tenso e doloroso, como vimos. E quando dessa tensão resulta a prevalência de uma única Identidade, secundarizando, ou mesmo rejeitando todas as outras, impondo-nos uma escolha única, então deixamos de reconhecer a Dignidade do Outro, substituindo-a por uma "qualquer outra coisa" a que atribuímos um "preço".[10]

3. PODER

O Poder, hoje, está condicionado, até determinado, pela urgência do imediato. Como disse Daniel Innerarity, "A lógica do urgente desestrutura a nossa relação com o tempo, sempre subordinado ao momento presente."[11] "É a tirania do presente, isto é, da actual legislatura, do curto prazo, do consumo, da nossa geração, da proximidade... É a economia que privilegia a lógica financeira, o lucro em vez do investimento, a redução dos custos em vez da coesão da empresa. Pratica-se um imperialismo que já não é espacial, mas temporal: o do tempo presente que tudo coloniza."[12]

Esta ditadura do "JÁ!" conduziu a lógica financeira a uma exponencial especulação em que a maximização do lucro imediato produziu uma realidade financeira virtual que de tal modo excede (mais de cinco vezes) a realidade económica material que impede, de facto, a sua sustentabilidade: a realidade financeira virtual "viaja" global e diariamente em "classe informática", à velocidade "instantânea", dominando o que designa por "mercados", os quais, por sua vez, nos coartam, anulam mesmo, a nossa capacidade de escolher soluções e caminhos que nos levem para o amanhã.

Para tal a especulação financeira serve-se de uma comunicação social que privilegia – cada vez mais visível e intensamente – o sensacionalismo do espectáculo e da catástrofe, amarrando-nos à superfície das circunstâncias, sem conseguirmos ir além das tentativas, tantas vezes vãs, e sempre precárias, de nos adaptarmos aos efeitos dessas circunstâncias, impedindo-nos de procurarmos os porquê, os como, os para quê das causas que nos trouxeram até ao presente, e impedindo-nos, também, de percebermos que os efeitos a que, angustiados, queremos adaptar-nos são, eles mesmos, causas determinantes de novos efeitos que vão surgir "JÁ!" amanhã.

"Não Há Alternativa", dizem os poderes instituídos, ao imperativo – terrorista! – da lógica financeira exponencialmente virtual. "O que fazemos é necessário, adequado e justifica-se", afirmam. E sempre que oportuno instigam-nos a assumirmos uma Identidade única, a que melhor sirva em cada circunstância para aceitarmos, conformistas, a demonização do Outro diferente – "o inimigo, o sub-humano, o herético, que devemos destruir antes que nos destrua a nós"[13].

Para o Poder, hoje, é indispensável que o diálogo de cada Ser Humano consigo próprio, e com o Outro, não se cumpra. Porquê? Porque a Dignidade e a Identidade são valores que nos são cruciais e, por isso, confrontam incontornavelmente os interesses que o Poder defende com intransigência e violência.

Os exemplos a seguir – poderiam ser muitos outros, de qualquer Poder instituído por esse mundo fora – demonstram a prevalência dos interesses sobre os valores:

- No discurso de entrega de diplomas de formatura na Academia Naval norte-americana, a 25 de Maio de 1994, e tendo como "pano de fundo" os massacres étnicos no Ruanda, o Presidente Clinton afirmou: "Não podemos resolver todas essas explosões de guerra civil.
- Se devemos envolver-nos ou não em qualquer dos conflitos étnicos do mundo terá de depender, no final, do peso cumulativo dos interesses americanos em jogo."[14]
- A forma como o povo grego tem vindo a ser tratado pelas estruturas da "União Europeia", com especial relevo para o "informal" Eurogrupo; bem como o conteúdo das "soluções"

que têm sido impostas; violam em absoluto a Dignidade do Povo grego, constituindo uma despudorada e venal afronta à Carta dos Direitos Fundamentais da União Europeia.

- A forma e o conteúdo do "tratamento" dado pela "união europeia" ao povo português é, em tudo, semelhante.
- De ambos os casos podemos retirar uma conclusão: a Identidade Europeia é um mito.

A imposição da defesa, e desenvolvimento, de interesses em detrimento dos valores expressa a regra fundamental dos poderes instituídos, quaisquer que sejam as suas vertentes de actuação (públicas ou privadas), e ideologias (laicas ou religiosas) em que sustentam as suas acções: "O que fazemos é necessário, adequado e justifica-se. O que os outros fazem é criminoso".

De facto, o confronto entre valores e interesses é milenar. Um exemplo importante desse confronto aconteceu na Universidade de Salamanca, no início do século XVI: os docentes da Universidade debateram a guerra que os espanhóis travavam na América do Sul, tendo assumido que, se era legítimo que a religião cristã fosse levada até esses povos, já a imposição de conversões ao cristianismo através de chantagens, ameaças, torturas, medo e morte era uma violação da Dignidade desses seres humanos e, portanto, inaceitáveis os métodos e injusta a guerra.

Se, para este caso, a "justificação" do Poder se ancorava na religião, hoje poderemos encontrá-la em interesses bem terrenos. Seguindo Michael Walzer[15]: "A análise custo/benefício não se tornou a forma "standard" de argumentação moral nas arenas da vida pública? Não é um tema educacional central na maioria dos cursos universitários na área das teorias da decisão e políticas públicas e, creio eu em estratégia militar?"

"Em política e em guerra, a análise custo/benefício foi sempre altamente particularizada e infinitamente permissiva para cada caso. Comummente, o que calculamos é o nosso benefício (que exageramos) e o custo deles (que minimizamos ou inteiramente desprezamos). É plausível esperar que eles concordem com os nossos cálculos?"[16]

Terá sido pela prática de uma análise custo/benefício deste tipo que a ex-secretária de Estado Madeleine Albrigth, em entrevista ao programa "60 minutos" da CNN, quando perguntada sobre como considerava a morte de meio milhão de crianças iraquianas resultante da invasão do Iraque, respondeu: "Valeu a pena!"

É, pois, imperioso que na crítica que façamos ao desempenho das diversas funções soberanas do Estado, bem como na auto-crítica que os seus agentes, a qualquer nível hierárquico, façam do seu exercício efectivo – actos, omissões, e respectivas consequências – se sustentem no valor primordial que é a Dignidade de cada Ser Humano, e não nos interesses circunstanciais de um indivíduo, um grupo, uma comunidade, uma empresa.

A não ser que, conformistas, acríticos e acéfalos, aceitemos o primado dos interesses. Mas, a ser assim, não nos esqueçamos da "regra de ouro" que nos determinará as "nossas" escolhas, bem enunciada pelo cineasta alemão Rainer W. Fassbinder: "O Direito do Mais Forte à Liberdade".

Referências:
1 Jorge Miranda, "A Constituição e a dignidade da pessoa humana"
2 Idem
3 Ibidem
4 Ibidem
5 Amin Malouf, "As Identidades assassinas"
6 Amartya Sem, "Identidade e Violência"
7 Edgar Morin, "O Método V. A Humanidade da Humanidade. A identidade humana"
8 Idem
9 Ibidem
10 Seguindo Immanuel Kant
11 Daniel Innerarity, "O Futuro e os seus Inimigos"
12 Idem
13 Daniel Jonah Goldhagen, "A Pior das Guerras. Genocídio, Extermínio e Violência no Século XX"
14 Citado por Daniel Jonah Goldhagen, obra referida
15 Michael Walzer, "Arguing about War"
16 Idem

OS TRÊS "D"

ANTÓNIO JOSÉ PEREIRA DA COSTA

RECEBI, EM SETEMBRO de 2016, uma *Questão para Resposta* precedida de três parágrafos em que eram feitas considerações sobre os três D do MFA, sobre quatro D que surgiram no decorrer destes 40 anos e, por fim, mais três D a que se seguiam quatro P que caracterizarão a situação política e social não apenas em Portugal, mas talvez no mundo inteiro. A pergunta é simples: "Considera que pode estar em risco a Democracia em Portugal?" Menos de uma dúzia de palavras e está posta uma questão crucial. A A25A fazia uma pergunta de resposta óbvia: apesar da atitude louçã dos que dizem que "isto" não volta para trás, a democracia, como hoje a entendemos, está e estará sempre, em perigo. A experiência da História assim o ensina. Entendamos aqui "Democracia" como o desfrute de liberdades e garantias individuais que a evolução política da Europa nos tem vindo a proporcionar, por aperfeiçoamentos sucessivos. Como primeiro ponto para reflexão, tenhamos em conta que estes aperfeiçoamentos têm vindo a ser obtidos sempre pela luta de alguns – às vezes poucos – contra muitos e a favor de todos. Ou seja, as famosas "maiorias" colhem os frutos das árvores plantadas pelos "visionários do costume", isto é, os que se arriscam a discordar da ordem em vigor e fazem algo para que seja alterada.

Todavia, a consideração contida no primeiro período era relativa a Portugal e aos três D que o MFA no qual me concentrarei por agora.
A situação actual na Europa, e não vou alargar-me a outras regiões na apreciação da situação política, faz realmente pensar que "isto" pode mesmo voltar para trás à força ou, pior ainda, em jeito. Poderão surgir falsificadores das liberdades políticas que, através de vícios de raciocínio e manobras obscuras, podem levar a que a orientação do funcionamento das sociedades vá, em última análise, no sentido da perda dos direitos, liberdades e garantias individuais. Nós aceitaremos e quem se insurgir será devidamente desacreditado e talvez, trucidado. Contudo, dêmos como irreversível a aquisição do primeiro D, que é a base de tudo o que se fizer ou não fizer a seguir. E está a resposta dada, pelo menos para já!

Creio que, em relação ao segundo D, os factos falam por si. No dia em que puseram a questão a que respondo, ouvi o major-general Pezarat Correia parafrasear o tenente-coronel Melo Antunes acerca do processo de descolonização e seus efeitos. Concordei, sem reservas. Efectivamente, os ventos da História vigentes ao tempo defendiam que os povos africanos deviam "tomar nas suas mãos os seus destinos" e "fazerem-se à vida", acrescento eu e, mais ainda, prosseguindo no português rico na imagem, mas pouco aceite nos discursos: "Agora quem não tem competência não se estabelece". Olhando para trás e tendo em conta que, por mais que se tente e até se exija, não há, em História, soluções bacteriologicamente puríssimas, teremos que concordar que naquelas condições, com aquele estado sociopsicológico era impossível obter melhores resultados. De qualquer modo, os países africanos de expressão portuguesa conquistaram a sua bandeira, o seu governo e o seu lugar na comunidade internacional. Por mim, durmo perfeitamente descansado com o facto de ter perdido a guerra e não me sinto nada culpado do que por lá se passou ou ainda passa depois da independência.
Neste âmbito, quero aqui fazer um pedido: por favor, deixem de se referir ao "passado comum" como elemento aglutinador entre países de língua "oficial" portuguesa. Quando se fala dele, normalmente, esse passado revolta-os a eles e envergonha-nos a nós.
E chegamos ao último D.. Aqui afirmo já que não foi atingido. Era muito complexo, volúvel, escorregadio e, dentro do funcionamento da nossa sociedade e aparelho produtivo, resultou num processo dinâmico com bloqueios brutais e avanços desgovernados, recuos mais ou menos prudentes, curvas e contracurvas e assim chegou ao ponto em que estamos. E aqui não há dúvidas, pois estávamos cá todos. Quero, todavia, isentar o MFA, o 25 de Abril e mesmo o chamado PREC, das culpas do sucedido. É como se tentássemos culpar o 5 de Outubro pela situação económico-financeira e social em 1952 e se isso, como nos recordamos, não fazia sentido durante a nossa meninice e juventude, muito menos o fará agora. Há que ter em conta a pressão internacional que não controlamos e à qual só podemos limitar-nos a reagir, mas sem nunca a podermos enfrentar. Tenho para mim que, no dia 25 de Abril, todos tomávamos como modelo de desenvolvimento o da Europa, que alguns conheciam, quer pela informação que de lá chegava, quer por visitas que tivéssemos conseguido fazer. Havia variantes desse modelo que, mais ou menos, nos seduziam: a inglesa, a francesa, a alemã (no auge do seu milagre) e mais deliciosamente uma, chamada "socialismo nórdico". Creio mesmo que, excluídas as semelhanças entre as ideologias políticas no poder, havia quem entendesse que a variante espanhola era uma hipótese a considerar...
Modelos não faltavam e todos eram preferíveis à nossa realidade. Neste campo, não me restam dúvidas de que regressar ao "orgulhosamente sós", agora na área económica e financeira, estava fora de questão e a inclusão na Europa, fosse ela o que viesse a ser, era absolutamente imperativa. Não que os outros países nos boicotassem, perseguissem, sabotassem ou adoptassem qualquer outra medida a que tinham recorrido no passado. Não tinham motivo para isso, nem político, nem ético, mas o poder económico e financeiro de todos, cada vez mais associados, cilindraria a concorrência que pudéssemos tentar, especialmente se tivéssemos em conta o atraso que tínhamos à partida. Era

uma espécie de corrida em que partíamos atrasados e inferiorizados e íamos competir contra um adversário já de si mesmo muito rápido. Estávamos, portanto, sentenciados a integrar a União Europeia, a aderir ao € e a aceitar e cumprir o enquadramento legal ditado pelo tal "acervo jurídico comum".
Este enquadramento, a que não temos hipóteses de fugir, é um limitador com que teremos sempre de contar.

O Desemprego, a Desigualdade, o Desinvestimento e a Dívida são consequências do modelo de desenvolvimento praticado na Europa e às quais só poderemos tentar fugir. No entendo a questão da dívida. Não é um fenómeno súbito, mas algo que se acumula na gestão diária dos meios de qualquer país ou bloco, como já é o caso da Europa. Creio que terá sido detectado pelos analistas e auditores e deveria ter sido combatido atempadamente. A menos que tenhamos sofrido um grande contratempo, nenhum de nós se endivida em 24 horas. O desinvestimento causa-me mais dúvidas do que certezas. Somos do tempo em que era lugar-comum atribuir a queda das empresas aos trabalhadores grevistas, absentistas, pouco habilitados, com baixa produtividade, etc..
Enfim, se não houvesse trabalhadores, tudo correria realmente muito melhor...
Hoje, se os investidores não investem há várias razões, todas dificilmente aceitáveis. Até já se fala do sistema fiscal português, que é demasiado complexo! Admira-me esta última justificação numa sociedade dominada por duas classes de profissionais: os advogados/juízes e os economistas, que têm como tarefa, elaborar, em coordenação, um conjunto de normas e procedimentos que simplifiquem o funcionamento da actividade económica. Já houve um economista de nomeada que proclamou que os empresários portugueses não têm a devida preparação para a função. Teria razão? É provável, digo eu, mas os "especialistas" também não estão inocentes no que respeita à falta de competência. E os resultados estão à vista.
Há também quem fale de empresas descapitalizadas. Tenho dificuldade aceitar esta situação. Trata-se de um processo lento e detectável por quem esteja atento ao funcionamento da "sua" empresa. Não me consta que os empregados/trabalhadores (hoje apelidados de colaboradores) tenham fugido ou drenado o dinheiro para gastos indevidos. Há quem entenda que as despesas com pessoal é que estragam as finanças das empresas e impedem a competitividade, especialmente com o estrangeiro. Até posso admitir que assim seja. No fundo, o que os trabalhadores o que querem é dinheiro... Mas gostava de saber quais são as outras áreas de esforço para a redução dos custos de produção que os empresários elegem, sendo que é absolutamente necessário reduzir custos. Contudo, o desinvestimento é um facto que não estará bem explicado. Será a banca que não colabora?
Aqui chegamos a uma questão importante. A banca, que se desenvolveu nos anos 80/90 do século passado, quando surgiram os chamados "bancos privados", fez financiamentos astronómicos cujos riscos nem sequer foram avaliados na altura e que, quase diariamente se revelam catastróficos, com os beneficiários dos empréstimos a declararem insolvências, acobertados em empresas das quais ninguém ouviu falar e cuja sede social é um qualquer vão de escada. Verificamos que não houve qualquer espécie de controlo relativamente às actividades subsequentes dos devedores e ao modo como os empréstimos (não) estavam a ser amortizados. Os bancos privados, cuja constituição *ab initio* se visualiza com dificuldade – exemplarmente geridos por grandes e experientes banqueiros habilitadíssimos –, caem na insolvência a profundidades que nem sequer se advinham ou são vendidos ao desbarato a entidades pertencentes a países dos quais nem sequer ouvíamos falar, mesmo que essas operações sejam eufemisticamente disfarçadas de OPA. Não creio que os cidadãos pudessem ter feito algo para evitar esta situação, mas todos sabemos que pagarão durante anos e sem a menor explicação os desvarios do sistema bancário.
Por outro lado, poderíamos perguntar qual é a responsabilidade das instâncias "governamentais" nacionais ou europeias pela situação criada? Se estamos geridos pelos melhores de todos nós, os mais habilitados, com provas dadas com todo o brilhantismo, como é que se justifica o falhanço?
O falhanço da actividade económica arrasta o Desemprego e este gera e acentua a Desigualdade, mas, pelo menos hoje, a culpa dos cidadãos nestes dois fenómenos é bastante baixa.
Creio que a Dependência Institucional é inevitável. A normalização legal vai trazê-la como consequência e assim continuará a ser, cada vez mais. Às vezes, os cidadãos nem sequer se apercebem de que está a ser "negociado" um dispositivo legal a ser aplicado em toda a Europa e só dão por isso quando a respectiva lei do país onde residem é modificada. Não sei quando, mas estou certo de que, com um bocado de sorte, a Europa a 27 será um grande Estado federado, com boas e más consequências, como já hoje sucede, a nível de cada país. As independências de que se tem ouvido falar recentemente, não passarão de fugas para a frente prontamente neutralizadas pelo pelotão dos 27. Estaremos com sorte se assim for e não se volte ao tempo dos protectorados... E não será mau se tudo acabar num país chamado Europa ou com outro nome politicamente bem sonante onde, como sucede noutros, há umas "regiões" mais pobres e outras mais florescentes. Acontece em todos.
O Populismo surgirá numa base de Desconfiança bem alimentada e o Proteccionismo procurará impor-se, como reacção, até certo ponto, legítima a uma massificação que, julgo, não estava nos planos dos defensores da "Europa das Pátrias". Os falsificadores das liberdades políticas, de que falei no início, surgirão com os seus vícios de raciocínio bem elaborados (é para isso que os juristas e pregadores servem) e manobras obscuras, numa irracionalidade filha da ignorância e da vaidade que poderá atingir os direitos, liberdades e garantias individuais. E é aqui que a democracia estará em perigo. Confesso que sou adepto da teoria da conspiração e acredito em bruxas, embora elas não existam. Foi o que a experiência me ensinou.

Por isso, creio que já foram feitos ensaios para se ver como os povos reagem a certas "modificações" na vida colectiva que permitiram aos dirigentes atentos tirar conclusões. Às vezes, só anos (muitos) depois se sabe como as coisas se passaram e, nessa altura, é tarde para reverter a situação.
Deixei para o fim a questão da Prevenção Securitária. Esta preocupação dos Estados e governantes acentua-se gravemente com fenómeno terrorista. Os populistas não deixarão de a aproveitar para atingir os seus objectivos. No fundo trata-se de aproveitar uma tendência presente em todos nós, que nos leva a querer dormir descansados e sair à rua sem medo. Só os americanos (estadunidenses) são suficientemente surrealistas para transformar as suas cidades em aldeolas do velho oeste, com cada cidadão com um revolver à cinta – ou mesmo dois – como se via nos filmes que durante largos anos nos impingiram. O terrorismo estendeu-se à Europa numa quantidade e qualidade que só os especialistas podiam ter previsto. E talvez o tenham feito, mas não foram ouvidos. O terrorismo veio e vai ficar. Teremos de passar a contar com ele. As suas razões são múltiplas e misturam-se anarquicamente e em proporções muito variáveis. As motivações – como a reconquista do Al-Andaluz – podem ser imbecis, mas a mentalização é muito bem feita e a capacidade de destruir é enorme. Se a isto acrescentarmos os "erros do Ocidente" ao longo dos últimos dois ou três séculos, dos quais há muitos que não deixam de se penitenciar sempre que falam deste tema, teremos uma mistura inflamável e altamente explosiva.

Em conclusão diria que o D de Desenvolver não foi atingido em Portugal por razões que, cada vez menos têm que ver com a acção ou omissão do cidadão comum. O mesmo direi dos restantes quatro D, sugeridos na segunda parte do enunciado – Desemprego, Desigualdade, Desinvestimento e Dívida (nacional ou europeia) –, cuja culpa cai por inteiro nos dirigentes públicos e "privados", a quem passamos carta-branca para que nos governem. Pode haver uma certa pressão destes quatro fenómenos nas limitações que querem impor à Democracia, mas não é líquido que deles sempre derive directamente perigo para ela. E, mais ainda, não é claro que as limitações aos direitos democráticos resolvam aqueles problemas. Só podemos (e devemos) estar atentos ao que os nossos dirigentes fazem ou deixam de fazer, mas não podemos escrutinar as suas acções (e algumas são muito "secretas" especialmente no campo do poder legislativo) todos os dias.
A nossa integração (eufemismo de anexação) pela Europa – a 27 ou mais – é inevitável. Só nos resta, como região periférica e pobre, lutar para sermos ouvidos e atendidos no que cremos serem as nossas necessidades. As grandes regras de funcionamento serão sempre ditadas por quem detiver o poder. A opinião popular (expressa em eleições ou plebiscitos) dos diferentes países pode diluir-se na acção governativa subsequente, na opinião dos outros ou na actuação dos poderosos. Às vezes até dá a impressão que só atrapalha a solução dos problemas. Será uma limitação à democracia, que afectará os menos "habilitados para a sobrevivência". Não nos esqueçamos do pouco peso quantitativo dos deputados e dirigentes que possamos eleger para que nos representem nas instâncias europeias. É a Dependência Institucional que não é obrigatoriamente um ataque à democracia. Pode ser e grave, mas era intuitivo que sucederia logo que optássemos pela integração.
A Depressão e a Desconfiança são D que não derivam da acção dos cidadãos. Eles sofrem-na e têm muita dificuldade em combatê-la. O primeiro é um fenómeno ditado pelo funcionamento do capitalismo, pelo qual optámos e que consideramos a melhor solução para a resolução dos nossos problemas. A Desconfiança é consequência do falhanço do sistema e de quem no-lo vendeu como bom. Claro que também pode ser um sentimento em relação ao "outro", ao estrangeiro, ao que vem de fora, mesmo que seja do nosso bloco socioeconómico e então estaremos a falar de xenofobia, condenável, mas não nos podemos esquecer que tem uma atenuante considerável. É que a tolerância é uma moeda de duas faces e uma não vive sem a outra. O Populismo tem aqui campo fértil com as consequências que conhecemos, mas tenhamos em conta que, se eu aceito os outros nos seus hábitos e maneiras de ser, os outros, especialmente vindos de fora, não podem impor-me os seus hábitos e maneiras de ser, abusando da minha tolerância...
Dos três D iniciais direi que só a Descolonização foi conseguida, apesar das dificuldades e feridas que deixou. A Democratização obteve-se nos moldes idênticos aos que vigoram na Europa, a 27 ou a mais, o que será o objectivo mais plenamente atingido, porém o mais susceptível de ser perdido. O Desenvolvimento não foi atingido, tanto e como o esperávamos. O tempo encarregou-se de nos mostrar que tal não era possível. Ao longo destes 42 anos, as modificações ocorridas na área sociopolítica e económica, imprevisíveis em 1974, foram muito profundas, já pelo tempo que decorreu, já pela velocidade a que os factos históricos se sucederam. Hoje a situação exige vigilância e acção, sempre que tal seja necessário. Porém de uma coisa estou certo: grande parte das situações que se nos depararem são incontornáveis, insuperáveis ou irreversíveis. Teremos que as aceitar.

PATRIOTISMO

MIGUEL JUDAS

À LUZ DO QUE SE TEM PASSADO nas últimas dezenas de anos, no Mundo e em Portugal, o tema deste artigo poderia supor que se tratará de rememorar um morto em fase avançada de decomposição.

A "globalização" e a sua versão doméstica, a "europeização", que transformaram o planeta e a Europa num espaço circense do capital financeiro internacional e os velhos Estados nacionais em meros e impotentes depósitos de dívidas e em organizadores de destacamentos armados de *gurkas*, portugueses e outros indígenas em apoio à conquista e saqueio mundial, parece estarem a tropeçar.

Confesso que durante bastantes anos me ia sentindo cada vez mais cavernícola quando, talvez por "reflexo condicionado" de infância e adolescência, sentia algum arrepio na alma quando pensava na minha Pátria.

Havia uma dissonância tão grande entre o meu ser "patriótico" e o ambiente sociopolítico "cosmopolita e internacional" neste pequeno rectângulo que (pelo menos para alguns espíritos menos plásticos) ainda dá pelo nome de Portugal, que decidi ir reler algumas coisas da História de Portugal e tentar aprender outras que pudessem ajudar a compreender (e, eventualmente, a superar) essa minha crescente dissociação.

Da História de Portugal concluí que:

a) O Povo Português, ele próprio uma mistura/simbiose de povos, tendo embora uma "resiliência rústica" para passar por provações e "aguentar" (como disse o outro) com mostrengos na direcção das instituições do País, tem um espírito rebelde (ou libertário) que o leva, com grande frequência, a sacudir as albardas que lhe põem nas costas.
A revolução de 1383-85, de onde saiu um rei eleito pelo povo de Lisboa, o tremendo apoio popular a D. João II, as "Alterações de Évora" que deram o exemplo para 1640, as revoltas populares contra os franceses, a "Maria da Fonte", a implantação da República e o 25 de Abril, entre tantos outros, estão aí para o comprovar.

b) O Povo Português, talvez por acreditar (ser crente) na Ética, por autoconfiança, por "simplicidade de espírito" (domina pouco as técnicas da aldrabice) ou, supostamente, por ter mais do que fazer (cortar feno para o gado, semear batatas ou mudar as fraldas aos filhos), não é muito dado a controlar ou a manter a "vigilância cívica" sobre os seus governantes. Prefere "ser governado" (como dizia Antero de Quental) por alguém que "se lembre dele" ou que "o escute", independentemente do grau de democracia praticada.

c) O Povo Português não precisa que uns "pipis bem-falantes" lhe ensinem a ser "cosmopolita", "internacionalista", "multiculturalista", etc., na medida em que, como talvez nenhum outro, tenha praticado, durante séculos, a convivência, a tolerância e a simbiose (cultural e genética) com "outros", por todo o mundo. O "5.º Império" é algo para que estamos vocacionados, como diria Agostinho da Silva.

d) O Povo Português, como todos os outros humanos, se lhe oferecerem um lugar debaixo da "árvore das patacas", aproveita e dorme a sesta, mesmo que, depois, tenha de ir apanhar caracóis para comer. Sente a diferença mas não fica com traumas ou "PTSD"...

e) Quanto às "elites nacionais", sempre tivemos de tudo, gente ética e brilhante e, também, verdadeiros canalhas. Às vezes melhor e, outras, pior. A actualidade não é diferente. Porém, globalmente, "ajudam pouco", antes pelo contrário, sendo, por isso, prescindíveis.

Dos meus estudos de biologia, neurobiologia e evolução humana concluí, sinteticamente e focado no tema deste artigo:

a) Que os humanos são, de entre os muitos milhões de espécies existentes, uma das vinte e três que alcançaram um estado de evolu-

ção conhecido como eussociabilidade, caracterizada pela coexistência no mesmo ninho de várias gerações, pela divisão cooperativa do trabalho e a prática de actos altruístas. As outras espécies eussociais são os insectos sociais (abelhas, formigas e térmitas, etc.) uma espécie de ratos africanos, uma espécie de camarões e algumas outras (ver de E. O. Wilson, "A Conquista da Terra – A Nova História da Evolução Humana").

b) Que a sobrevivência humana (como de outros animais) só e possível dentro dos limites homeostáticos, tanto no âmbito do ser vivo (homeostasia interna) como do seu modo de viver (homeostasia sociocultural). Aos factores-chave que contribuem para a conservação da homeostase (interna e sociocultural) do organismo humano, são entendidos como possuindo Valor Biológico e instituem-se como Princípios (ver de António Damásio, "O Livro da Consciência").

c) Que **todos os humanos** nascem com uma estrutura (disposição) neuro-cerebral evolutivamente preparada para uma vivência que favoreça (que tenha Valor para) a realização da homeostasia sociocultural, isto é, segundo práticas com Valor relativas ao ambiente cósmico-planetário, à biosfera e à integração social com outros humanos.

d) Que a Ética (do grego ethos) ou os Valores Éticos (ver Nota Final), "embutidos" evolutivamente na biologia (instintivos), constitui a plataforma de partida para toda a arquitectura das relações entre o humano e o Meio (social e natural), exprimindo-se na preocupação (ou sentido de Responsabilidade) de cada indivíduo sobre os efeitos das acções próprias nos "outros".

e) Que a Ética (os Valores Éticos) se mantêm incorruptíveis durante toda a vida, quaisquer que tenham sido as "camadas culturais" sobrepostas ou "deformações" comportamentais adquiridas no decurso da vida, sendo possível, para qualquer humano, em qualquer circunstância e momento, refazer a arquitectura das suas Relações com o Meio com base na Ética.

f) Que o cérebro humano, constituído ao longo do processo evolutivo em congruência com as alterações ocorridas tanto na "biologia interna" como no "modo de viver", permite a emergência de uma mente complexa onde decorrem vários processos interligados aos quais fomos atribuindo designações, tais como a consciência, a memória/aprendizagem (aquisição de conhecimento), a espiritualidade, a ética, a racionalidade, etc., todos eles "construídos" sobre as emoções de fundo corporais.

g) Que a emoção de fundo geradora do processo de socialização (e eussocialização) é o amor, entendido como a aceitação da legitimidade do "outro", e o sentimento da interdependência mútua como condição de sobrevivência. A emoção amorosa fundamenta a emergência das relações sociais, não surgindo estas sem aquela.

h) Que a espiritualidade consiste num estado de consciência do qual emerge o sentimento de reconhecimento, identificação e pertença num

âmbito mais amplo do que o pessoal, com elementos do meio exterior (social, natural e cósmico-planetário) que no decurso da história evolutiva da espécie e de cada indivíduo em particular, constituíram factores determinantes da sua viabilidade e bem-viver.

i) Que a experiência mística (ou espiritual) é, segundo Humberto Maturana, "a experiência na qual uma pessoa vive a si mesma como componente integral de um domínio mais amplo de relações de existência" e depende "da rede de conversações em que ela está imersa, e na qual vive a pessoa que tem essa experiência".

A experiência espiritual ou mística tanto pode ser vivida na presença como na ausência dos seus elementos promotores, sendo, neste caso, gerado pelos padrões neuronais a eles antes associados (evocações de memória). É através da espiritualidade que nos identificamos, projectamos e nos sentimos pertencer, como extensões de nós próprios, a uma família, a um grupo ou comunidade, a uma paisagem, a uma "terra", a uma pátria, à Humanidade (espécie humana), ao conjunto da biosfera e ao espaço cósmico-planetário; é através do fenómeno da espiritualidade que surge o que designamos por fraternidade, solidariedade e

saudade. É através da espiritualidade que assumimos compromissos perante os nossos ancestrais e familiares já desaparecidos, perante uma classe ou grupo social, perante a história humana, perante o fenómeno da Vida e, até, perante o cosmos.

j) Que cada indivíduo, pela sua experiência única, cria um "mundo espiritual" também único, no qual os elementos integrantes (outros humanos, elementos da biosfera e do ambiente cósmico-planetário) são dinâmicos, mediante a continua entrada e saída de elementos ou alteração da sua ordem de preferência.

k) Que a ética (os valores éticos) só emerge e é aplicada em relação aos elementos do "mundo espiritual" de cada indivíduo, subsistindo, para fora dele, relações de indiferença ou exclusão, tal como ocorre no domínio da vida não-humana.

l) Que as culturas constituem "redes de conversações" nas quais os "mundos espirituais" dos respectivos integrantes tendem a partilhar muitos elementos comuns, permitindo a geração de uma ética social consensual.

m) Que a fragmentação social (em todas as suas formas) que decorreu com a emergência do poder, há menos de 12 mil anos, gerou igualmente a fragmentação dos "mundos espirituais" (e dos âmbitos de aplicação da ética) dentro de uma mesma formação social, como é o caso, por exemplo, entre os dominantes e os dominados, os quais, partilhando embora muitos traços culturais comuns, excluem, frequentemente, os "outros" do seu "mundo espiritual".

n) Que a exploração em proveito próprio, pelos dominantes, dos traços culturais comuns aos dominados, dentro de uma mesma cultura, nada tem a ver com ética nem com patriotismo, antes não passando de mera hipocrisia e táctica de engano e "arregimentação", conhecida por "nacionalismo".

Conclusões:

1. Tal como a identificação (ou sentimento de pertença) a uma família, uma comunidade ou tribo, a identificação patriótica ou patriotismo, consiste numa manifestação da Espiritualidade na qual um vasto conjunto de indivíduos, historicamente constituído, vivendo num mesmo "ninho" ("lar", "cidade" ou "país") partilham de relevantes laços de identificação e de responsabilidade recíproca fundados na Ética.
2. Enquanto o sentimento patriótico é includente, porque fundado na emoção do amor e na ética universal que dele deriva, o sentimento "nacionalista" (tal como o patriarcalismo, o tribalismo, o hierarquismo/elitismo/classismo, o racismo, etc.) é excludente, baseado em relações de dominação e opressão de "uns" sobre os "outros", fora do âmbito de aplicação da Ética.
3. Nas condições actuais, a "globalização", o "europeísmo" e outros fenómenos de pseudointegração mundial das formações sociais humanas, constituindo embora uma tendência de simbiotização humana a longo prazo numa sociedade humana global, não são geradoras de pátria (de pátria humana), constituindo, pelo contrário, novos patamares do exercício da dominação, da opressão e da exclusão.
4. A "construção" de pátria, em consonância com o processo de evolução humana, fundada na Ética (no amor e na responsabilidade de cada um para com os "outros") é, porque constitutiva, a única perspectiva aceitável para as relações humanas, às mais variadas escalas.
5. Uma pátria é incompatível com a corrupção em todas as suas dimensões, incluindo a dominação de uns para com os outros, mesmo que acobertada por "fingimentos" de democracia; é incompatível com uma economia orientada para o lucro financeiro em vez de orientada para a valorização humana, o respeito pela biosfera e a preservação do ambiente natural; uma pátria é incompatível com um direito que protege os poderosos e corruptos em vez de uma justiça baseada na ética e na responsabilidade.
6. A nossa responsabilidade política continua, por isso, hoje mais do que nunca, a de transformar Portugal numa pátria, lutando contra todos aqueles que, do "exterior" ou do "interior", a pretendem degenerar ou dissolver.
7. Com pátria, poderemos, em qualquer momento e circunstância, recomeçar a vida humana. Sem pátria, sem ninho, ninguém sobreviverá!
8. A nossa responsabilidade é, pois, na prática, a partir de cada um, de cada família, de cada comunidade, com os meios ao seu dispor e a partir da ética, gerar uma insurreição popular ética e política, que regenere a Pátria Portuguesa.

Nota final:

A minha tese é que o conjunto de valores que, de modo inconsciente ou consciente, se constituem como expressão do "valor biológico" no âmbito das relações de um organismo humano com o meio, os quais, constituindo-se em princípios, em referência aos quais deverá ocorrer o processo de homeostase sociocultural para o sucesso da sobrevivência, da reprodução, do bem-estar e do bem-viver, são, em linguagem consciente, com esta ou outra formulação, os seguintes:

- Amor, ou aceitação do "outro" como legítimo diferente;
- Honestidade
- Colaboração (partilha de esforços)
- Partilha dos recursos para a sobrevivência e o bem-estar;
- Curiosidade e partilha do conhecimento;
- Plena e harmoniosa Integração nos processos naturais e cósmicos

Este conjunto de valores não constituem uma mera construção mental "piedosa ou bem-intencionada" do autor, mas correspondem, globalmente, aos factores-chave que, segundo o melhor conhecimento científico disponível, moldaram, no plano do acoplamento relacional com o meio, a evolução dos primatas até à hominização, bem como o viver-humano, característico do *homo sapiens sapiens*.

Serviço Militar, Serviço Cívico

NUNO SANTA CLARA

A QUESTÃO DE QUEM deve defender uma sociedade organizada (no conceito actual, um Estado, ou uma associação de Estados) é tão velha quanto a própria sociedade. É o evoluir dessas sociedades, no sentido da sua complexidade, que vem complicar as discussões, uma vez que, nas organizações mais primitivas, o que estava em causa era a própria sobrevivência, e essa realidade sobrepunha-se a qualquer debate: a questão era resistir ou ser aniquilado, e o empenhamento do grupo era total.

De uma forma algo simplista, o filósofo francês Durkheim classificou as formas de solidariedade em duas: por interesse ou por divisão de trabalho. A solidariedade por interesse leva ao sentimento de preservação do grupo e/ou da espécie, e, através dele, do próprio indivíduo, incapaz de sobreviver isolado, sendo esse motivação suficiente para empenhar toda a sociedade, sem distinção; a solidariedade por divisão de trabalho leva à criação das classes, entre as quais a classe dos guerreiros, que têm o ónus da defesa colectiva – e, consequentemente, os benefícios – do monopólio da violência.

Este tem sido sempre o fundo da questão: a quem compete a sobrevivência do grupo? Já no período clássico, gregos e romanos discutiam os méritos das primeiras formas de defesa, constituídas por cidadãos-soldados, e as formas elaboradas de soldados profissionais, primeiro os próprios cidadãos, depois reforçadas pelo recrutamento de mercenários, sempre de qualidade e fidelidade duvidosas.

É curioso comparar este conceito com o estabelecido pelas chamadas Ordenações Sebásticas, segundo as quais o Exército era constituído por três Linhas: a tropa paga, profissionalizada; as unidades de Milícias, constituídas por tropas não permanentes, enquadradas por oficiais a meio soldo, equipadas com armamento cedido ou considerado obsoleto para a 1.ª Linha; e as Ordenanças, constituídas por todos os homens válidos, entre os 18 e os 60 anos, capazes de pegar em armas, sendo estas o que houvesse à mão, desde foices a caçadeiras. Em caso de guerra, as milícias completavam os regimentos de linha, e as ordenanças as unidades de milícia. Que o sistema era eficaz, ficou provado

durante as Invasões Francesas, e pelo facto de eu estar a escrever em português, e não em castelhano.

Na Europa, o grande salto foi dado com a Revolução Francesa; face às monarquias coligadas, a resposta foi a *levée en masse*, a conscrição levada a todos os cidadãos, irmanados na defesa da "Pátria em perigo", o grito de guerra dos jacobinos. As vitórias dos exércitos franceses representaram a ruína do pensamento militar da Idade Moderna, o fim da época da "*guerre en dentelle*" e do "*messieurs les anglais, tirez les premiers*". Obrigaram a repensar os conceitos estabelecidos, entre os quais a eficácia dos exércitos

pequenos, vincadamente profissionais, que tinham sido a regra do Ancien Régime, exércitos esses tão caros e preciosos que era mais importante evitar a batalha do que travá-la, dados os custos do confronto, para qualquer das partes.
Outra consequência da Revolução Francesa foi a introdução da ideologia nos conflitos. Das guerras por questões dinásticas passou-se à tentativa de imposição de regimes políticos (a apregoada, mas nem sempre cumprida, libertação dos povos das tiranias) e à afirmação progressiva no nacionalismo, tendência essa que havia de levar, a prazo, à dissolução dos Impérios europeus.
As vantagens da solução francesa, da criação de grandes exércitos através da conscrição, foi aprendida pelo general prussiano von Scharnhorst, que aboliu a contratação de mercenários e criou as tropas de reserva, licenciando os soldados após um ano de serviço, convocando-as de novo ao serviço quando se tornassem necessárias. Assim, sem ultrapassar em tempo de paz o efectivo imposto pelos tratados, podia duplicar ou triplicar o Exército em poucos meses, em caso de guerra.
Foi uma lição seguida por outros países, ou, a bem dizer, por quase todos os países europeus. Assim se constituíram grandes massas de militares na reserva, prontos para um regresso ao serviço através de uma mobilização cuidadosamente preparada. Na Europa, a excepção a esta regra foi a Inglaterra, fiel ao serviço voluntário, ferramenta base da construção do seu Império Colonial, conseguido recorrendo largamente a franjas da sociedade britânica, como os escoceses e os irlandeses; mas lembremos que as Ilhas Britânicas estão protegidas do Continente pelo formidável fosso do Canal da Mancha (reduzido pelo túnel e agora novamente alargado pelo Brexit).
Mas é bom lembrar que, desde que há memória histórica, sempre que a Grã-Bretanha foi invadida, foi conquistada, total ou parcialmente... Não foi de todo disparatado que Napoleão ou Hitler tivessem planeado a invasão da Inglaterra, embora não tivessem passado de projecto, em qualquer dos casos.
A partir das Guerras Napoleónicas, a norma europeia foi, portanto, a constituição de exércitos de massas, em que o número era o factor dominante, até a unidade de conta passar a ser o milhão de homens. O píncaro dessa lógica foi a I Guerra Mundial, em confrontos como a batalha de Verdun, em que o general von Falkenhayn, chefe de Estado-Maior alemão, estimou que iria perder meio milhão de homens, e que os franceses perderiam um milhão; tendo a Alemanha o dobro dos habitantes, a França perderia, não a dobrar, mas a quadruplicar...
Esta e outras histórias, incluídas e dissimuladas no esforço de guerra, mudaram radicalmente as sociedades europeias, no aspecto social, político e até na posição da mulher na sociedade, assim que a guerra acabou. Deveriam ter levado ao sentimento de "guerra, nunca mais"; mas, uma vintena de anos depois, os mesmos interlocutores voltaram a envolver-se em nova guerra, ainda mais mortífera.
Finda a II Guerra Mundial, parecia que o objectivo "guerra, nunca mais" viera, finalmente, para ficar. Mas, se não houve confronto directo entre as grandes potências, uma série de conflitos regionais, limitados e de baixa intensidade, acabou por provocar um número de baixas ainda maior...
Estes conceitos de limitado ou de baixa intensidade são, no mínimo, fluidos. Não só pelo número total de baixas registadas em conflitos assim classificados (que se contam por dezenas de milhões após a II Guerra Mundial), mas pelos métodos de classificação. Assim, se para um lado as baixas são reduzidas, para o lado contrário podem ser catastróficas, como no caso típico das guerras do Iraque. É caso para recordar Erich Maria Remarque e o seu livro "A Oeste nada de novo": uma baixa nada significa para a estatística; para os pais do soldado morto, é uma tragédia.
Ainda assim, as baixas americanas nas guerras da Coreia e do Vietname foram significativas, e os soldados que as travaram eram conscritos. Anos após o último conflito, os Estados Unidos regressaram à tradição anglo-saxónica dos exércitos profissionais. Nada mais natural: se a Inglaterra está protegida pelo Canal da Mancha, a América está protegida pelos oceanos Atlântico e Pacífico – defesas naturais ainda mais formidáveis (mas não intransponíveis...). E, numa lógica de projecção de força, em conflitos limitados, é mais fácil recorrer a soldados profissionais do que a conscritos – pelo menos nas sociedades democráticas.
Um exército profissional é, mais do que uma garantia de defesa directa do território, um instrumento dócil da política externa. Isso mesmo quis significar Charles de Gaule, quando em 1934 escreveu em *Vers l´Armée de métier*: "imaginemos que contingentes profissionais, reunidos e transportados em condições previstas de avanço, tendo suficiente espírito militar para aceitar combater sem se preocupar com os motivos,"; esses militares cumpririam as missões que lhe fossem atribuídas sem levantar questões. Portanto, certas acções militares a que hoje assistimos têm um certo ar de *déjà vu*, ou pelo menos de *déjà lu*.
Mas um exército profissional pode também ser uma fonte de problemas em países onde a Democracia não está consolidada, sendo o mais usual querer intervir na condução da política, baseado na força de que dispõe. Já nos tempos do fim do Império Romano era corrente ver as legiões imporem um Imperador escolhido por elas...
Aqui convém esclarecer um ponto. Quando se refere "o exército", fica sempre uma dúvida: trata-se do Exército como um todo, das suas chefias institucionais, de parte dos seus quadros, ou da massa dos seus soldados desenquadrados da hierarquia? Mesmo no século XX, assistiu-se a intervenções de cada um dos grupos apontados. Portanto, quanto se lê uma referência ao "Exército", convém saber de que "Exército" se trata. São frequentemente atribuídas ao "Exército" (e a outros ramos das Forças Armadas) ideias, sentimentos, intenções e posições que dificilmente podem ser sustentadas, quer do ponto de vista legal e institucional, quer da simples realidade...
Torna-se interessante recordar Alexis de Tocqueville e a sua obra *Da democracia na América*, publicada em 1835, na parte que compara os méritos dos exércitos nos países democráticos e nos

países aristocráticos. Segundo ele, "os povos democráticos não tardam a ser levados a renunciar ao recrutamento voluntário, preferindo recorrer ao alistamento obrigatório". Tocqueville escrevia com base em dois conflitos: a Guerra da Independência Americana e as guerras da Revolução Francesa, incluindo as campanhas napoleónicas. Os exércitos profissionais acabaram por falhar em ambas estas guerras.

Ainda segundo Tocqueville, os conscritos "submetem-se aos seus deveres militares, mas a sua alma mantém-se ligada aos interesses e desejos que a preenchiam na vida civil. Por conseguinte, não ficam imbuídos do espírito do exército; mais depressa transportam para o interior do exército o espírito da sociedade e nunca o perdem". E mais adiante: "É através dos soldados que podemos orgulhar-nos de fazer penetrar num exército democrático o amor à liberdade e o respeito dos direitos que conseguimos inspirar ao próprio povo. Sucede o contrário nas nações aristocráticas, onde os soldados acabam por nada ter em comum com os seus concidadãos e viverem no seu meio como estrangeiros e, frequentemente, como inimigos".

O grande interesse desta perspectiva de Tocqueville está na época em que foi escrita; só quase dois séculos depois se popularizou o conceito de "cidadão em uniforme", que não anda longe do que apontava este percursor da sociologia.

Outro aspecto importante é que, num exército de conscritos, pode com mais facilidade instilar-se "o amor à liberdade e o respeito dos direitos", alargando mesmo a um maior número de cidadãos, já que o entrosamento das sociedades civil e militar é mais forte. O serviço prestado à comunidade pode ser assim considerado tanto um serviço cívico como um serviço militar.

O desanuviamento que se seguiu ao fim da Guerra Fria levou naturalmente a que se procurassem dividendos da nova situação, e não apenas em canalizar as despesas dos Ministérios da Defesa para outras áreas mais simpáticas, como a Educação ou a Saúde. Também levou a que se questionasse o Serviço Militar Obrigatório que vigorava na maioria dos países da Europa Continental.

Não se tendo verificado, infelizmente, *O fim da História*, conforme anunciou Francis Fukuyama, nenhum país desarmou totalmente; com maiores ou menores orçamentos e efectivos, a necessidade de umas Forças Armadas constituída por cidadãos nacionais manteve-se. Nas soluções seguidas, além dos cortes em material bélico, variou apenas o volume dos efectivos e a forma de prestação do serviço.

Há duas formas de encarar a questão do serviço militar: do ponto de vista puramente técnico, e do ponto de vista social.

Do ponto de vista cultural, e consequentemente técnico, estamos felizmente longe dos tempos em que o grosso dos recrutados era constituído por analfabetos. Significa isto que os incorporados têm uma escolaridade elevada, têm o hábito aprender por manuais, sabem utilizar tecnologias avançadas, e têm uma consciência cívica mais desenvolvida; resumindo, têm facilidade em aprender e se integrar numa nova actividade. E mais: muitos dos objectos e técnicas da vida corrente são de dupla aplicação: tanto se aplicam na vida civil como em combate. Informática, comunicações, jogos de dupla acção, condução de máquinas e até utilização de armamento (para citar só alguns) estão largamente disponíveis no nosso dia-a-dia, o que só vem facilitar a eventual canalização dessas actividades para fins militares.

Pode argumentar-se que a abnegação e a rusticidade têm vindo a diminuir; mas o interesse dessas características ancestrais diminui também num cenário de guerra sofisticado. Até na diferença de género: quando foi perguntado a um general americano se as mulheres tinham tido um bom desempenho na Guerra do Golfo, ele respondeu sibilinamente que não estava provado que os rapazes fossem melhores que as raparigas em jogos de computador...

A dificuldade da formação dos militares não depende, portanto, da escassez qualitativa de potenciais candidatos a militares: decorre da motivação, quer individual, quer colectiva. Evidentemente, a aquisição de aptidões mais complexas (pilotar uma aeronave, por exemplo) exige uma aprendizagem mais prolongada, o que leva a um tempo de serviço mais dilatado, exigindo uma profissionalização que pode mesmo ser completa.

Esta questão, aliás, não é igual em todos os ramos das Forças Armadas. Não é por acaso que a Marinha sempre teve praças profissionais, que eram em menor número na Força Aérea e quase inexistentes no Exército. Com a evolução dos equipamentos, essa diferença tende a esbater-se, mas haverá sempre áreas de menor exigência técnica e menos tempo de aprendizagem, que põem em causa e necessidade da profissionalização.

Por outro lado, a pirâmide de efectivos é reveladora de um facto incontornável: nem todos os soldados podem vir a ser cabos, nem todos os furriéis sargentos-mores, nem todos os alferes coronéis; o que condena a maioria dos militares a uma carreira curta ou limitada.

A solução que tem sido adoptada foi recorrer a contratos de curto e médio prazo, o que não é uma verdadeira profissionalização. Mas uma passagem ainda que relativamente curta pelas Forças Armadas (digamos, de alguns anos) levará sempre a espectativas frustradas e a dificuldades de readaptação à vida civil. Por exemplo, na Inglaterra, a percentagem de desmobilizados oriundos da Forças Armadas no número dos sem-abrigo é elevada, consequência a dificuldade de readaptação à vida civil. O problema agrava-se com os casos de stress pós-traumático de guerra, em virtude da desinserção dos ex-militares atingidos pelo PTSD de um meio onde se sentiam integrados e compreendidos.

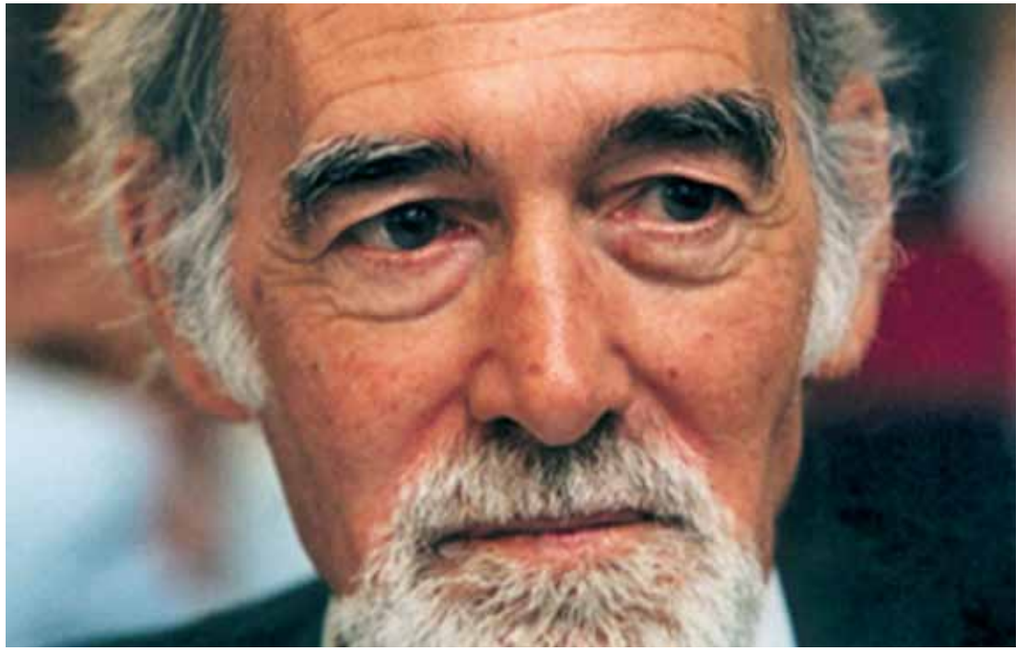
Do ponto de vista social, a questão ultrapassa largamente os motivos meramente técnicos e económicos. Fruto da necessidade, a passagem (ou melhor, o regresso, em termos históricos), ao conceito do cidadão-soldado das sociedades greco-romanas clássicas a partir do século XIX deixou marcas, porque assentava em algo de muito profundo: a igualdade do cidadão perante a lei, na igualdade de direitos, mas também na de deveres. Foi esse conceito que levou à instituição em Portugal pelo Liberalismo do

serviço militar geral e obrigatório, embora defraudado por inúmeras vias, como o sorteio (que isentava parte do contingente), a remissão a dinheiro, ou a apresentação de um substituto (vulgar nas classes mais favorecidas).
Com a implantação da República, o conceito de cidadão-soldado foi reafirmado e ampliado, como pode ver-se pela Lei do Serviço Militar de 1911. O modelo escolhido era expressamente o suíço, com a introdução de quadros milicianos, a constituição de sociedades cívicas de tiro e treino militar, e redução drástica do tempo de serviço obrigatório. A entrada de Portugal na I Guerra Mundial veio alterar muitas destas generosas e talvez utópicas intenções, mas outras, como os quadros milicianos, permaneceram.
Durante o Estado Novo, manteve-se o princípio do serviço geral obrigatório, embora temperado por licenciamento antecipado, dispensas várias e expedientes de fuga ao serviço por parte dos filhos dos bem relacionados. Mas o eclodir da Guerra Colonial veio a apertar o crivo, podendo dizer-se que foi o período em que a mobilização se aproximou mais do efectivo máximo teórico.
O primeiro dividendo da Paz é a diminuição dos encargos com a defesa, e o mais exigido entre estes a redução de efectivos. Claro que não é assim tão simples: não se pode exigir tudo a alguém, e mandá-lo embora sem lhe dar nada. Mas foi essa a regra durante séculos, com o resultado da proliferação de bandos de criminosos e de companhias de mercenários.
Ou será que ainda é assim? Quando se vê a actuação de algumas empresas privadas em recentes teatros de operações, fica-se na dúvida...
Reduzir efectivos é voltar à fórmula de von Scharnhorst: um núcleo de quadros, um serviço activo reduzido, a constituição de uma reserva instruída.
Ora, a constituição de reservas instruídas pressupõe um número elevado de militares licenciados; e este número só é possível com um serviço militar alargado, *maxime* serviço militar geral e obrigatório. Se o serviço militar contar com efectivos limitados, as reservas serão limitadas ou mesmo insuficientes em caso de conflito.
Isto pode ser constatado por dois exemplos. No início da II Guerra Mundial um deputado francês queixava-se de que a França tinha mobilizado um homem em cada oito, e a Inglaterra um em cada quarenta. Não era uma questão de falta de empenhamento: a França tinha um serviço militar obrigatório, e a Inglaterra o tradicional sistema de voluntariado. E não houve falta de empenhamento: a Inglaterra levou anos a introduzir a conscrição, tal era o número de voluntários apresentados depois do início da guerra.
Outro exemplo é o de Israel, que consegue mobilizar grandes unidades de um dia para o outro, por um sistema combinado de conscrição e mobilização.
Temos portanto dois sistemas em confronto, o da conscrição, mais "republicano", gerador de grandes reservas, mas acusado de menos eficaz e mais perdulário; e do voluntariado, mais "aristocrático" (na classificação de Tocqueville), incapaz de gerar reservas significativas, mas conotado com maior eficiência e menores gastos.

Como vimos, qualquer das argumentações é contestável, à luz do desenvolvimento da actual sociedade.
O argumento definitivo assenta no tipo de conflito que se pretende evitar ou levar às últimas consequências (a ascensão aos extremos de Clauzewitz). Tratando-se de uma ameaça directa ao Território Nacional, ou a outra área vital para um Estado, é natural que o empenhamento seja total, e tornam-se necessárias reservas importantes, quer para a batalha, quer para resistir a uma eventual ocupação. Tratando-se de conflitos externos, em áreas não vitais, forças reduzidas profissionalizadas (pelas razões acima apontadas) podem resolver o problema. Em suma, a questão anda perto da futurologia, passando a uma discussão entre optimistas e pessimistas.
A menos que, à boa maneira portuguesa, se deixe o problema para depois; tal como o hábito de lançar um concurso público para aquisição de material para os bombeiros depois de começarem os fogos florestais.
Quanto aos custos, considerando um mesmo sistema de forças, os encargos com o armamento e equipamento seriam os mesmos; variariam os encargos com o pessoal. E aqui temos dois sistemas opostos: a conscrição sempre foi considerada como uma obrigação, e como tal fugindo à lógica do mercado de trabalho; e o voluntariado considerado como uma profissão, e como tal pressupõe um salário atractivo. Logo, eventualmente mais caro que o sistema de conscrição, em custo homem/função.
No que toca à compensação pelo risco, recordemos Mouzinho de Albuquerque: o vencimento está fora de causa, porque a vida não tem preço... Aqui convém lembrar o lema afixado em todos os navios da Armada Portuguesa: "A Pátria honrai que a Pátria vos contempla". E também o Padre António de Vieira: "Se servistes a Pátria, que vos foi ingrata, vós fizestes o que devíeis, ela o que costuma". Ou seja, "contemplar" pode ser interpretado como... ficar a ver.
Resumindo: a questão da dicotomia conscrição/voluntariado assenta mais no lado político e social do que na apregoada questão da eficácia e da economia de meios.
Mas há coisas muito estranhas. Uma é ver os auto-proclamados herdeiros do ideal republicano defender a extinção da conscrição, uma das bandeiras da I República. Outra é ver o pacífico filósofo Agostinho da Silva dizer que o serviço militar fazia bem à juventude.
Claro que há quem considere que o serviço militar, ou um correspondente serviço cívico, são uma reminiscência das corveias, anúduvas, e outras formas de exploração medieval. Estamos em Democracia, e o debate é livre e saudável.
Mas, infelizmente, não foi por razões técnicas, científicas ou económicas que as coisas se resolveram.
A questão foi posta através das organizações juvenis dos partidos políticos, alfobre dos dirigentes deste País à beira mar plantado. Decerto não estão a ver o "Sal da Terra" a marcar passo numa parada, ou a assistir a uma velhinha num lar de idosos, por um ordenado simbólico, a título de serviço militar, ou serviço cívico?
Nem eu.
Por isso assim estamos.

Homenagem A VÍTOR ALVES

MANUEL LOPES



CINQUENTA ANOS DEPOIS de ter conhecido Vítor Alves, o meu testemunho e homenagem, antes que seja tarde e o tempo não permita.
Tudo começou no Natal de 1967 com uma apresentação ao capitão Vítor Alves, no Grafanil, em Luanda, o qual me surpreendeu de imediato com a sua reacção:
– Não sei porque te mandaram apresentar na minha companhia!... – comentou.
– Deve ser com certeza para aprender consigo, meu capitão! – não desarmei.
– Não tenho muito que te ensinar!... Estás apresentado!... – rematou assim no nosso primeiro encontro.
Era alferes. Tinha completado o tirocínio em Mafra, após o Curso na Academia Militar, para onde entrara em 1964.
A permanência de um ano como adjunto do comandante de Companhia destinava-se a uma melhor preparação no contacto diário com a realidade e à transmissão de experiência pelos mais veteranos. Parecendo a ideia boa, começou logo a ressentir-se da cada vez mais reduzida entrada de voluntários na Academia Militar.
Vítor Alves comandava a CCaç 1779, integrada no BCaç 1929. Dos camuflados dos militares da CCaç 1779 emergia à volta do pescoço um Lenço Negro, que os distinguia das outras subunidades do Batalhão. Acabara de entrar na Companhia dos Lenços Negros, tendo por destino a N'riquinha, no Cuando Cubango, nas Terras do Fim do Mundo.
Para início de actividade operacional todo o Batalhão entrou em funções a escassas dezenas de quilómetros de Luanda. À CCaç 1779 foi-lhe atribuída a missão de patrulhar uma parte da densa margem arborizada do Rio Zenza, com indícios de permanência de elementos do MPLA. Na deslocação auto em Unimog para a base avançada de irradiação, a longa coluna de viaturas partiu-se em duas. Vítor Alves, que seguia na frente, mais preocupado em chegar ao destino que confirmar se toda a Companhia o seguia, iria ouvir de mim algo irritado:
– Meu Capitão, não sabe que a ligação é da frente para trás?
– Sei, mas também sabia que tinha chegar ainda de dia à base avançada! – tentou desculpar-se.
– Ficando com metade da coluna para trás? – respondi não conformado com a resposta.
– Lopes, ainda tens muito que aprender!.. – rematou calmamente.
Nas margens do Rio Zenza tivemos o nosso baptismo de fogo colectivo.
Seguiu-se a deslocação para a N'riquinha, no Cuando Cubango, nas Terras do Fim do Mundo.
Data das primeiras semanas, numa das longas noites ali vividas, sob o alpendre da pequena messe de oficiais, o seguinte diálogo:
– Lopes, não te entusiasmes demasiado! Tu estás na primeira comissão mas eu estou na terceira e a situação tem vindo a piorar de ano para ano!...
– Então isto não tem solução? – perguntei ao velho veterano, algo desapontado por tanto pessimismo.
– Não, não tem solução militar! A questão é política!... – replicou.
– Já que está tão certo que vamos no caminho errado, porque é que não propõe medidas? – questionei na esperança de arrepiar caminho e procurar outra profissão, mas não obtive qualquer resposta.

Passado quase um ano Vítor Alves é colocado no quartel general de Luanda. Na última noite, na reduzida messe de oficiais da N'riquinha, tive oportunidade de lhe dizer:

– Afinal, meu Capitão, aprendi muito consigo, em especial na forma de gerir e potenciar ao máximo os meios colocados à sua disposição, quer humanos, quer materiais.
Voltámos a reencontrar-nos em 1970, na Escola Prática de Infantaria, Vítor Alves como comandante de um batalhão de instrução e eu como comandante de companhia.
Foi tempo de aproveitar a experiência conjunta da N'riquinha, ilustrada com a projecção dos filmes de 8 mm então realizados no Cuando Cubango, para aproximar um pouco mais os instruendos com a realidade.
No 25 de Abril encontrava-me em Moçambique, em Quelimane, no Comando da Polícia da Zambézia. Tinha-me despedido dos meus "Lenços Negros" na Beira, iniciando de imediato uma outra comissão em Moçambique, ligada à Polícia de Segurança Pública.
No final da comissão militar fácil foi concluir que Vítor Alves tinha razão, a situação em geral tinha-se deteriorado, aos buracos nas picadas do Cuando Cubango, sucederam outras formas de guerra mais trágicas no Niassa, nomeadamente a colocação de minas de que resultaram três feridos graves nos "Lenços Negros" de Moçambique.
Também a situação em Moçambique caminhava para o desastre, com a FRELIMO a entrar na região de Vila Pery, com a numerosa população por aldear. Em Vila Gouveia, como oficial de operações informei directamente o general Kaulza de Arriaga que a FRELIMO já tinha ultrapassado o paralelo do Guro.
Não constituiu para mim surpresa o aparecimento de Vítor Alves na direcção do Movimento das Forças Armadas. Recordei-me de imediato do diálogo nocturno na N'riquinha.
Escrevi-lhe a dar-lhe os parabéns, a solidarizar-me com a sua actuação, a dizer-lhe onde estava e a pedir o conselho se devia regressar à Metrópole.
A resposta foi inequívoca:
– Deves continuar em Moçambique, agora mais do que nunca!...
A resposta de Vítor Alves foi decisiva para a minha continuação no Comando da Polícia da Zambézia.
Sentia que era enormíssimo o desafio que tinha pela frente.
A Zambézia tinha um dispositivo policial de mais de mil homens (Polícia Móvel, Polícia moçambicana e Milícias) que cobria a quase totalidade do seu espaço, superior ao tamanho de Portugal continental.
Depois de um interregno de alguns anos da actividade da FRELIMO na Zambézia, no início de 1974 volta a detectar-se a infiltração de alguns pequenos grupos vindos do Malawi, a que não seria também alheia a progressão na direcção de Vila Pery, depois de avançarem por Tete.
A par do dispositivo policial existia uma estrutura militar com sede em Mocuba, que funcionava de zona de descanso para unidades vindas do Niassa ou Cabo Delgado.
Após ter lugar o 25 de Abril, a expectativa criada nos militares rapidamente se transformou na ideia que o fim da guerra estava próxima, daí resultando um descurar de vigilância e uma menor atenção nos cuidados a ter nas deslocações.
Não sintonizados com o que estava a acontecer, um pequeno grupo da FRELIMO infiltrado na Zambézia levou a cabo uma emboscada a militares no trajecto de Milange para Mocuba provocando nove mortos.
Era necessário pôr fim a mais baixas de militares e a tentativas de captura de armamento dos postos policiais.
Em ligação com o governador de distrito em Quelimane e com o comando militar em Mocuba, com apoio na rede policial, realizo um encontro num dos postos policiais com o comandante da FRELIMO, que confessou desconhecer a alteração política que tinha acontecido em Portugal, pelo que iria comunicar ao seu chefe.
Coincidência ou não, não mais houve baixas militares ou civis na Zambézia, tendo lugar posteriormente encontros de elementos da FRELIMO com os próprios militares em Milange, até à retração completa do dispositivo militar.
Continuou sem qualquer alteração o dispositivo policial, garantindo a passagem tranquila da administração portuguesa para a FRELIMO, após a assinatura em 8 de Setembo de 1974, dos Acordos de Lusaka.
Após o 25 de Abril desloquei-me duas vezes a Lisboa, contactando directamente Vítor Alves e Melo Antunes que se mostraram particularmente interessados na evolução da situação da Zambézia e da necessidade de manter um clima de paz e tranquilidade.
Foi completamente pacífico o periodo de transição vivido na Zambézia, em contraste com a violência que eclodiu em Lourenço Marques e na Beira.
Só regressei definitivamente a Lisboa a 20 de Junho de 1975.
Apresentei-me novamente a Vítor Alves.
– Missão cumprida! Zambézia em paz! – anunciei satisfeito.
– Aqui a situação está complicada! – anunciou-me preocupado sem entrar em pormenores.
– Para onde acha que devo ir? – perguntei.
– Vai para o Norte! – respondeu-me prontamente, sem indicar o motivo.
Pela primeira vez não segui o seu conselho, optando por ficar em Lisboa por razões familiares, rapidamente envolvido nos acontecimentos do 25 de Novembro.
Mais tarde, pela acção de Vítor Alves entraria para os Serviços de Apoio ao Conselho da Revolução, acompanhando de perto a actividade do conselheiro da Revolução, Vítor Alves, até Agosto de 1982.
Terminado o Conselho da Revolução, estive mais alguns anos na Comissão das Comemorações do Dia de Portugal, de Camões e das Comunidades Portuguesas, presidida por Vítor Alves, do qual iria receber mais um louvor. O primeiro tinha sido em Angola, em 1968, após a saída da N'riquinha.
O homem põe e Deus dispõe. Cinquenta anos depois, sem azedume para com ninguém, em tempo de sublimação, deixo nesta página a minha singela homenagem a Vítor Alves.
Fica saldada a minha dívida de gratidão.

FORTALEZA DE PENICHE

A memória de um território e de um povo

As traineiras abrigam-se na barra os mastros em fantástico arvoredo.
São peixes coloridos, de brinquedo e eu o triste rapaz que solta a amarra.
Os telhados reúnem-se no largo, assembleia de pobres e crianças.
Em falas, cantos cobram-se esperanças.
Homens chegam do mar com rosto amargo.
Lá baixo a vaga escreve na muralha a história destes muros.
Toda em brios salta adiante o Baleal e falha.
E na gávea da velha fortaleza, fico a seguir o rumo dos navios,
num choro de asas de gaivota presa.

António Borges Coelho

JORGE MARTINS BETTENCOURT

NO INÍCIO DA DÉCADA de 80 do século passado, depois da saída das últimas pessoas vindas das ex-colónias e alojadas nos edifícios da antiga prisão da Fortaleza de Peniche, um grupo de cidadãos de ou com afinidades a Peniche, procurou ali instalar um museu e evitar que os espaços mais significativos da prisão fossem destruídos ou destinados a outra coisa que não a invocação da memória da resistência ao Estado Novo. Apesar da instabilidade política e das alterações do poder na autarquia, foram capazes de obter o apoio dos autarcas que fizeram nascer o Museu Municipal, concebido como dois museus num só: um museu local e do mar, que representasse a realidade de uma terra pobre de pescadores que lutam pela vida

no mar; e outro em memória da realidade dos que, privados da liberdade, lá sofreram anos a fio por terem lutado pela liberdade do povo português e por ideais humanistas.

Como o Estado Novo tinha desfigurado o edifício no seu traçado arquitectónico de fortaleza militar, concentraram-se na preservação do núcleo da prisão política. Com entusiasmo e poucos recursos, fizeram muito para as condições existentes. O espaço, exterior e interior, foi limpo e arranjado. O acervo arqueológico e etnográfico disponível na terra ocupou uma parte do museu. No espaço reservado à Resistência, com a colaboração de ex-presos políticos e de resistentes antifascistas, instalaram diversa iconografia e informação sobre o que tinha sido a vida na prisão. Sabiam que o que faziam era pouco mas acreditavam que a associação dos vários elementos constituintes do museu seria um factor dinamizador. E de facto a Fortaleza tornou-se lugar obrigatório de visita de gente da região, de escolas, de turistas, de militantes políticos, de investigadores, de curiosos. Desde então a média anual de visitantes ronda os quarenta mil. Realizaram-se encontros, conferências, debates.

Infelizmente o entusiasmo que levou à criação do Museu Municipal não se manteve e a carência de recursos da autarquia, agravada com a falta de apoios externos, não possibilitou a expansão e a melhoria do Museu e o aproveitamento e conservação dos edifícios. Mais de quatro décadas depois do Movimento das Forças Armadas ter aberto as portas da Fortaleza e apesar do esforço continuado da autarquia, o estado dos edifícios não ocupados pelo Museu é lamentável e é notório o subaproveitamento de um espaço que deveria ser de partilha do saber e da memória, assim como de evocação e estudo da resistência antifascista. Ciclicamente é lembrada a necessidade da recuperação e dignificação da Fortaleza de Peniche, em regra associada por quem levanta a questão à concessão de parte do espaço para instalação de uma unidade hoteleira, que uns dizem ser compatível com o Museu da Resistência que tarda a ser criado e outros discordam. Os responsáveis autárquicos e governamentais manifestam as suas preocupações e intenções, a comunicação social é inundada de posições de quem conhece e não conhece o assunto, mas logo vem a acalmia e tudo fica na mesma, até ao próximo alarme intelectual.

Parece ser consensual que o ciclo da inoperância deve ser quebrado, que a Fortaleza de Peniche e a sua envolvente deve ser transformado num espaço digno, apelativo e sustentável que propicie a partilha da história e do saber de um povo do mar, a evocação da memória da resistência e da luta pela liberdade e o estudo e o debate dos caminhos do futuro, e que esse deve ser o objectivo primordial de qualquer solução que venha a ser definida e concretizada. A discussão entre quem defende a rentabilização do local com uma unidade hoteleira que nenhuma entidade, pública ou privada, teve vontade ou foi capaz de construir mas que alegam poder financiar e potenciar o culto da memória e do saber e quem argumenta que o espaço não deve ser concessionado para exploração hoteleira e o

Estado deveria encontrar a melhor solução para a recuperação da fortaleza, mascara a nossa incapacidade colectiva de defender aquele património e a memória a ele associada.

A polémica sobre a recuperação e valorização da Fortaleza de Peniche arrasta-se há pelo menos duas décadas e tem sido contaminada pela partidarite e pelo irrealismo. São muitas as vozes e poucas as nozes, raramente com algum miolo. Entre a degradação e o subaproveitamento do edifício e do espaço da prisão fascista e a utopia da "cidadela de Cascais," é difícil encontrar uma ideia realista e exequível tendo em conta as condições de Peniche e o interesse dos penichenses. Os contributos positivos para a discussão e solução do problema são excepções num mar de opiniões e comentários que inunda os meios de comunicação e as redes sociais.

A *Magna Carta para o Desenvolvimento de Peniche* no horizonte de 2025, aprovada por unanimidade na reunião de Câmara de Peniche de 15 de Janeiro de 2009, pouco ajuda a perceber o plano de acção dos responsáveis autárquicos relativamente à Fortaleza. No cenário preferido, o *Cenário Verde Escuro (Sustentável e Equilibrado) – Sardinha Viva*, limita-se a referir a "requalifi-

cação da Pousada na Fortaleza" e a transformação do Bairro do Visconde "num ecomuseu ao vivo, interagindo com a Pousada da Fortaleza," como se a Pousada fosse um dado adquirido e essencial para o desenvolvimento de Peniche. Percebe-se assim a frustração dos actores políticos perante a falta da Pousada. É certo que a *Magna Carta* refere a valorização e recuperação do Património Histórico-Militar de Peniche – Fortaleza de Peniche, Forte de Nossa Senhora da Consolação e Forte de São João Baptista –, mas nada mais adianta sobre o assunto. Ainda sobre a Pousada, conhecemos o protocolo de 2002 entre a Câmara Municipal de Peniche, a Direcção-Geral do Património e a ENATUR e os acordos posteriores, mas também sabemos do desinteresse e incapacidade de os concretizar.

Na nossa opinião, a recuperação e valorização da Fortaleza, a preservação da memória da prisão política e a edificação do Museu da Resistência são peças fundamentais da promoção de Peniche e não devem depender da existência de uma unidade hoteleira naquele espaço, assim como não devem excluir essa possibilidade. A promoção de Peniche, como de qualquer outro território, deve ser primordialmente feita com base na sua identidade territorial, evidenciando os traços culturais, históricos e tradições. No caso de Peniche, para além do Mar, a Fortaleza e a prisão política que nela existiu são sem dúvida traços fundamentais da sua identidade. Nos últimos anos, Peniche tem sido identificado como *Capital da Onda*. A marca *Peniche, Capital da Onda* é interessante e tem contribuído para a notoriedade de Peniche na comunicação social e para um aumento de visitantes em determinadas épocas do ano, mas é redutora e não reflecte integralmente a identidade do território, construída ao longo de gerações. Uma identidade que tem como pilar o seu povo, com os seus hábitos, vivências e lendas, com a sua própria cultura e a sua história e que tornam esse território único e genuíno.

Peniche é um território com história. O seu povo é o resultado do cruzamento de culturas e identidades de vários locais do país, que se fixaram neste local para trabalhar na faina do mar, na indústria conserveira e na indústria naval. Ainda ligado ao mar, Peniche é uma referência na gastronomia, em que o peixe é um ingrediente de excelência. O porto de Peniche é um dos principais portos de pesca de Portugal e foi um dos portos de defesa mais importantes. A praça-forte de Peniche, com a sua Fortaleza e as outras fortificações do concelho, era, no século XVII, a segunda mais importante de Portugal e defendia o território de pilhagens e invasões hostis. A Fortaleza foi no século XX uma das principais prisões políticas do Estado Novo, que marcou a vivência da cidade e do seu povo durante quatro décadas. Recentemente, os desportos náuticos têm-se desenvolvido uma vez que o território tem um património natural de costa, mar, ondas e ventos, que os favorecem. São todos estes, e não apenas o surf ou as praias, os traços marcantes de Peniche, a sua marca mais genuína.

Com o condicionamento da actividade piscatória e as consequências negativas na indústria conserveira e de construção naval, o turismo passou a ter uma importância reforçada na economia de Peniche. E na actualidade, o turismo cultural é um importante sustentáculo da actividade turística. O turismo cultural era tradicionalmente associado à cultura sofisticada e a pessoas instruídas e endinheiradas, mas hoje este segmento inclui muitas atracções culturais populares, para públicos alargados, e os lugares culturais devem funcionar como lugares de interesse para indivíduos de escalões etários e graus de instrução diversificados. O turismo cultural abrange um leque alargado de patrimónios, culturas e vivências que devem contar uma história, tornar a experiência participativa, serem focadas na qualidade, serem relevantes para o turista e proporcionarem uma sensação de autenticidade. Com a competição entre mercados tradicionais de turismo, aumentou a procura das especificidades territoriais e locais como alternativa de destinos a nível mundial. Por outro lado, o turismo cultural não só estimula os países e as regiões a protegerem as culturas das suas comunidades, como também desempenha um papel crucial na reabilitação das identidades locais e culturais, contribuindo para a sua difusão mundial. O turismo cultural pode ser um estímulo para revalorizar, afirmar e recuperar os elementos culturais que caracterizam e identificam cada comunidade perante um mundo globalizado.

No caso de Peniche, os elementos culturais que caracterizam o território e o seu povo são os que António Borges Coelho sintetizou no poema que escreveu na prisão inspirado pela vista do porto e da vila. Um belo soneto mais tarde musicado por Luís Cília que nos fala dos edifícios e ambiente social de Peniche e da experiência do prisioneiro. São também os elementos culturais que Mariano Calado, filho adoptivo de Peniche, decidiu descrever no livro *Peniche na História e na Lenda*, depois de estar detido nas prisões do Aljube e de Caxias na sequência do "Golpe da Sé" e sentir, com mais consciência, o significado da existência em Peniche de uma prisão política. Os mesmos elementos culturais que Mariano Calado estudou e descreveu na tese sobre as fortificações da região e nos outros trabalhos sobre a história, os costumes, as crenças e as tradições de Peniche.

Assim tudo parece apontar para que a recuperação e a valorização da Fortaleza de Peniche sejam enquadradas no fortalecimento da identidade cultural da região e na criação de um polo de atracção de turismo cultural, entendido na sua forma moderna e segundo os seguintes vectores:

- Divulgação das características e papel das fortalezas abaluartadas na defesa do território e na expansão do império português;
- Divulgação dos mecanismos de poder e repressão da ditadura do Estado Novo e da luta de resistência;
- Divulgação dos hábitos, vivências e lendas do povo de Peniche, incluindo a sua gastronomia.

A *Magna Carta para o Desenvolvimento de Peniche* considerou que o *Cenário Verde Escuro (Sustentável e Equilibrado) – Sardinha Viva* é o que melhor se adapta à perspectiva de desen-

PUBLICIDADE

SERIGRAFIA DE JÚLIO POMAR

Com a serigrafia do Burro a Cantar Fado quis Júlio Pomar homenagear a gesta de Abril quando estavam cumpridos 40 anos sobre a "madrugada inteira e limpa". O quadro original do génio criador foi reproduzido numa edição de 200 exemplares devidamente numerados. As cópias ainda disponíveis podem ser adquiridas na sede da A25A. Os interessados devem solicitar a reserva através de correio electrónico para a25a.sec@25abril.org ou pelo telefone 21 324 14 20.

volvimento do município. Nesse contexto, a Fortaleza deverá constituir-se como polo central de divulgação e dinamização do quadro prospectivo de desenvolvimento definido para esse cenário, numa estratégia de valorização, recuperação e dinamização do centro da cidade, nomeadamente do centro histórico, enquanto área privilegiada de circulação pedonal, de visita e de comércio, com o objectivo fundamental da sua regeneração. Para além do Museu da Resistência, que asseguraria a evocação e caracterização histórica, política e social do regime salazarista, da repressão e da luta antifascista, seria instalado no interior da Fortaleza um Centro de Interpretação dos três vectores de turismo cultural: sistema de fortificações defensivas, mecanismos de poder e repressão da ditadura do Estado Novo e história e cultura do povo de Peniche. Sobre ao sistema defensivo do concelho de Peniche e da região envolvente, seria feita uma contextualização histórica, militar e estratégica dos elementos que o integram. O Centro de Interpretação apostaria fortemente na imagem e na informação interactiva e funcionaria como centro de recepção e orientação dos visitantes, em grupo ou individuais, do sistema defensivo espalhado pelo concelho, do Museu da Resistência, do porto integrado no meio urbano onde poderiam assistir à descarga, transformação e comercialização do peixe, e de todos os outros locais do concelho com interesse turístico. O Centro de Interpretação serviria também como local de reuniões e debates e de apoio a visitas escolares ou eventos culturais.

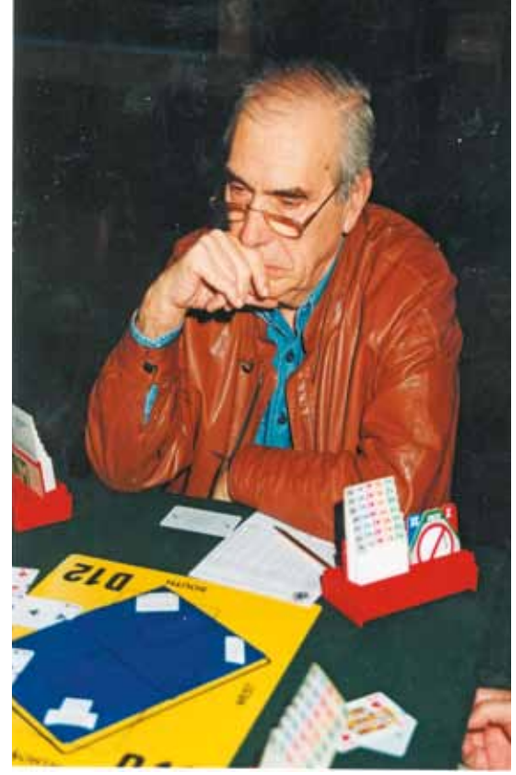
Recentemente o Ministério da Cultura nomeou um grupo de trabalho constituído por dez pessoas, que representam paritariamente a sociedade civil e a administração pública, para propor uma solução para a Fortaleza de Peniche. Independentemente do cenário definido na *Magna Carta para o Desenvolvimento de Peniche* vir a ser ou não confirmado pelo grupo de trabalho, afigura-se desejável que o espaço da Fortaleza seja recuperado e estruturado de forma a contemplar os três polos de atracção, que naturalmente partilharão recursos tecnológicos, de reunião e apresentação, de arquivo, de apoio e de serviços públicos comuns. Será também desejável que, de acordo com o princípio da subsidiariedade, o projecto seja tanto quanto possível coordenado a nível local, envolvendo a autarquia e os cidadãos que para isso estejam disponíveis, assim como as entidades e associações de cidadãos interessadas. Como em muitas outras questões, o sucesso depende da convergência de esforços em torno de um objectivo comum e do que todos formos capazes de realizar, cidadãos e instituições autárquicas e governamentais responsáveis pela Fortaleza de Peniche.

jorge.mbettencourt@gmail.com

Na morte de Luís Galvão
(1938 – 2017)

VASCO LOURENÇO

POUCOS MESES DEPOIS de ver partir uma das duas filhas, o Luís Galvão não resistiu partiu também. Nunca recuperando do forte golpe sofrido, o seu coração não aguentou e o Luís segui-lhe as pisadas.
Por cá ficaram a outra filha, os netos a mulher e os amigos.
Sou um dos Amigos do Luís, dos que teimam em acreditar que ele já não está cá.
Começámos a conhecer-nos melhor – antes, separados por um ano na frequência da Academia Militar, nunca desenvolvêramos relações de especial amizade – quando no início de 1972 nos apresentamos para frequentar o curso de criptólogo.
Foram nove meses de profundos contactos, prolongados até ao dia 25 de Abril, onde o gosto pelo bridge nos transformou em parceiros, que viríamos a ser até que o Luís partiu.
Resultado? Transformámo-nos, cada um de nós, num dos maiores Amigos do outro.
Amizade cimentada em muita vivência, muita cumplicidade no enfrentar de alguns problemas que nos surgiram na vida.
A nossa unidade foi o verdadeiro quartel-general da conspiração que nos levaria à madrugada maravilhosa do 25 de Abril. E se, no início, a visão diferente da questão corporativa não contribuiu para nos aliarmos – enquanto eu era oriundo de cadete, o Luís era oriundo de miliciano – nem o meu profundo empenhamento na conspiração provocou qualquer animosidade ou afastamento entre nós. O Luís compreendeu, desde o início que o problema não era sócio-profissional – discutimos isso várias vezes – e, se não posso defini-lo como um militante do Movimento dos Capitães, nunca vi nele a mínima antipatia para com o mesmo.
Posição que teria o seu ponto mais significativo quando, em 10 de Março de 1974, entrei na Casa de Reclusão da Trafaria – bem perto do BRT, onde prestávamos serviço – e o Luís não hesitou em me ir visitar e saber da minha situação e das minhas necessidades.
Depois do 25 de Abril, no qual o Luís não teve intervenção directa, para além do apoio que prestou várias vezes na minha actividade conspiradora, o Luís Galvão integrou-se totalmente no processo de construção de uma sociedade mais livre, mais justa e mais fraterna, desempenhou as várias missões que lhe couberam, sempre numa posição de apoio às que, como um dos responsável maiores do MFA, eu tive que assumir.



Altamente competente, profundamente íntegro e honesto, muito inteligente, o Luís foi como militar e cidadão um dos muitos obreiros do Portugal renascido com o 25 de Abril. Nunca na ribalda, mas sempre firme na rectaguarda, suporte essencial para os que desempenhavam os cargos mais visíveis.
Sócio fundador da Associação 25 de Abril, o Luís foi, desde o início um dos principais colaboradores de "O Referencial", aí mantendo uma página "Vamos aprender bridge", onde transmitia os seus vastos e profundos conhecimentos desse jogo que, em meu entender, deveria ser obrigatoriamente aprendido em todas as universidades, a começar nas militares.
Serei suspeito a pronunciar-me sobre o assunto – parceiro do Luís, durante quarenta e cinco anos (apesar de "saneado" por ele, por várias vezes, como eu costumava dizer, pois não tinha a disponibilidade para o acompanhar sempre...) vivi com ele grandes alegrias no bridge de competição. Com efeito, se logo em 1973 conquistámos o 6.º lugar (escândalo pois eramos dois principiantes) no Campeonato Absoluto de Portugal, viríamos a obter vários triunfos, quer em competições oficiais onde fomos vice-campeões nacionais, quer em variadíssimos torneios particulares – serei suspeito, se afirmo, mas considero que o Luís Galvão era um dos melhores jogadores de bridge de Portugal.
Professor, como muito lhe chamavam, deixa-nos um espólio de lições, com que muitos têm aprendido e certamente muitos outros continuarão a aprender...
Na Associação 25 de Abril fica um vazio, mas no coração dos seus Amigos ficará um vazio maior.
É com profundo pesar, com enorme tristeza, com um sentimento de perda muito dolorosa, que aqui evoco e homenageio o meu Amigo Luís França Galvão.
Até sempre, Luís, um grande, grande, enorme abraço!

O Luís Galvão deixou-nos mais este número do seu "Vamos aprender Bridge!". Publicamo-lo, como preito de homenagem, elevada consideração e amizade.

A utilização, no sistema de marcação do "2 sobre 1 forcing à partida" torna os leilões mais assertivos, permitindo uma troca muito precisa de informações, feita sempre com a garantia de que o nosso parceiro não poderá passar antes de atingido o nível de partida.
As características indicadas levaram grande número dos jogadores de competição a incluírem o "2 sobre 1" no seu sistema de marcação.
A prática disse que nem tudo serão rosas na utilização desse tipo de marcações, particularmente quando o respondente detenha mãos (com ou sem apoio) de valor entre 10 bons a 12 maus PH, as denominadas mãos de convite (limit raise).
Que dirá N, após a abertura de S em 1♥, com a mão:

A)
♠ A103
♥ 72
♦ RV9
♣ RV1085

Jogando o sistema natural o leilão seria obviamente 1♥ - 2 ♣ . Mas jogando o "2 sobre 1" já a resposta de 2 ♣ está proibida por a mão não possuir a força necessária para garantir a marcação de partida no caso do parceiro ter aberto com uma mão do 1.º nível de força. É ideia adquirida que só se marca 2 sobre 1, neste sistema, com um mínimo de 13 PH. Como resolver o dilema?
E se o respondente detivesse a mão:

B)
♠ 72
♥ A103
♦ R107
♣ RV1085

Marcaria 3♥ apenas com 3 cartas de apoio, convidando à partida, ou não o faria com receio de que fosse interpretado como barragem (4 cartas de ♥ e 0/6 PH)?
Para ultrapassar estes constrangimentos e adicionar a necessária eficácia ao sistema, os autores da "2 sobre 1" introduziram um conceito complementar a que chamaram 1ST FORCING, nas respostas às aberturas em 1♥/♠

1. **CONVENÇÕES**
1.31 – **1 ST FORCING**

Para Solucionar os problemas criados pelas mãos do respondente com valores situados entre os bons 10PH e os maus 12PH (mãos de convite à partida) foi criado o conceito do anúncio conhecido como 1 ST FORCING para ser utilizado como resposta, **por mãos não passadas,** às aberturas de 1♥/♠.
O abridor com 1♥/♠ ao ouvir o parceiro marcar 1ST tem, de imediato, três certezas:
Que a voz do respondente é FORCING, pelo menos para uma volta do leilão, ainda que não seja auteforcing;
Que a mão do parceiro tem uma força que vai dos 6 PDH a uns maus 12 PDH.
Que só o posterior desenvolvimento do leilão irá precisar quer a FORÇA quer a DISTRIBUIÇÃO do jogo do parceiro.
A solução encontrada resolvendo (e bem) o problema detectado com a marcação das mãos de convite (9/12 PHD) tem um custo significativo. É que quem jogar esta CONVENÇÂO não poderá nunca ficar a cartear 1ST, mesmo quando esse fosse o contrato ideal. As CONVENÇÕES, como os remédios, têm efeitos secundários com que, quer os doentes quer os jogadores, têm que conviver.
Contabilizadas as vantagens da utilização versus o inconveniente indicado, constata-se que as probabilidades de obter bons leilões e precisas marcações são largamente a favor do 1ST FORCING.
Importará agora classificar o desenvolvimento do leilão por parte do abridor em 1♥/♠, após ouvir o parceiro anunciar 1ST, marcação que deve ser prontamente alertada por ser convencional.
O abridor deverá respeitar as seguintes normas nos rebides;

a) Só repetirá o naipe de abertura com 6 ou + cartas;
b) Caso tenha uma abertura de 1.º nível de força (13/14 PH) e apenas 5 cartas no rico deve anunciar o seu naipe pobre de 4 ou + cartas, se o tiver;
c) Caso não disponha de nenhum naipe pobre (♣/♦) de 4 ou + cartas deverá anunciar o seu naipe pobre e hierarquicamente mais fraco, de 3 cartas

Com:
♠ R9
♥ RV1073
♦ AD 10
♣ 642 2♣

o leilão será:
1♥ - 1ST
2♣

Mas com:
♠ R96
♥ RV1073
♦ AD10
♣ 42

o leilão deverá ser:
1 ♥ - 1ST
2 ♦

Analisemos, em pormenor, os possíveis rebides do abridor após 1♥ - 1 ST:

2 ♣/♦ - 3 ou + cartas com , no máximo 18 PDH
2 ♥ - 6 cartas com, no máximo 15 PDH
2 ♠ - 4 cartas com 17 ou + PDH
2 ST - 5 – 3-3-2 com 17/18 PH
3♣/♦ - 4 ou + cartas com 19 ou + PDH
3 ♥ - 6 cartas com 16/17 PDH
3 ST - 5-3-3-2 com 19 ou + PH
4 ♥ - 7 cartas com 14 ou + PDH
ou 8 cartas com 12 ou + PDH

Definido o critério a que deve obedecer o rebide do abridor importará, para concluir, balizar as normas que condicionam as 2ªs vozes do respondente. É óbvio que este jogador deverá ter um conhecimento bem preciso das regras que condicionaram os rebides do abridor. Só com essa "sabedoria" poderá partir para a "construção" dum leilão que, consistentemente, atinja o melhor contrato.
Serão estas as respostas possíveis do respondente após o rebide do abridor em 2♣/♦:

1 ♥ - 1ST
2 ♣/ ♦ - ?

Passo – com 5/8 PDH

Apoio simples
em ♣/ ♦ - Preferência com 2 cartas com -11 PDH
ou com 3 cartas de apoio e uma mão muito fraca em PH
2 ST - Sem fit a ♥ mas com defesas nos naipes não falados e com 10/12 PH.
3 ♣/♦ - Ao apoiar o naipe pobre do abridor mostra 5 ou + cartas nesse naipe e 10 + PDH
3 ♥ - Mostra possuir 3 cartas de ♥ e 10/12 PDH

Novo naipe
ao nível 2 - Naipe com 6+ cartas e 5/9 PDH.
Aceita-se que o naipe tenha apenas 5 cartas se for muito consistente.
Novo naipe
ao nível 3 - Naipe consistente com 6 + cartas e 5/11 PDH.
(sem salto) .
Novo naipe
ao nível 3 - Um muito bom naipe com 10/11 PDH
(com salto) .

Assembleia-Geral aprovou
RELATÓRIO E CONTAS DE 2016

Os novos corpos sociais da A25A eleitos para o triénio 2017/2019

NOS TERMOS DOS Estatutos e do Regulamento Interno, a Assembleia Geral da A25A reuniu-se, dia 25 de Março na Sede da associação em Lisboa, sob a presidência de Amadeu Garcia dos Santos, tendo aprovado, por unanimidade, o Relatório de Actividades e as Contas da Direcção respeitantes ao ano de 2016, e o respectivo parecer do Conselho Fiscal, onde se apurou o resultado líquido de 2.754,01. O presidente da Direcção, Vasco Lourenço e o tesoureiro, Ramiro Soares Rodrigues, respectivamente, explicaram com detalhe o relatório da Direcção e a situação económica e financeira da instituição, cujos documentos estão patentes na sede da A25A para quem os deseje consultar e, brevemente, irão estar disponíveis no sítio da A25A quando se concluir a sua reconfiguração.

Cumprindo a ordem de trabalhos, a Assembleia discutiu e aprovou, com um voto contra e uma abstenção, a proposta da Direcção conferindo a categoria de Sócio de Honra a Mário Alberto Nobre Lopes Soares (cf. texto em caixa); e ratificou a admissão e sócios e apoiantes apresentados pela Direcção.

Em tempo próprio, a Assembleia envolveu-se em animado debate com a Direcção, sobre a actualidade da A25A aduzindo contributos para a acção futura, no reconhecimento da opinião positiva e do juízo muito favorável que órgãos de soberania e instituições públicas fazem da A25A, como ficou patente no "Seminário Justiça Igual para Todos", realizado dia 13 de Março passado, na sede da Fundação Calouste Gulbenkian.

NOVOS CORPOS SOCIAIS 2017/2019

Concluídos os trabalhos, Amadeu Garcia dos Santos constituiu a Assembleia-Geral ordinária em corpo eleitoral para a eleição da Mesa da Assembleia Geral e dos Corpos Gerentes para o triénio 2017/2019, nos termos da art.º 7.º dos Estatutos, procedendo-se à votação, escrutínio e ao acto de posse da Mesa da Assembleia-Geral e dos Corpos Gerentes eleitos:

Mesa da Assembleia-Geral: presidente – Artur Junqueiro Sarmento, vice-presidente – José Manuel Oliveira Monteiro, primeiro-secretário José Júlio de Azevedo Barroso, suplente – Manuel José Esteves Rodrigues.

Direcção: presidente – Vasco Correia Lourenço, vice-presidente – Aprígio Ramalho, Secretária – Dulce Margarida Guerreiro Afonso, tesoureiro – Ramiro António Soares Rodrigues; vogais efectivos – José Nuno Santa Clara Gomes, Nuno Álvaro Santos Silva, Manuel Alfredo Oliveira e Sá; suplentes – Clarinda Maria Veiga Pires e Maria do Rosário Rodrigues.

Conselho Fiscal: presidente – Luís Augusto Sequeira, primeiro secretário – Victor Hugo da Mota, segundo secretário – António José Pereira da Mata, suplente – José Manuel Gomes Nunes Curado.

MÁRIO SOARES
Sócio de Honra da A25A

Lusa - Tiago Petinga

Justificar a proposta de atribuição da qualidade de Sócio de Honra da Associação 25 de Abril a Mário Alberto Nobre Lopes Soares poderia parecer desnecessário

Isto face à elevada importância que Mário Soares teve na implantação do Estado Democrático e de Direito em Portugal, pela acção que desenvolveu, antes ou depois da madrugada libertadora de que os militares de Abril foram autores.

Duas razões fundamentais há neste campo específico que nos levam a assinar a presente proposta:

1. Independentemente de se ter concordado, partidária e ideologicamente, com ele nalgumas fases da sua vida, uma é inquestionável: Mário Soares esteve sempre do lado da Liberdade, primeiro dos valores de Abril!

Foi esse o objectivo que sempre prosseguiu e pelo qual se bateu durante uma vida inteira, foi essa a bandeira que manteve desfraldada, mesmo quando os ventos não estavam de feição!

2. Depois de um período de incompreensão sobre a natureza e a razão de ser da Associação 25 de Abril, Mário Soares aderiu à nossa instituição, fez-se sócio efectivo (2004) e assim se manteve durante os restantes treze anos da sua vida.

Quando em 2012, a A25A decidiu não aceitar o convite da Assembleia da República para assistir às comemorações do 25 de Abril, Mário Soares tomou a iniciativa de contactar pessoalmente o presidente da Direcção da A25A, apresentar-lhe a sua total solidariedade e dar-lhe a conhecer a sua decisão de não comparecer igualmente na sessão comemorativa na AR.

Atitude que tornou pública e manteve sempre, durante os anos em que a A25A continuou a não comparecer nas cerimónias em causa.

Sendo de destacar igual atitude quando da memorável jornada do Carmo, nos 40 anos do 25 de Abril, onde juntamente com sua mulher, Maria de Jesus Barroso Soares, aí compareceu e participou num dos actos mais marcantes do período de luta contra o desvirtuamento do 25 de Abril e pela recuperação da esperança num futuro mais livre, democrático, justo e fraterno.

Por tudo isto, considerando que a Associação 25 de Abril se engrandece e enobrece com este acto, propomos que Mário Soares passe a integrar a nossa lista de Sócios de Honra, como a vigésima segunda personalidade a quem a mesma é atribuída.

Lisboa, 25 de Março de 2017

A Direcção
Vasco Correia Lourenço

José Maria Roumier

ABRIL HOJE

O 25 de Abril e a cidadania jovem

PARA OS JOVENS DE HOJE, a evocação do 25 de Abril deve ser uma fonte de inspiração, actual e viva. Por isso, a Associação 25 de Abril propõe às escolas o projecto "Abril hoje – o 25 de Abril cidadania jovem", com o objectivo fomentar nos jovens uma atitude de participação e de debate na busca e definição de soluções para os problemas que os afectam, tendo como cimento o exercício da cidadania e a construção de uma sociedade mais justa e conforme com o espírito de Abril.

Ao longo do ano lectivo e através de um conjunto de acções definidas e coordenadas pelos responsáveis de cada uma das escolas que aderirem à iniciativa, o 25 de Abril é evocado fazendo a correspondência entre as principais etapas do projecto e os momentos chave da caminhada até ao 25 de Abril. Se bem que a definição e o calendário das acções a realizar devam ter em conta as condições e objectivos escolares específicos de cada escola, esboçou-se um programa genérico como referência.

Na primeira fase do projecto, desejavelmente em Setembro e Outubro, os jovens de cada escola identificam e seleccionam dois dos problemas que mais os preocupam na escola, na comunidade ou no país (ex. deficiências do ensino, acesso ao emprego, *bullying* e assédio nas redes sociais, violência de género, segurança pública, etc.), comprometendo-se desde logo na procura de uma solução, à semelhança dos militares que em 1973 foram aderindo ao Movimento.

De Novembro a Março, na segunda fase do projecto, os jovens aplicam as metodologias de estudo e investigação (recolha de dados, elaboração de hipóteses, consulta de referências e de especialistas, diálogo com instituições, etc.) aos problemas seleccionados em cada escola, culminando com a elaboração pelos alunos de propostas com soluções concretas. Esta fase é pontuada pela realização de eventos de discussão que de uma forma ou de outra possam ser relacionados, cronologicamente e em termos de conteúdo, com as reuniões relevantes para a preparação do 25 de Abril, nomeadamente as de S. Pedro do Estoril, Óbidos, Costa da Caparica e Cascais.

O mês de Abril, terceira fase do projecto, é de concretização, de conquista do objectivo. Na prática, é o 25 de Abril concretizado por jovens de hoje, com a realização de assembleias plenárias em cada uma das escolas, eventualmente com a participação dos especialistas consultados, para debate e votação das respectivas propostas e elaboração dos documentos a apresentar aos responsáveis escolares, autárquicos ou governamentais.

Em Maio, quarta e última fase do projecto, é o momento dos jovens apresentarem as suas propostas aos responsáveis escolares, autárquicos ou governamentais relevantes para cada caso. Um pouco à semelhança do que aconteceu a partir de Maio de 1974, procuram que o quadro legal ou regulamentar aplicável a cada caso seja alterado de acordo com os seus anseios.

A Associação 25 de Abril procura facilitar os contactos com a sociedade civil, com os especialistas e com as instituições políticas, envolvendo os seus associados, as associações com quem tem parcerias e a sua rede de contactos em todas as fases do projecto. Se bem que o mês de Abril seja o momento adequado para a participação de dirigentes e figuras históricas do MFA nas sessões a realizar nas escolas, os elementos da Associação 25 de Abril que normalmente asseguram as conversas sobre Abril trabalham com os coordenadores escolares para encontrarem a melhor forma de evocar os acontecimentos chave da preparação do 25 de Abril e identificar outras possíveis acções da Associação 25 de Abril.

No corrente ano lectivo, a Escola Básica e Secundária de Carcavelos aderiu ao projecto "Abril Hoje", sendo ali coordenado por oito professores com o apoio de elementos da Associação 25 de Abril. A fase de identificação das duas principais preocupações dos jovens decorreu entre 26 de Setembro e 14 de Outubro de 2016. Em 19 de Outubro, uma assembleia de delegados dos alunos votou os temas *Bullying* e Desemprego por maioria expressiva e elegeu uma comissão coordenadora de seis elementos, dois delegados de cada ano do secundário, para dinamizar e coordenar projecto. Posteriormente a comissão coordenadora aplicou inquéritos de atitude sobre dois temas a turmas seleccionadas como amostra da comunidade escolar, os dados foram tratados e as conclusões apresentadas e discutidas na reunião plenária de 12 de Dezembro de 2016. O trabalho continua em várias vertentes e as conclusões finais do projecto serão apresentadas em dois encontros de um dia cada, em 26 de Abril para o *Bullying* e 3 de Maio para o Desemprego.

PUBLICIDADE

VINHO DO PORTO COMEMORATIVO

Produziu o Barão de Vilar um Porto Reserva Tawny com estágio durante 7 anos em cascos de madeira adquirindo uma textura suave com um intenso e complexo aroma. Daqui se extraiu uma série de garrafas especialmente para a A25A assinalar os 40 anos do 25 de Abril. Pronto a beber o Porto Tawny ganha outra vida com a idade. Como Abril é necessário saborear e conservar os seus valores. Os interessados poderão adquirir as garrafas ainda disponíveis através de correio electrónico para a25a.sec@25abril.org ou pelo telefone 21 324 14 20.

Mensagem de ANO NOVO 2017

Com os votos de um 2017 com tudo de bom, para vocês e tod@s @s voss@s, junto mensagem divulgada no nosso facebook, em 31.12.2016

No começo de um novo ano, é costume fazer-se um balanço do passado e formularem-se votos para o futuro.

Cumpramos o ritual:

Num Mundo onde a Liberdade, a Paz, a Justiça, a Solidariedade, em suma, os Direitos Humanos estão cada vez menos presentes e mais ausentes, Portugal pode ser considerado como que um oásis.

Não consideramos que tudo esteja bem, há ainda enormes situações de injustiça, de desigualdades que se impõe resolver, mas o facto é que aqui a Democracia funcionou e a recuperação de algum do muito mal que foi infligido aos portugueses nos últimos anos tem vindo a ser conseguida. Não tão rápido como as necessidades, as desigualdades e as injustiças o impõem, mas a um ritmo que nos dá alento para o futuro.

Porque fomos dos principais arautos por uma solução política como a que nos vem governando, não podemos deixar de nos congratular por constatarmos que era possível, foi possível, é possível!

Nesse sentido, em primeiro lugar e para Portugal, os nossos votos são pela continuação de soluções que vão ao encontro de mais Liberdade, mais Justiça, mais Paz, mais Solidariedade, enfim, mais Felicidade!

Votos que estendemos ao Mundo, na Esperança de que se não concretize a eminente guerra global e, pelo contrário, se aprofunde a Paz.

Na Esperança de que as desigualdades possam ser minoradas, sem necessidade de rupturas violentas.

Na Esperança de que a Solidariedade seja mais praticada e menos hipócrita.

Na Esperança de que a Liberdade seja cada vez mais efectiva e menos condicionada.

Na Esperança de que os Direitos Humanos sejam mais respeitados e assim, para a grande maioria da Humanidade, haja mais Felicidade.

Na Associação 25 de Abril, como homens e mulheres de Abril, prometemos continuar a tentar dignificar os Capitães de Abril, lutando civicamente pelos valores que há 43 anos nos lançaram na epopeia libertadora, que continua a honrar-nos e a que queremos manter-nos fiéis.

É esse o compromisso que aqui deixamos, no dealbar de 2017!

Cordiais saudações e um abraço

Vasco Lourenço

CONVITES

"Vida Económica" e AIP - Conferência/debate "O Efeito Trump e o Brexit – As Eleições Americanas de 2016 e as Eleições Europeias de 2017, 2017.03.09. A Barraca - Estreia do espectáculo "Processo: FADAS/Cottingley - 1917", 2017-03-04. AJA Lisboa - Jantar Açoriano com Carlos Alberto Moniz, 2017-03-23; Dia Internacional da Mulher: (Des) Igualdades e Violências, 2017-03-08; "José Afonso e as Palavras - Poesia escrita, cantada e dita", 2017-02-23; convite para AJAjazz - 3 sessões fonográficas por José Duarte, 2017-02 02,09,16; concerto - Joana Bagulho toca Paredes em cravo, 2017-01-26; evento "Coisas da Vida", 2017-0119; celebração do 5.º Aniversário do Núcleo da AJA Lisboa, 2017-01-11; conversas de Amigos com João Azevedo, José Santa-Barbara e Josefina Carvalho, 2016-12-15; encontro jantar e tertúlia Teatral "Encontro Imaginário", 2016-12-20. Ar-Co Xabregas - Exposição de fotografia de João Paulo Feliciano "Xabregas City", 2017-03-09. Armazém das Artes - Exposição de escultura de José Aurélio "A Arca do Alquimista", 2017-03-24. Assembleia da República; Exposição "Arte Robótica", de Leonel Moura, 2017-02-21; inauguração da exposição "Ser Mulher", de Clotilde Fava, 2017-03-08. Associação Cívica e Cultural 31 de Janeiro, comemorações do "31 de Janeiro de 1891", 2017-01-31. Associação Conquistas da Revolução - Homenagem a Carlos Paredes - Evocação e Festa de Amizade, 2017-02-19. Associação de Pais da Senhora da Hora - Noite de Poesia, 2017-01-27; apresentação do livro "As cidades da Poesia", de Joaquim Paulo Silva, 2017-01-14; Dia Mundial da Poesia, 2017-03-21. Associação de Praças - Colóquio – recrutamento Militar desafios e Oportunidades, 2017-02-15. Associação Nacional de Sargentos - Cerimónia de tomada de posse dos novos Órgãos Sociais,2017-03-17. Associação Social e Cultural de Almancil - Inauguração de exposição de Raymond Parfait, 2017-03-03. Associação Tchiweka de Documentação - Lançamento da edição (para Portugal) do livro "Vaicomdeus" de Júlio de Almeida 'Juju'. Biblioteca Municipal de Grândola - Apresentação da obra "O que Faria Eu se Estivesse no Meu Lugar?", 2017-03-18. Câmara Municipal da Maia - Conferência "A Genética da Liderança", 18-01-2017. Câmara Municipal de Estremoz e as Edições Colibri - Apresentação da obra "Evocando Fernando Pessoa" de Francisco Peixoto Bourbon, 2016-12-08. Câmara Municipal de Grândola; Inauguração da exposição "Criatividade – Jovens Empreendedores em Grândola,2017-03-03; Apresentação do livro "Momentos" de Maria Teresa Vitorino,2017-01-21. Câmara Municipal de Loures - À Conversa com... sobre Maria de Lurdes de Castro – Design para a Indústria de Cerâmica, 2017-03-25; Encerramento das comemorações dos "40 anos do Poder Local Democrático – Sonho – Participação – Trabalho", 2017-03-31; Actuação do Grupo Coral da Liga dos Amigos da Mina de São Domingos, 2017-03-19; Tertúlia sobre inovação e empreendorismo "Desafio das Indústrias Criativas", 2017-03-11; Concerto pela Orquestra Clássica Metropolitana,2017-03-11; Iniciativa "Há Prova no Museu", 2017-03-04; Conversa sobre a vida e obra de Fernando Sarmento, 2017-02-25; Concerto Solistas da Orquestra Metropolitana de Lisboa, 2017-02-18; Mercearia Santana - Actuação do Grupo Coral da ANALOR, 2017-02-11; Exposição "A brincar como o Macaco" de Pedro Espanhol, 2017-01-28; Bienal de Cerâmica Manuel Joaquim Afonso 2016,2017-01-21; Concerto da Orquestra Académica da Metropolitana , 2017-01-22. Câmara Municipal de Vila Nova de Famalicão - Exposição de cachecóis no âmbito do Concurso de Cachecóis de Natal, 2017-01-14. Centro de Estudos Internacionais Instituto Universitário de Lisboa (ISCTE-IUL) - Conferências Ciência Política – "Do governo representativo à democracia representativa",2017-02-06. Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra e Grupo Editorial Vida Económica - Lançamento do livro "Justiça Juvenil: A Lei, os Tribunais e a (In)Visibilidade do Crime no Feminino", 201702-28. Círculo das Letras - "A Vermelha - para uma história da Resistência ao Estado Novo no Concelho de Vila Franca de Xira", 2017-02-02. Colares Editora e El Corte Inglés - Apresentação da obra "A Verdadeira Cozinha Americana – Histórias e Receitas", da autoria de M. Margarida Pereira-Müller,2017-03-16. Companhia de Teatro de Almada - Inauguração da exposição de Adalrich Malzbender, 2017-01-14; Estreia "Noite da Liberdade", de Ödön Von Horváth, 2017-01-13 a 29. Conselho Português para a Paz e Cooperação - Sessão Pública "Solidariedade com os Povos da Venezuela e da América Latina, 2017-03-03; Debate - "A Administração Trump, a situação nos EUA e suas repercussões na situação internacional", 2017-02-20. CPCCRD - Sessão de apresentação do n.º 3 da revista "Análise Associativa",2016-12-10. Daniel Bastos - Apresentação da sua obra "Gérald Bloncourt – O Olhar de Compromisso com os Filhos dos Grandes Descobridores", 2017-03-24. Associação Social e Cultural de Almancil - Inauguração de exposição de Filomena Campos,2017-02-03. Direcção da Casa do Pessoal do Arsenal do Alfeite; Sessão Solene do 11.º Aniversário da Casa do Pessoal do Arsenal do Alfeite, 2017-01-21. Edições Colibri; Apresentação da obra "Opinião do Dia – Expressão de Liberdade – Crónicas RDP África", da autoria de Jorge Gonçalves; 2017-03-29; Edições Colibri; Lançamento do livro "A Maldade no Cinema de Ingmar Bergman" de António Júlio Rebelo; 2016-12-20; Lançamento de "Monadologia" de G. W. Leibniz; 2017-01-22; Encontro com os livros e os escritores Alentejanos; 2016-12-16; Apresentação do livro "Contos por cordas" de Julieta Lima; 2016-12-12. Edições Silabo, Sessão de Apresentação do livro "Dicionário – Crime, Justiça e Sociedade", 2016-12-21. Edições Sílabo e os autores, Apresentação da obra "Indicadores de Desempenho para as Instituições de Ensino Superior Politécnico" da autoria de Sandra Saúde, Maria João Rosa, Ana Isabel Melo, Carlos Borralho, Gonçalo Pai-

va Dias, Hugo Figueiredo, Isabel Machado, Isidro Féria, Paula Rocha, Ricardo Biscaia e Sandra Lopes, 2017-03-17. Edições Sílabo e os autores António Duarte Santos e Sandra Ribeiro, Apresentação da obra "Microeconomia – Exercícios Propostos e Resolvidos", 2017-03-14. Editora Converso e a FNAC , Apresentação do livro "Gérald Bloncourt – O olhar de compromisso com os filhos dos Grandes Descobridores", realizado e concebido pelo historiador Daniel Bastos, 2016-12-10. Editora Sistema Solar, Documenta e Câmara Municipal de Lisboa; Tributo a Mário Cesariny no Cemitério dos Prazeres, 2016-12-08. Espaço T, Inauguração da exposição "Correspondências", 2016-12-16. Éter Produções, Espectáculo Memorial do Convento & Os Maias, 2017-03-30. Evocação Arte Contemporânea; Exposição de pintura de João Paulo Queiroz. 2017-03-09. Fernando Paulouro das Neves e Associação José Afonso, apresentação do livro "A Materna Casa da Poesia – sobre Eugénio de Andrade", 2017-03-03. FNAC e Edições Colibri, apresentação da obra "Como Jogar com as Palavras – Especulações vocabulares" de Inácio Rebelo de Andrade;,2017-03-02. Fórum Geba Summit, Ciclo de conferências "Guiné-Bissau: Estado, administração pública e cidadania", 2017-0315 e 17, Fundação Friedrich Ebert, Convite Conferência "Uma Europa solidária é possível", 2017-02-17. Instituto Cervantes e Edições Colibri, Apresentação do livro "O homem que vivia dentro dos sonhos" (Romance) de Natália Constâncio. Instituto Europeu e Editora Nova Veja, Apresentação do livro "UNIÃO EUROPEIA - Reforma ou Declínio", 2017-01-24. Inter-reformados, 8.ª Conferência Nacional, 2017-02-10. Junta de Freguesia do Lumiar, Exposição de Desenho e Pintura, 2017-02-10; Concerto de Natal "Coros do Lumiar cantam o Natal", 2016-12-18. Le Monde Diplomatique, Conversa sobre literatura, a memória e o presente a partir do livro "Contando o Mundo", da autoria de Isabela Figueiredo e Rodrigo Magalhães, 2017-03-11; Apresentação da obra "A Crise do Jornalismo em Portugal", coordenada por José Nuno Matos, Carla Baptista e Filipa Subtil, 2017-02-23; apresentação do livro "Cantando o Mundo". 2016-12-15. Livraria Circulo das Letras, Inauguração de exposição de pintura "Um olhar de todos" de Eduardo Santos Neves, 2017-01-31. MUDE – Museu do Design e da Moda, Lançamento de livro "Ensaio para um Arquivo: o tempo e a palavra", 2017-02-21; Museu Bernardino Machado, Conferência do Prof. Doutor Luís Salgado de Matos intitulada "Os partidos republicanos e a questão religiosa", 2017-03-24; 1.ª sessão do Ciclo de Conferências de 2017, subordinado ao tema "Os partidos e as grandes questões da I República", 2017-02-24; lançamento da Obra "Política III Tomo 6", 2017-01-28. Museu da Imprensa; "Cristiano Ronaldo: Caricatura e Imprensa Mundial", 2017-01-07. Museu de Arqueologia e Etnografia do Distrito de Setúbal, Inauguração de exposição "Gravuras" de Vieira da Silva, 2017-03-10. Museu do Neorealismo, Dia Mundial da Poesia, 2017-03-21; Exposição "Carlos de Oliveira: a parte submersa do iceberg", 2017-03-17; Exposição "Alexandre Cabral, memória de um resistente", 2017-02-25; Apresentação do documentário "Passeios no Tejo" de Edgar Feldman, 2017-02-24; Colóquio "Projecção de Mário Dionísio", 2017-02-18; Masterclass Cinema Neorrealista Italiano (1945-1957), 2017-02-02; Apresentação do livro "Cadeia do Forte de Peniche – como foi vivida", de Carlos Brito, 2017-01-21; Partido Comunista Português, XX Congresso, 2016-12-2,3, 4. Presidência da Acidemia das Ciências de Lisboa, Cerimónia de encerramento do ano lectivo de 2016, 2016-12-15; Presidente da Câmara Municipal de Almada, Exposição Fónix – DIGITAL, 2017-0127. Presidente da Câmara Municipal de Almada e embaixador da Missão Diplomática da Palestina, Inauguração da exposição "Herança Cultural Palestiniana: História e Luta", 2017-03-02. Presidente da Câmara Municipal de Gondomar e o pintor Hélder Mendes, Inauguração Exposição: "Que nome te darei, austera imagem?", 2017-02-04; Presidente da Câmara Municipal de Lisboa, Entrega da Medalha Municipal ao Arquitecto João Paulo Bessa, 2017-01-27; Presidente da Câmara Municipal de Lisboa e presidente da Junta de Freguesia de Alvalade, Nuno Teotónio Pereira Homenagem no dia em que faria 95 anos, 2017-01-30; Presidente da Câmara Municipal de Loures, e administrador da Porto Editora, Palavra do Ano 2016, 2017-01-04; Presidente da Câmara Municipal de Viseu e o director do "Correio da Manhã", Debate público subordinado ao tema "Podemos ambicionar uma nova geração de políticas?", 2017-03-17. Presidente da Comissão de Defesa Nacional da Assembleia da República, Conferência "A Cooperação Militar no Âmbito da Comunidade de Países de Língua Portuguesa: Desafios e Oportunidades, 2017-02-22. Presidente da Matriz Portuguesa – Associação para o Desenvolvimento da Cultura e do Conhecimento, Encontros do Mundo em Lisboa – Dia da Mulher Diplomata, 2017-03-21. Presidente do Conselho Directivo do Instituto de Habitação e Reabilitação Urbana, Prémio IHRU 2016 – prestando homenagem à vida e obra do Arqº Nuno Teotónio Pereira,

REGISTÁMOS O FALECIMENTO DOS SEGUINTES ASSOCIADOS:

Humberto Jorge Santana (sócio efectivo), José Osório Ferro de Jesus (sócio efectivo), Maria Emília Silvestre (sócia efectiva), Luis Mário França Galvão (sócio fundador), Isidro Francisco Serafim (sócio efectivo), Armando Moreira Inácio (sócio fundador), Jorge dos Santos Veiga (sócio efectivo), Manuel Guerreiro Viegas (sócio efectivo), António Fernando de Jesus Nabais (sócio efectivo), Humberto Seabra Santos (sócio efectivo), Mário Alberto Nobre Lopes Soares (sócio efectivo), Mário Ruivo (apoiante).

Às famílias enlutadas apresentamos sentidas condolências.

PUBLICIDADE

COMTRADIÇÃO
RESTAURANTE

Rua da Misericórdia, 95
Lisboa
Tel. + 351 213 470 114
tlm. + 351 911 157 805

email. www.com-tradicalrestaurante.com
www.com-tradicao.com

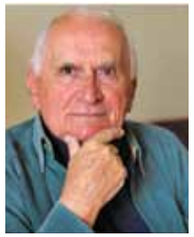
2016-12-20: Presidente do Grupo Parlamentar de Amizade de Portugal-Palestina, Colóquio de Evocação da Missão Oficial da Assembleia da República por ocasião do Dia da Terra da Palestina, 2017-03-28. Publicações Dom Quixote e a autora, Lançamento de "Ema" de Maria Teresa Horta, 2017-02-16. Raio de Luz, Conferência "A Família", por D. José Ornelas Carvalho, bispo de Setúbal, 2017-03-25; Conferência "A Imprensa regional e os desafios no século XXI", por Paulo Ribeiro,2017-03-04. Roda de Porcelana Editora e Sandymar, Apresentação da obra "Cabo Verde – o Despertar de Darwin, da autoria António Correia e Silva e Zelinda Cohen, 2017-03-17. Rosa de Porcelana Editora, Apresentação da obra "Novos subsídios para a História de Cabo Verde", de Daniel A. Pereira, 2017-01-31; Homenagem – Viva Djosa, 2017-01-03. Seiva Trupe, Estreia desta Companhia com o espectáculo "Pequeno trabalho para velho palhaço" de Matéi Visniec, 2016-12-09. Shaiart, Conversa d'Artista com o pintor Nuno Raminhos; 2017-03-25. Teatro Nacional D. Maria II, Estreia de "Os últimos dias da humanidade - Esta grande época", 2017-01-12. Temas e Debates, Círculo de Leitores e Instituto Diplomático, Apresentação da obra Memórias Anotadas" de José Medeiros Ferreira, 2017-03-28. URAP, Cerimónia anual de Homenagem aos Tarrafalistas, 2017-02-18; Assembleia Geral da União de Resistentes Antifascistas Portugueses (URAP), 2017-03-25; URAP, Iniciativa de evocação da Guerra Civil de Espanha, 2016-12-10. Verso da História, Lançamento da obra "Crescer a tocar na Orquestra Geração", 2017-01-10; Lançamento da obra "Porto. Roteiro Histórico", 2017-01-28.

OFERTAS À A25A

Livros:
"Costa Capitão do Gato" de Mário Ferreira de Oliveira, oferta do autor e associado; "Eles não esperam por cães que mancam", "Sujeito e verdade – reactivado da espiritualidade em Cister e em São Bernardo", de Amilcar Coelho, oferta do autor; "Portugal e a II República de Espanha – 1931-1936" de César Oliveira, oferta do associado João Soares; "Linguagens Fotográficas – Carlos Ricardo 35 anos de fotografia" de Carlos Ricardo, oferta do autor e associado; "25 Guimarães daqui houve resistência" de César Machado, oferta do autor; "Estranho esse olhar ao espelho" de Luís Louzã Henriques, oferta do autor; "Kumbira – estreitando laços"; "Na verdade Madeirense e Grande Guerra" de Graça Fernandes, oferta da autora.

Diversos:
Santo António em faiança, oferta da Biblioteca Manoel Chaves Caminha, Junta de Freguesia de Alvalade.

Século XXI
O SÉCULO DA ÁSIA



PEDRO PEZARAT CORREIA

DONALD TRUMP É UM VENCEDOR. Tornou-se o indivíduo mais mediático do mundo e isso é, exactamente, o que mais vai ao encontro do seu incomensurável ego. E eu, que detesto o personagem, também embarco na onda.

Em matéria de geoestratégia Trump dará muito que falar. Disso tenho a certeza. E também sei que raramente será por boas razões.

Diz-se que um dos seus "ódios de estimação" é a República Popular da China, especialmente visada com as suas políticas isolacionistas e protecionistas (*America First*) na área do comércio global. E a mim, que não sou especialista na matéria, cheira-me que há por aqui mais um tiro no próprio pé, semelhante ao do seu antecessor George W. Bush (que Trump até se está a encarregar de transformar numa personagem aceitável) quando invadiu o Iraque em 2003. Lembremo-nos que o então Presidente norte-americano anunciou que o Iraque era o primeiro passo para mudar o mosaico político no Golfo Pérsico e que o alvo final o Irão. Acabou por contribuir para promover o Irão a potência regional, incontornável na solução dos problemas de um Médio Oriente que só mudou para pior.

Muitos analistas não hesitam em afirmar que, da mesma forma, a China será a grande beneficiária da opção proteccionista de Donald Trump.

A China, o gigante asiático, tornou-se o *challenger* da hegemonia norte-americana desde que, com o fim da Guerra Fria e a implosão da URSS, o sistema internacional passou a unipolar. Mas a Ásia não é só a China. Com a entrada no século XXI dizia-se que iria ser o "século asiático", tendência que se vem desenhando desde o fim do confronto leste-oeste que se centrava no continente europeu e no Atlântico Norte. Há 23 anos já Henry Kissinger escrevia: *A capacidade de a América moldar os acontecimentos dependerá, afinal, em primeiro lugar, das relações bilaterais com os principais países da Ásia.*[1] Pela mesma altura Samuel Huntington

publicava o seu controverso livro, mas que se tornou famoso, "O choque das civilizações e a mudança na ordem mundial", segundo o qual *Finda a Guerra Fria, as relações internacionais que contam jogam-se num campo principal, sendo esse campo a Ásia [...]*[2] Ambos sabiam do que falavam e não seria por que a previsão correspondesse aos seus desejos.

O tremendo fracasso de Bush no Médio Oriente teve reflexos no poder hegemónico dos EUA. Apesar disso, esvaziado o projecto do império global que os neoconservadores faziam questão de identificar com a nova ordem mundial pós-Guerra Fria, os EUA continuaram a beneficiar de um estatuto singular de as grandes potências preferirem a negociação bi-lateral com Washington, sobre os grandes problemas mundiais, do que tratá-los entre si, segundo a metáfora de Josef Joffe[3] do eixo e dos raios de uma roda. O eixo onde convergem os raios é Washington, os raios são as grandes potências do sistema. As grandes potências entendiam-se no centro do qual dependiam, mas distanciavam-se quando dele se afastavam. Dizia Fareed Zakaria[4] que se tinha entrado num mundo pós-americano, o que não queria dizer que fosse anti-americano. Era um mundo caracterizado pela "ascensão dos demais". Entre os demais estavam as potências que lhe conferem uma tonalidade predominantemente asiática.

Os EUA passaram a orientar-se, prioritariamente, para o Pacífico, as suas principais preocupações geoestratégicas transferiram-se para a Ásia, no Iraque, na Síria, no Irão, no Afeganistão, na Coreia do Norte, o maior desafio à sua hegemonia mundial passou a ser a China. As diatribes de Trump quando se refere a Taiwan e ao Mar do Sul da China não vão, seguramente, fazer Pequim encolher-se, pelo contrário vão incentivar o seu investimento estratégico militar e reforçar a sua ambição hegemónica no Sudeste Asiático.

Deixemos as questões relacionadas com a economia, as finanças, a demografia, sem dúvida fatores geoestratégicos importantes, mas que outros dominam melhor do que eu. Fixemo-nos na área da geografia política e das relações internacionais.

Há hoje na Ásia cinco países que justificam uma atenção especial, Japão, China, Índia, Irão e Rússia. Este último é transcontinental, euro-asiático, mas grande parte do seu potencial é

asiático e é na Ásia que, presentemente, escolhe os seus aliados para tentar compensar a perda de poder que enfrentou com o fim da União Soviética. De todos estes o Japão é o único com que Washington conta abertamente entre os seus aliados, com o qual mantém uma relação sólida na área da defesa. Dos outros quatro três pertencem ao grupo BRICS (Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul), no qual é óbvia a predominância de países asiáticos, que mantém relações privilegiadas com dois outros países, os mais importantes nos respectivos subcontinentes, Brasil na América do Sul e África do Sul na África Subsariana.

Para além da China, cujo estatuto próximo de superpotência já destacámos, o Irão e a Rússia afirmam-se, geo-estrategicamente, pela sua posição geográfica. Na reflexão geopolítica e geo-estratégica[5], a posição constitui, entre os factores que se inscrevem na geografia física (posição, extensão, configuração, circulação), um dos mais influentes. Escreveu o insigne geógrafo e professor Orlando Ribeiro: *(...) a posição é o primeiro elemento de toda a geografia (...)*[6]. E, na mesma linha, o almirante e conceituado geopolítico francês Pierre Célérier destacou que *A posição é um factor essencial da geopolítica (...)*[7].

O Irão tem uma posição central face ao conflito que hoje mais preocupa a comunidade internacional, a guerra global contra o terrorismo e o seu agente mais visível, o chamado Estado Islâmico. Os EUA, com Obama, tiveram a percepção correcta e assim o entendem os seus parceiros asiáticos, nomeadamente o geograficamente mais próximo, a Rússia. Não há solução para o conflito no Médio Oriente e, por extensão, para o Estado Islâmico, sem a participação de Teerão.

O potencial geoestratégico da Rússia é mais variado, no que se destaca o vector nuclear. Mas a sua posição também é determinante. Apesar do recuo face à anterior URSS continua a dominar o *heartland*, posição vital na Eurásia como o definiu Halford Maskinder. E há um espaço que não é uma entidade política, o Ártico, mas se perfila como objecto de atenções crescentes, alvo potencial de disputas no quadro internacional. Não sendo um mar asiático quase metade das suas margens são asiáticas e controladas por uma única potência asiática, a Rússia, enquanto as restantes são controladas por cinco Estados europeus e americanos (Noruega, Dinamarca, Islândia, Canadá e EUA), que não constituem um interlocutor alternativo pois estão divididos por desavenças entre si.

Trump faz questão de exibir uma inclinação para relações preferenciais com Moscovo, ao mesmo tempo que faz de dois parceiros asiáticos de Moscovo, o Irão e a China, os seus inimigos prioritários. Numa era de ascensão asiática não é provável uma política externa russa que arrisque um afastamento dos seus parceiros asiáticos para corresponder ao chamamento de um actor tão volúvel e pouco fiável como a América de Donald Trump.

Perante políticos tão frios e racionalistas na condução das suas políticas externas, como têm dado provas de ser os asiáticos, o aparente voluntarismo da administração Trump pode ter surpresas desagradáveis. Paul De Grauwe, na coluna que mantém no Suplemento de Economia do *Expresso*, escrevia em 11 de Fevereiro passado sobre a política protecionista de Trump, não em relação à Ásia mas em relação à fronteira com o México (a controversa questão do muro), que o problema é de ignorância, agravado por não se ter a noção de que se é ignorante. E acusava: *Esta ignorância está no cerne da administração Trump*. Não é necessário um grande esforço para concordar com De Grauwe. O problema está em que a História regista demasiadas guerras, catastróficas para a humanidade, que resultaram da ignorância ou de erros de avaliação dos decisores políticos. Trump não precisa de recuar muito no tempo para encontrar o exemplo mais recente num seu antecessor próximo.

Fevereiro de 2017

ADVERTÊNCIA À LAIA DE POST-SCRIPTUM:

É arriscado, numa colaboração como a que se destina a *O Referencial*, que tem de ser entregue cerca de um mês antes da publicação, tratar temas que, ainda que não sejam, propriamente, de previsão ou antecipação de ocorrências, envolvam protagonistas tão erráticos e imprevisíveis como o actual Presidente que uma minoria de eleitores norte-americanos conseguiu colocar na Casa Branca. Terá dito Noam Chomsky que *A única coisa previsível em Donald Trump é que ele será imprevisível*. ("Le Monde diplomatique", Edição Portuguesa, Fevereiro de 2017, p. 36). Apesar de os factores que contribuíram para esta análise serem mais estruturantes do que conjunturais, não ficaria demasiado surpreendido se, até este texto chegar às mãos dos leitores, algo tivesse acontecido que tornasse parte dele ultrapassado. Mesmo assim, *alea jacta est*...

1 KISSINGER, Henry – *Diplomacia*, Gradiva, Lisboa, 1996, p. 723
2 Gradiva, Lisboa, 1999, p. 256
3 JOFFE, Josef – "How America does it", *Foreign Affairs* Volume 76 N.º 5, September/October 1997
4 ZAKARIA, Fareed – *O mundo pós-americano*, Lisboa, Gradiva, 2008
5 Entendidas, no seu sentido clássico e de forma muito sintética, como o estudo dos fatores geográficos em benefício da decisão política (geopolítica) ou da decisão estratégica (geoestratégia)
6 RIBEIRO, Orlando – *Introduções geográficas à História de Portugal*, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1977, p. 126
7 CÉLÉRIER, Pierre – *Géopolitique et géostratégie*, Paris, Presses Universitaires de France, 1969, p. 21

O REFERENCIAL

Propriedade da Associação 25 de Abril - Pessoa colectiva de utilidade pública (Declaração nº. 104/2002, DR II Série, n.º 9 de 18 de Abril)· Membro Honorário da Ordem da Liberdade |**Presidente da Direcção:** Vasco Lourenço|**Director:** Martins Guerreiro|**Conselho Editorial:** Amadeu Garcia dos Santos, André Freire, António Morais Sarmento Brotas, Carlos Manuel Serpa Matos Gomes, João Bosco Mota Amaral, João Ferreira do Amaral, José Barata-Moura, José Manuel Pureza, José Viriato Soromenho-Marques, Maria José Casa-Nova, Maria Manuela Cruzeiro, Pedro Pezarat Correia, Vasco Lourenço|**Editor:**José António Santos|**Fotografia:** A. Belo, Armando Isaac, José Maria Roumier, Nuno Augusto, Agência Lusa|**Desk:** António Belo |**Colaboradores:** Artur Custódio da Silva, David Martelo, João Magalhães, José Barbosa Pereira, José Fontão, Manuel Loff, Maria Manuela Cruzeiro, Nuno Santa Clara Gomes|**Sede nacional, Administração e Redacção:** Rua da Misericórdia, 95 - 1200-271 LISBOA - Telefone:. 213 241 420 - Endereço electrónico: *a25a.sec@25abril.org | www.25abril.org | www.guerracolonial.org* |**Delegação do Norte:**Escadas do Barredo, 120, r/c, esq.- 4050-092 PORTO - Telefone/fax: 222 031 197 - Endereço electrónico: *a25a.del-norte@25abril.org*\ **Delegação do Centro** Apartado 3041 - 3001-401 COIMBRA Endereço electrónico:*a25a.del-centro@25abril.org* | **Delegação do Alentejo** Bairro da Esperança Edifício 2 – Bloco 3, loja r/c 7560-145 GRÂNDOLAEndereço electrónico: *a25a.del-alentejo@25abril.org* **Delegação do Canadá** Associação Cultural 25 de Abril (Toronto) - Núcleo Capitão Salgueiro Maia - 1117 Queen Street West Toronto, Ontario M6J 3P4 Canadá | **Edição gráfica**: atelier JMRibeirinho www.jm-designedicoes.com - Av. Infante Santo, 69 -10.º - 1350 - 177 Lisboa | **Impressão e acabamento**: NORPRINT

DELTA CAFÉS

O CAFÉ DA SUA VIDA

PROVADO COM DISTINÇÃO.

Produzir um café de qualidade dá muito trabalho, mas também dá prémios. E a prova está aqui: a Delta voltou a ser distinguida com os prémios "Marca de Confiança" (16º ano consecutivo), "Escolha do Consumidor" (5º ano consecutivo) e "Prémio 5 Estrelas" (3º ano consecutivo). **Obrigado pela sua preferência e continue a saborear a vida na nossa companhia, com distinção.**

MARCA PREMIADA POR ESCOLHA CONSUMIDOR '17

votado pelos leitores MARCA DE CONFIANÇA 2017 Selecções do Reader's Digest

PRÉMIO CINCO ESTRELAS 2017

Futuro para todos

São os valores que nos inspiram que nos fazem ir mais além. Quando pensamos em mutualismo, pensamos em igualdade de direitos, em solidariedade, em partilha e numa crescente vontade de nos protegermos uns aos outros.
Foi com esta ambição que nasceu a Associação Mutualista Montepio e é assim que vai continuar, a construir um futuro melhor para si, para todos.

Conheça-nos em montepio.org

Associação Mutualista
Montepio
Juntos por todos

Montepio Geral Associação Mutualista • IPSS . DGSS n.º 2/81
NIPC 500766581 . Rua Ataíde, 219, 241 . Apartado 72282 . P. C. Socorro 1147-501 Lisboa